



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CCE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGCOM

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bloco 06 – Bairro Ininga

CEP.: 64049-550 – Teresina – PI – Brasil – Fone (86) 3215-5965



ANA LÍDIA BEZERRA MATIAS VASCONCELOS

**NOTÍCIAS DA UFPI NAS ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS E POLÍTICO-
ADMINISTRATIVAS NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19**

TERESINA – PI

2024

ANA LÍDIA BEZERRA MATIAS VASCONCELOS

**NOTÍCIAS DA UFPI NAS ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS E POLÍTICO-
ADMINISTRATIVAS NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Centro de Ciências da Educação (CCE) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) como requisito para defesa no **Mestrado** em Comunicação. **Turma (2022-2024)**.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Lima Dourado

Linha de Pesquisa: Processos e Práticas em Jornalismo

TERESINA – PI

2024

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Serviço de Representação da Informação

V331n Vasconcelos, Ana Lídia Bezerra Matias

Notícias da UFPI nas estratégias econômicas e político-administrativas no enfrentamento da COVID-19 / Ana Lídia Bezerra Matias Vasconcelos. – 2024.

166 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Teresina, 2024.

“Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Lima Dourado.”

1. Comunicação. 2. Comunicação Pública. 3. Economia Política da Comunicação. I. Dourado, Jacqueline Lima.
II. Título.

CDD 302.2

Defesa de mestrado da aluna “**Ana Lúcia Bezerra Matias Vasconcelos**”, intitulada: “**Notícias da UFPI nas estratégias econômicas e político-administrativas no enfrentamento da COVID-19**”, orientado pela Profa. Dra. **Jacqueline Lima Dourado**, apresentado à banca examinadora em ____/____/_____.

Os membros da banca examinadora consideram a discente

Profa. Dra. Jacqueline Lima Dourado
Universidade Federal do Piauí - UFPI
Orientadora

Profa. Dra. Ana Regina Barros Rego Leal
Universidade Federal do Piauí - UFPI
Membro interno

Profa. Dra. Verlaine Aragão Santos
Universidade Federal de Sergipe - UFS
Membro externo

TERESINA-PI

2024

“Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível, e de repente você estará fazendo o impossível”.

São Francisco de Assis

À minha mãe, Francisca Davina Bezerra Costa, pelos ensinamentos valiosos e por ser inspiração constante em minha vida.

Aos meus avós, José Avelino Bezerra e Celecina Bezerra Costa (in memoriam), que, com simplicidade, amor e dedicação, ajudaram a me moldar e me orientar pelo caminho do bem.

Ao meu companheiro de vida, Danilo, por compreender minhas ausências e ser meu refúgio nos momentos difíceis. À Ana Letícia, por ser a razão da minha vida, meu raio de sol. A presença amorosa de vocês me fortaleceu emocionalmente e me deu forças para persistir.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho carrega consigo significados que vão além do conteúdo expresso nestas páginas, representa a motivação de alguém que, após quinze anos de formação, optou por retornar aos estudos, tarefa árdua, mas foi cheia de significados e descobertas que me fizeram ainda mais forte. É difícil encontrar palavras suficientes para manifestar adequadamente a imensa gratidão que sinto por tudo que recebo em minha vida. Muitos são importantes em minha jornada, tanto para o desenvolvimento pessoal, quanto profissional. Meu profundo agradecimento a Deus e à espiritualidade, por me conceder sabedoria, discernimento e coragem para enfrentar os desafios e por serem presenças constantes em minha vida, fontes de inspiração e conforto. À minha querida “vó Catarina”, mentora espiritual do MAE, a quem agradeço por me ajudar com a prática do bem e da caridade, por meio do trabalho para o amor, pelo amor e com amor. Sei que cada passo dado foi guiado por forças além das minhas capacidades individuais. Neste caminho desafiador, a presença amiga da minha orientadora, Prof. Dra. Jacqueline Lima Dourado, me deu forças para enfrentar os desafios e sua orientação foi essencial para o meu crescimento, obrigada por muitas vezes acreditar mais em mim, do que eu mesma. À Universidade Federal do Piauí, gratidão pela oportunidade de fazer parte como técnica-administrativa e como discente. Aqui destaco um agradecimento especial aos meus amigos de vida que a UFPI me deu, Alexandre, Denyse e Lucas, que sempre estiveram ao meu lado, celebrando as vitórias e me apoiando nos momentos difíceis. Ao PPGCOM, gratidão pelo acolhimento durante esta jornada em que fui beneficiada por uma valiosa fonte de conhecimentos. Agradeço aos professores do Mestrado e também aos que integram a banca, pela parceria, diálogo e acolhimento. Aos queridos amigos da turma 2022-2024 do PPGCOM-UFPI, obrigada por todo apoio e estímulo ao longo deste breve, mas emocionante período em que compartilhamos nossa jornada acadêmica. Às minhas famílias, Bezerra e Vasconcelos, agradeço a cada um por fazerem parte da minha vida e por serem uma parte tão significativa dela, vocês tem um lugar especial no meu coração. À minha irmã Raquel, meu sobrinho e afilhado José Davi, minha sogra Manuela e minha cunhada Lorena, gratidão a vocês pelo papel desempenhado na condução da minha vida e por todas as palavras e gestos de apoio neste trabalho. Por fim, agradeço a todos aqueles que contribuíram para meu crescimento acadêmico e que este trabalho seja a expressão de minha gratidão a Deus e à espiritualidade, e que possa inspirar outros a não desistirem dos seus sonhos, a acreditarem em si mesmos e a reconhecerem sempre a presença da orientação divina em suas jornadas.

RESUMO

A pesquisa em questão propõe uma análise da cobertura comunicacional da crise da COVID-19, utilizando como referencial teórico a Economia Política da Comunicação e a Comunicação Pública, embasada em autores como Mosco, Bolaño e Zémor. O objetivo é examinar as estratégias econômicas e político-administrativas adotadas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) no enfrentamento da pandemia. A UFPI, assim como outras instituições similares, precisaram adotar, diante do contexto pandêmico, uma postura proativa na construção de uma comunicação pública mais eficaz e transparente. Isso não só fortalecerá o papel das universidades como líderes no campo educacional e científico, mas também contribuirá para uma sociedade mais informada e crítica frente aos desafios futuros. Considerando o caráter público da UFPI e o contexto de mudanças sociais em curso, torna-se crucial mobilizar esforços provenientes de diversas áreas do conhecimento para abordar às múltiplas facetas da doença pandêmica. Nesse sentido, a pesquisa adota uma abordagem descritiva, analítica e crítica, buscando identificar relações de causa e efeito, compreender as conexões entre variáveis e promover interpretações mais aprofundadas. Para tanto, é empregado o método materialista histórico-dialético, que permite uma análise ampla e contextualizada do fenômeno em estudo. A combinação desses elementos proporciona uma compreensão abrangente do tema, contribuindo para a construção de um conhecimento sólido sobre a resposta da UFPI à pandemia. Por meio dessa análise, busca-se não apenas compreender as medidas adotadas, mas também identificar seus impactos e possíveis áreas de melhoria, fundamental para enfrentar o desafio complexo que a pandemia representou e representa, exigindo soluções abrangentes que considerem não apenas aspectos econômicos e políticos, mas também sociais e de saúde pública. O estudo destaca a ausência de uma política de comunicação adequada, o que é crucial para a disseminação de informações precisas e a manutenção de uma linha de comunicação eficiente com o público. A lacuna gera dificuldades na transmissão de conhecimentos adquiridos e experiências relevantes que poderiam orientar as ações futuras. Além disso, ressalta a perda de memória institucional, ao deletar o hotsite (www.ufpi.br/coronavírus) no qual haviam os estudos desenvolvidos e armazenados específico para a Covid-19. A mencionada perda não apenas limita o acesso a informações vitais, mas também prejudica a capacidade da organização de reavaliar e aprimorar suas práticas e estratégias de forma contínua. Dessa forma, a pesquisa não se limita a uma análise superficial da cobertura comunicacional da crise da COVID-19, mas busca aprofundar-se nas dinâmicas econômicas, políticas e sociais que permeiam o enfrentamento da pandemia. Este trabalho espera servir como um ponto de partida para futuras pesquisas e debates sobre a interseção entre as teorias estudadas, bem como sobre as melhores práticas para a implementação de políticas de comunicação em instituições públicas. A contribuição desta dissertação reside na compreensão do papel central da comunicação pública na gestão de crises e na construção de uma sociedade mais informada e resiliente. O estudo das estratégias de comunicação adotadas durante a pandemia de COVID-19 oferece importantes lições e recomendações para futuras crises de saúde pública ou outras emergências.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação pública, economia política da comunicação, universidade, COVID-19, negacionismo, restrição orçamentária.

ABSTRACT

The research in question proposes an analysis of the communication coverage of the COVID-19 crisis, using the Political Economy of Communication and Public Communication as a theoretical framework, based on authors such as Mosco, Bolaño and Zémor. The objective is to examine the economic and political-administrative strategies adopted by the Federal University of Piauí (UFPI) in confronting the pandemic. UFPI, as well as other similar institutions, needed to adopt, given the pandemic context, a proactive stance in building more effective and transparent public communication. This will not only strengthen the role of universities as leaders in the educational and scientific field, but will also contribute to a more informed and critical society in the face of future challenges. Considering the public nature of UFPI and the context of ongoing social changes, it is crucial to mobilize efforts from different areas of knowledge to address the multiple facets of the pandemic disease. In this sense, the research adopts a descriptive, analytical and critical approach, seeking to identify cause and effect relationships, understand the connections between variables and promote deeper interpretations. To this end, the historical-dialectical materialist method is used, which allows a broad and contextualized analysis of the phenomenon under study. The combination of these elements provides a comprehensive understanding of the topic, contributing to the construction of solid knowledge about UFPI's response to the pandemic. Through this analysis, we seek not only to understand the measures adopted, but also to identify their impacts and possible areas for improvement, fundamental to face the complex challenge that the pandemic represented and represents, requiring comprehensive solutions that consider not only economic and political aspects, but also social and public health. The study highlights the absence of an adequate communication policy, which is crucial for disseminating accurate information and maintaining an efficient line of communication with the public. The gap creates difficulties in transmitting acquired knowledge and relevant experiences that could guide future actions. Furthermore, it highlights the loss of institutional memory, by deleting the website (www.ufpi.br/coronavírus) where studies were developed and stored specifically for Covid-19. The aforementioned loss not only limits access to vital information, but it also harms the organization's ability to continuously reevaluate and improve its practices and strategies. In this way, the research is not limited to a superficial analysis of the communication coverage of the COVID-19 crisis, but seeks to delve deeper into the economic dynamics, political and social aspects that permeate the fight against the pandemic. This work hopes to serve as a starting point for future research and debates on the intersection between the theories studied, as well as on best practices for implementing communication policies in public institutions. The contribution of this dissertation lies in understanding the central role of public communication in crisis management and in building a more informed and resilient society. Studying communication strategies adopted during the COVID-19 pandemic offers important lessons and recommendations for future public health crises or other emergencies.

KEYWORDS: public communication, political economy of communication, university, COVID-19, denialism, budgetary constraints.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Painel Covid-19 Teresina (por semana epidemiológica)	83
Figura 2 - Painel Covid-19 Teresina (óbitos)	83
Figura 3 – Objetivos Plano de Contingencia UFPI	86
Figura 4 – Comunicação Plano de Contingencia UFPI	87
Figura 5 – Áreas de Atuação Plano de Contingencia UFPI	88
Figura 6 - Orçamento UFPI 2016/2023	93
Figura 7: Percentual/ rubrica em relação ao total do orçamento	94
Figura 8: Evolução percentual dos valores	94
Figura 9: Valores executados (empenhados) por rubrica em cada ano	96
Figura 10: Percentual (%) de cada rubrica em relação ao total por ano	96
Figura 11: Ponto 1 - Definição da célula de crise – Plano de Contingência	113
Figura 12: Ponto 2 – Ponto de contato com o CGC – Plano de Contingência	113
Figura 13: Ponto 3 - Definição dos meios de veiculação de informação ao público-alvo – Plano de Contingência	115
Figura 14: Ponto 4 – Site de informação pública – Plano de Contingência	116
Figura 15: Website Comitê Gestor– Plano de Contingência	116
Figura 16: Ponto 5 – Desenvolvimento de campanhas e ações educativas de prevenção da sensibilidade do público-alvo – Plano de Contingência.....	118
Figura 17: Ponto 6 – Assegurar ponto de comunicação externa – Plano de Contingência ...	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Site UFPI – março/2020	122
Quadro 2: Portal Meio Norte- março/2020	126
Quadro 3: Portal GP1- março/2020	127
Quadro 4: Site UFPI – março/2021.....	132
Quadro 5: Portal Meio Norte – março/2021	134
Quadro 6: Portal GP1 – março/2021.....	135
Quadro 7: Site UFPI – março/2022.....	137
Quadro 8: Portal Meio Norte – março/2022	138
Quadro 9: Portal GP1 – março/2022.....	139

LISTA DE SIGLAS

OMS - Organização Mundial da Saúde

DSS - Determinantes Sociais de Saúde

ESPII - Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional

SESAPI - Secretaria de Estado da Saúde do Piauí

SUS - Sistema Único de Saúde

UFPI - Universidade Federal do Piauí

CGC - Comitê Gestor de Crise

LACEN - Laboratório Central de Saúde Pública do Piauí

PIB - Produto Interno Bruto

EPC - Economia Política da Comunicação

CP - Comunicação Pública

TIC's - Tecnologias da Informação e Comunicação

IFES - Instituições de Ensino Superior

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

COE/FMS - Comitê de Operações Emergenciais da Fundação Municipal de Saúde

MS - Ministério da Saúde

PPA - Plano Plurianual

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

SESU - Secretaria de Educação Superior

MEC - Ministério da Educação

PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento

SCS - Superintendência de Comunicação Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1. PARA ENTENDER POR QUE TERMINAMOS AQUI E AINDA NÃO COMEÇAMOS	17
1.1 Paradigmas e perspectivas teórico-conceituais	17
1.2 Economia Política da Comunicação (EPC) - Conceitos e multiplicidades de interações	30
1.3 Comunicação Pública (CP) – marcos conceituais e interpretações	41
1.4 Forças, tensões e enfrentamentos	49
2. 2020, O ANO QUE COMEÇA E NÃO TERMINA	61
2.1 Situação pandêmica – Mundo e Brasil	61
2.2 Delimitação territorial – Piauí e Teresina	73
2.3 Comitê Gestor de Crise – UFPI	80
2.4 Reflexos Orçamentários e Políticos	86
3. OBSERVANDO O OBSERVÁVEL	95
3.1 O método	96
3.2 UFPI em pauta	99
3.3 O observável	101
3.3.1 Limitações de pesquisa	102
4. UM OLHAR DIALÉTICO HISTÓRICO	107
4.1 Observações e perspectiva Plano de Contingência	108
4.2 Trajetória pandêmica - Notícias da UFPI	115
4.2.1 Interpretações Bloco 1/ março 2020	117
4.2.2 Interpretações Bloco 2/ março 2021	127
4.2.3 Interpretações Bloco 3/ março 2022	133
CONSIDERAÇÕES	137
REFERÊNCIAS	143
APÊNDICES	151

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1946, conceituou saúde como um estado completo de bem-estar físico, mental e social — e não apenas como a ausência de doença ou enfermidade (OMS, 1946). No entanto, com as mudanças conceituais ocasionadas pelas transformações na sociedade é possível afirmar que a saúde é influenciada por diversos fatores, incluindo o estilo de vida, o ambiente em que se vive, o acesso a serviços de saúde, a predisposição genética, dentre outros.

Visto como avançado para época, o conceito ora mencionado, atualmente é irreal e ultrapassado. Acredita-se, hoje, em um conjunto de condicionantes, os determinantes sociais de saúde (DSS), como o corpo, a mente e até mesmo o contexto territorial e social no qual o indivíduo está inserido. No acesso aos serviços de saúde, fatores culturais e sociais, como valores, crenças e práticas sociais podem influenciar a saúde e o bem-estar das pessoas. Assim ambientes de trabalho seguros, equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, fatores demográficos como idade, sexo e etnia desempenham um papel importante na determinação das desigualdades em saúde (Patrício *et al.*, 2020).

Diante das alterações nos conceitos fundamentais e nas legislações norteadoras, o debate em torno da saúde e seus determinantes extrapolam os aspectos biológicos, sendo necessário uma discussão ampla, que compreenda a concepção de saúde única como uma responsabilidade global: que tem interferência direta na construção de uma nova sociedade (Patrício *et al.*, 2020). Com base neste ponto, as múltiplas caracterizações dos DSS refletem, em diferentes graus de especificidade, a concepção amplamente difundida na atualidade de que as condições existenciais e laborais dos indivíduos e de coletivos populacionais guardam correlação com seu estado de saúde.

Na visão de Queissada e Pacheco (2021), a abordagem da saúde única visa a preservação integral da saúde, abrangendo uma ampla gama de áreas que incluem o meio ambiente, os animais e os seres humanos, com o objetivo de manter um estado de equilíbrio adequado. A interdependência desses elementos é fundamental para o desenvolvimento saudável de cada um deles e quando ocorre um desequilíbrio ou a falta de manutenção em qualquer uma dessas áreas, as consequências podem ser significativas e adversas para todos os envolvidos.

Desta forma, ao reconhecer que a saúde de um indivíduo está intrinsecamente ligada à saúde dos demais seres vivos e ao ambiente em que vivem, emerge a necessidade de cooperação entre diferentes áreas, como a medicina humana, a medicina veterinária, a

ecologia, a conservação ambiental e a saúde pública para prevenir e controlar doenças de forma mais eficaz. Nesse enquadramento, ao pensar em saúde pública, é preciso ressaltar a presença do Estado como seu agente regulador e provedor dos serviços, Estado este que desempenha um papel central na formulação, implementação e avaliação de políticas que afetam diretamente a saúde da população.

Em consonância a este pensamento, Carmo e Guizardi (2018), discorrem que tanto na saúde pública quanto nas políticas públicas, há a presença do Estado como agente regulador e provedor de serviços. Embora os dois campos compartilhem objetivos e estejam interconectadas, as diferenças em termos de escopo, complexidade e processo decisório evidenciam suas distinções como campos de estudo e prática. A combinação de saúde pública e políticas públicas permite uma avaliação mais abrangente do impacto das intervenções na saúde da população. Isso inclui a análise de como políticas em diferentes setores afetam os indicadores de saúde.

A mudança no papel do Estado em relação à saúde da população reflete uma abordagem mais abrangente e orientada para os direitos, onde a garantia da redução do risco de doenças e outros agravos tornou-se uma obrigação central. Este novo paradigma, implica na construção de políticas sociais e econômicas, bem como na implementação de uma política setorial de saúde voltada para o acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde da população. (BRASIL, Art. 196, C.F. 88)

A construção de políticas sociais, econômicas e de saúde integradas, com enfoque nos determinantes sociais e na redução das desigualdades sociais e de acesso a saúde representa que além da atenção à doença, o Estado assume um papel proativo na promoção da saúde, implementando políticas que incentivem estilos de vida saudáveis, prevenção de doenças e a melhoria do ambiente físico e social.

Ao tratar da pandemia de COVID-19, a integração dos campos acima mencionados, bem como o conceito de saúde única tornam-se particularmente relevantes. A disseminação do vírus SARS-CoV-2, responsável pela doença, é um exemplo claro de como a interação entre seres humanos, animais e o meio ambiente podem afetar diretamente a saúde pública global. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional (OPAS, 2020). Com a evolução da contaminação, a OMS declara em 11 de março de 2020 a pandemia da COVID-19 e as instituições públicas, não apenas de saúde, mas também de educação,

como as Universidades, passaram a ter um papel desafiador de agentes do conhecimento e destacaram-se na busca por soluções.

Após os primeiros casos identificados na China, a COVID-19 rapidamente se espalhou para outros países asiáticos, como Coreia do Sul, Japão e Singapura. Logo depois, o vírus atingiu a Europa, com focos iniciais na Itália e na Espanha, onde houve uma rápida propagação e um aumento significativo no número de casos. A partir da Europa, a disseminação se intensificou, alcançando outros continentes, como a América do Norte, onde os Estados Unidos se tornaram um dos epicentros da pandemia. A doença se espalhou para a América Latina, com países como Brasil, México e Peru registrando um aumento preocupante no número de casos. No caso específico do Brasil, os primeiros casos confirmados foram registrados no final de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo. No Piauí, em 19 de março de 2020 foram confirmados pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI) três casos de coronavírus na capital Teresina. E de acordo com o órgão, nesta data, o Estado já tinha 65 casos suspeitos.

A transmissão do vírus ocorreu, principalmente, por meio de pessoas que haviam viajado para países afetados ou que tiveram contato com indivíduos infectados. A falta de medidas de contenção efetivas, como restrições de viagens, testagem em massa e distanciamento social, contribuiu para a propagação acelerada no Brasil. Além disso, fatores como densidade populacional, desigualdades socioeconômicas e limitações no Sistema Único de Saúde (SUS) também influenciaram a disseminação do vírus.

Desta maneira, a disponibilidade e a qualidade dos serviços de saúde são fundamentais para o diagnóstico, tratamento e cuidados adequados. A falta de acesso a estes serviços pode resultar em diagnóstico tardio, tratamento inadequado e maior propagação do vírus. É importante considerar todos esses condicionantes ao desenvolver estratégias de prevenção, controle e tratamento da doença, a fim de reduzir as desigualdades e proteger a saúde de todos. Neste cenário, a mobilização de esforços das diversas áreas de conhecimento ganha relevância ao estudar os fenômenos dela decorrentes, o que mostra que a doença pandêmica possui diferentes faces, tornando necessária a busca por saídas para o enfrentamento do problema nos seus diversos aspectos (Costa, 2020).

A disseminação do vírus, as medidas de contenção adotadas e as consequências socioeconômicas têm contribuído para aprofundar disparidades já existentes e gerar novos desafios. O acesso à informação e o poder a ela vinculado passa a ser uma das estratégias para o cenário vivenciado e, como estabelecido no art. 5º da Constituição Federal de 1988 e na Lei

nº 12.527/2011, o acesso à informação é um direito constitucional e sua garantia está diretamente relacionada à qualidade da comunicação. Assim, fica clara a importância das estratégias comunicacionais e a busca por saídas para enfrentar o problema, visto que a pandemia provocou impactos substanciais na sociedade mundial, destacando-se entre eles o agravamento das desigualdades sociais.

No embate contínuo entre os variados modelos sociais, que revela diferentes concepções de Estado, o SUS, como modelo de seguridade social não contributiva no Brasil, depara-se com desafios decorrentes de uma complexa dinâmica de forças que dificultam a plena concretização de seu princípio fundamental de universalidade. Nesse contexto, volta sua atenção para os indivíduos em situação de vulnerabilidade, porém, ao mesmo tempo, enfrenta uma indefinição tanto em relação à sua efetiva implementação quanto à noção de cidadania que procura sustentar. Esta dualidade reflete a luta do sistema de saúde em atender às demandas universais, ao mesmo tempo em que enfrenta obstáculos estruturais e conceituais que limitam sua eficácia e alcance pleno junto à população.

Na saúde pública, estudos focaram na propagação do vírus, seus efeitos no corpo humano, no desenvolvimento de vacinas e em tratamentos eficazes. Na economia, causou uma recessão econômica global, com perdas significativas de empregos e fechamento de empresas. Na saúde mental, o isolamento social, o medo da doença e a ansiedade gerada pela incerteza contribuiu para um aumento nos problemas de saúde mental. (Queissada e Pacheco, 2021).

De acordo com Gusso *et.al.* (2020), a nova realidade destacou e agravou as desigualdades existentes na sociedade, afetando de forma desproporcional as populações mais vulneráveis, evidenciando as disparidades socioeconômicas e de saúde. Na educação, a interrupção das aulas presenciais afetou milhões de estudantes em todo o mundo. Faz-se oportuno a investigação dos efeitos do ensino à distância, a desigualdade de acesso à educação online e os desafios enfrentados pelos estudantes e educadores durante a pandemia.

Esses são apenas alguns dos principais temas abordados e a compreensão desses impactos foi e continua a ser relevante para elaborar políticas e ações de enfrentamento à pandemia e para planejar a recuperação pós-covid. A pandemia trouxe a necessidade de pesquisas sobre o vírus e estudar seus efeitos nas universidades públicas brasileiras pode ajudar a compreender a implicação na produção científica e identificar áreas prioritárias de pesquisa relacionadas à saúde pública, tratamentos, vacinas, dentre outras questões relevantes.

Compreender como as universidades públicas vivenciaram essas mudanças é fundamental para a tomada de decisões e o desenvolvimento de políticas públicas adequadas.

Isso pode incluir medidas relacionadas à infraestrutura digital, investimentos em tecnologia educacional, apoio financeiro e suporte para a continuidade das atividades acadêmicas durante a pandemia, além de contribuir na identificação de barreiras adicionais enfrentadas por estudantes de diferentes grupos socioeconômicos e minorias, ajudando a desenvolver estratégias para garantir a igualdade de oportunidades e a inclusão no Ensino Superior (Gusso *et. al.*, 2020).

Diante da realidade apresentada, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) suspendeu em 16 de março de 2020 as suas atividades acadêmicas e administrativas e instituiu, em 18 de abril de 2020, um Comitê Gestor de Crise (CGC) criado pelo Ato da Reitoria nº 363/2020, alterado pelos Atos da Reitoria nº 769/2020 e 171/2021, o qual exerceu função consultiva, de orientação e execução referente às ações que visavam à contenção da disseminação do novo coronavírus: SARS-COV-2/COVID-19 (UFPI, 2020^a, 2020b, 2021).

Dentre as medidas tomadas pela UFPI destaca-se a criação imediata do *hotsite* (www.ufpi.br/coronavírus) com as ações, as estratégias e um vasto conteúdo de informações sobre a temática, com vistas a subsidiar e capacitar tanto a comunidade acadêmica quanto as entidades de saúde. No *hotsite* era possível acessar informações como: a) painéis de monitoramento; b) boletins farmacológicos; c) cartilhas e orientações técnicas; d) webconferências e *podcasts*; e) orientações institucionais, dentre outros (UFPI, 2020).

A pandemia tem sido um desafio global e, desde o início, diversos setores da sociedade brasileira buscaram soluções para doença. Uma evidência disso é que, na época inicial, vários medicamentos começaram a ser testados, passando-se a observar um desestímulo ao uso dos equipamentos de segurança e, em contrapartida, passaram a estimular o uso de medicações, principalmente as que faziam parte do que ficou conhecido como “kit COVID¹”. Este tema, inclusive, pautou coberturas jornalísticas, debates, programas, redes sociais digitais e na conjuntura brasileira, além de um cenário de pandemia, foi vivenciada uma crise política na qual o campo da comunicação, em sua perspectiva crítica e abrangente como mediadora social, ofereceu relevantes contribuições, destacando a importância de entender a comunicação dentro do contexto mais amplo da economia e da sociedade, não como um fenômeno isolado. (Bolaño, 2016)

No tocante ao processo de vacinação no mundo, é importante destacar que em 08 de dezembro de 2020 o Reino Unido inicia a vacinação da população contra o novo coronavírus, tornando-se o primeiro país do Ocidente a fazê-lo. Após receber aprovação para uso

¹ <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/01/4979438-ministerio-da-saude-ignora-diretriz-do-conitec-e-mantem-o-kit-covid.html> (Acesso em 03/10/2022)

emergencial, o imunizante utilizado foi o desenvolvido pela parceria entre a farmacêutica americana Pfizer e a empresa de biotecnologia alemã BioNTech. Logo em seguida, ocorreram aprovações similares nos Estados Unidos, Canadá, União Europeia e outros países, estendendo o alcance da vacinação².

No caso do Brasil, o Ministério da Saúde anunciou a distribuição de 6 milhões de doses da CoronaVac para todos os estados brasileiros e o Distrito Federal. A vacina CoronaVac foi desenvolvida pela empresa farmacêutica chinesa Sinovac Biotech em parceria com o Instituto Butantan, instituição brasileira. A CoronaVac utiliza uma tecnologia de vírus inativado para estimular a resposta imunológica contra o vírus SARS-CoV-2³. Em 17 de janeiro de 2021, o governo de São Paulo começou a vacinar profissionais de saúde, indígenas e quilombolas com a CoronaVac. No Piauí, a vacinação teve início em 18 de janeiro de 2021 e foram selecionados seis profissionais da rede pública de saúde para representar o público-alvo prioritário para imunização.

Relevante a esta questão, ressalta-se a política de indústria e inovação no Brasil, que antes e depois da pandemia da COVID-19, continua a ser um campo dinâmico, influenciado por diversos fatores, incluindo mudanças no cenário econômico, avanços tecnológicos e a necessidade de enfrentar desafios emergentes. O Brasil, apesar de contar com expertise em vacinas, enfrentou desafios na produção local e isso evidenciou a necessidade de investimentos e políticas específicas para fortalecer a capacidade nacional de produção tanto das vacinas, como na aquisição dos insumos farmacêuticos, alinhando-se com a ideia de segurança sanitária e autonomia em saúde.

A pandemia ressaltou a necessidade de investimentos contínuos em inovação, fortalecimento da indústria local e capacidade de resposta rápida a desafios emergentes, proporcionando uma base mais robusta para enfrentar crises. Em contrapartida, ganhou forças o movimento antivacina, que desempenhou um papel significativo na disseminação de desinformação e teorias da conspiração relacionadas à COVID-19. As redes sociais digitais e plataformas on-line tornaram-se veículos para a propagação rápida de notícias falsas e informações enganosas sobre a vacinação. A difusão destas informações levou à hesitação em relação à vacinação e impactou negativamente os esforços de combate à pandemia.

Outro ponto a ser considerado quanto ao movimento antivacina é que ele aumentou o potencial de propagação do vírus e efeitos que descredibilizam a ciência e sua vinculação com

² <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/quais-os-paises-que-ja-comecaram-a-vacinacao-contra-a-covid-19/> (Acesso em 18/08/2022)

³ <https://butantan.gov.br/noticias/a-parceria-tecnologica-que-fez-da-coronavac-a-vacina-do-brasil> (Acesso em 18/08/2022)

a verdade dos fatos. Assim como afirma Rêgo e Paulino (2022, p. 40), “a desinformação intencional é criada com o intuito de confundir, provocar dúvidas ou certezas, alavancar discurso de ódio etc., em prol de causa ou de fraude em diversos sentidos”. As ações de imunização contra COVID-19 no Brasil foram diretamente influenciadas pela desinformação e os desafios impostos pela doença vão ao encontro com uma sociedade desprotegida social e economicamente.

O debate em torno da desinformação durante a pandemia emerge como uma preocupação crítica no campo científico e de saúde pública. A disseminação generalizada de informações incorretas e enganosas tem impactos diretos na adesão a medidas preventivas, na confiança nas autoridades de saúde e na eficácia das estratégias de mitigação da pandemia. Este fenômeno destaca a necessidade urgente de compreender e abordar os mecanismos pelos quais a desinformação se propaga, suas origens e as consequências socioeconômicas e de saúde associadas.

Pesquisas recentes enfocam estratégias para identificar e combater a desinformação, fomentando parcerias entre cientistas, profissionais de saúde e comunicadores para construir uma resposta integrada e baseada em evidências. O desafio reside não apenas em mitigar a propagação da desinformação, mas também em fortalecer a consciência da sociedade diante de informações confiáveis e baseadas na ciência, fornecendo uma base sólida para a tomada de decisões.

As entidades ligadas ao Governo Bolsonaro chegaram a emitir notas oficiais autorizando a prescrição de hidroxicloroquina para casos de COVID-19, inclusive, já no início dos sintomas (tratamento precoce). E o Ministério da Saúde publicou um protocolo orientando o uso de hidroxicloroquina e azitromicina em pacientes não hospitalizados, mesmo diante da ausência de evidências científicas que demonstrassem a efetividade e a segurança destas drogas⁴.

A falta de verificação de fatos e a propagação rápida de informações não verificadas contribuíram para confusão e pânico público. A comunicação das autoridades de saúde e governamentais nem sempre foi clara e consistente: mensagens contraditórias, falta de orientações precisas e linguagem técnica-complexa dificultaram o entendimento das informações pela população em geral, o que provocou confusão e reduziu a eficácia das medidas de prevenção e controle.

⁴ Nota técnica: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/notas-tecnicas/2022/nota-tecnica-azitromicina-covid-19> (Acesso em 12/04/2023)

Como resultado dos esforços e das ações de apoio à população e aos profissionais de saúde, no caminho contrário ao estimulado pelo Governo Federal, a UFPI inicia um trabalho de suporte a diversas instituições de saúde no Piauí. Dentre as iniciativas realizadas, a Universidade disponibiliza, ainda em meados de março de 2020, ao Laboratório Central de Saúde Pública do Piauí – LACEN, dois equipamentos de PCR para auxiliarem no aumento da capacidade de testes da COVID-19 e, dessa forma, triplicar a quantidade de diagnósticos da doença. Esse equipamento detecta e quantifica DNA/RNA, assim como consegue diagnosticar infecções virais, a exemplo da COVID-19.

Assim, além de analisar internamente as estratégias da UFPI, para adentrar e contextualizar a problemática do estudo, será necessário verificar a situação política do Brasil antes da pandemia e observar os impactos econômicos, políticos e sociais causados pela propagação do vírus na sociedade. É pertinente responder à questão: de que forma as estratégias de comunicação e ações institucionais adotadas pela UFPI contribuíram no enfrentamento da COVID-19 no Piauí e quais as suas consequências políticas, econômicas e sociais?

A natureza evolutiva da situação e a necessidade de tomar decisões baseadas em informações incompletas geradas nos ambientes digitais, por exemplo, complicaram a comunicação sobre os riscos envolvidos. A ausência de uma compreensão clara sobre a gravidade da doença e a possibilidade de transmissão assintomática contribuiu para uma interpretação inadequada dos riscos inerentes à situação. Além disso, a pandemia foi caracterizada por intensa polarização política, conflitos de interesses e disputas entre diversas autoridades. A disseminação de teorias conspiratórias e a interferência de agendas políticas adicionaram complexidade ao cenário, comprometendo a divulgação de informações confiáveis e a formação de um consenso público sobre as melhores práticas e medidas a serem adotadas.

Como parte integrante deste processo, é preciso analisar o papel da comunicação, em sua perspectiva crítica e necessária, reconhecendo seus limites, uma vez que embora desempenhe um papel crucial na interação social e na construção de significados, não pode ser considerada uma solução universal para todos os desafios sociais. Há uma necessidade de evitar uma visão simplista que atribua à comunicação a capacidade de resolver, por si só, questões complexas e profundamente arraigadas na estrutura social.

O que se pretende é questionar a comunicação dentro de um contexto específico, reconhecendo suas limitações e evitando atribuir a ela um papel redentor ou solucionador de todos os problemas sociais. Ao invés disso, sugere-se uma abordagem mais contextualizada e

reflexiva que considere as complexidades das relações e estruturas sociais. (Martino, 2020) Na ênfase da dimensão epistemológica do conflito no campo da comunicação, Bolaño (2016) destaca a importância de reconhecer e incorporar a natureza conflituosa inerente às práticas comunicativas e ao processo de construção do conhecimento. Ao sublinhar essa dimensão, sugere que o conflito não é apenas uma eventualidade, mas uma condição fundamental que permeia a produção de conhecimento racional e as ações comunicativas.

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar no âmbito da comunicação e administração da UFPI como as estratégias e ações comunicacionais adotadas contribuíram no enfrentamento da COVID-19 no Piauí. Dessa forma, busca-se atingir esse propósito por meio dos seguintes objetivos específicos: a) Investigar o cenário e ações adotadas, tendo em vista a realidade da pandemia vivenciada na UFPI; b) Identificar as estratégias utilizadas pela comunicação da Instituição tanto para pautar como para informar e formar opinião nas mídias; c) Compreender como as estratégias aplicadas foram mudando e/ou se adaptando, durante o período de março de 2020, 2021 e 2022.

Diante dos objetivos definidos, foram elaboradas as hipóteses: a) as estratégias comunicacionais da UFPI pautaram as notícias da maioria dos jornais e serviram como fonte de informação para a mídia na condução da pandemia; b) o comportamento da mídia e da sociedade, além de favorecer o debate na busca de respostas, altera as formas de comunicação e as vertentes de saídas para os problemas enfrentados; c) a restrição orçamentária enfrentada pela UFPI prejudicou, significativamente, sua capacidade de se comunicar de forma eficaz para resolver os problemas emergenciais e de contribuir de maneira efetiva para a superação da crise sanitária.

Dito isso, importante explicar que a pesquisa está dividida em duas áreas de estudo: a primeira concentra-se na Economia Política da Comunicação (EPC) e nas preocupações que cercam este campo da ciência da comunicação, que reflete a necessidade constante de explorar e aprimorar a confiabilidade, acessibilidade e relevância da informação científica para a sociedade. Já a segunda aborda o papel crucial da Comunicação Pública (CP) na disseminação de informações confiáveis sobre a COVID-19.

A abordagem da EPC fornece uma estrutura teórica para examinar como os meios de comunicação, moldados por forças econômicas e políticas, que respondem e se ajustam a eventos significativos, como uma pandemia. No contexto da crise pandêmica, os meios de comunicação desempenharam uma função central na propagação de informações, na influência da opinião pública e na orientação das respostas governamentais. Ao emergir como uma ferramenta valiosa para compreender como as estruturas de poder e as influências

econômicas impactam a produção e a circulação de informações durante crises de saúde pública.

Assimilando as situações mencionadas, pode-se salientar que, como afirma Mosco (1999), a EPC abrange a interação complexa entre o poder econômico, político e midiático. Bolaño (2016), destaca que é necessário desafiar as abordagens que buscam uma visão mais harmoniosa e consensual da comunicação e argumenta que o conflito não é uma anomalia a ser resolvida, mas um elemento intrínseco que molda a produção de conhecimento e as dinâmicas comunicativas. Essa perspectiva crítica incentiva a pensar além de paradigmas que buscam uma compreensão simplificada e harmoniosa da comunicação.

Desta forma, ao adentrar no ponto de vista do pensamento materialista em comunicação, é necessário compreendê-la como uma prática social que se insere nas relações de produção e de poder da sociedade capitalista, moldada pelas formas históricas e contraditórias que expressa as lutas de classe e os interesses dos grupos dominantes e dominados. Trazendo esta concepção para o corpus de análise deste estudo, durante a pandemia, vimos como a concentração da propriedade dos meios de comunicação em mãos de poucos conglomerados influenciou a cobertura e a narrativa em torno da crise.

A disseminação rápida de informações e o fluxo constante de dados científicos em constante evolução tornaram essencial a capacidade de traduzir e comunicar essas informações de maneira acessível e compreensível para o público em geral. Além disso, a presença de desinformação e teorias da conspiração relacionadas à COVID-19 destacaram a necessidade de combater a propagação de informações falsas e promover a alfabetização em saúde (Silva; Santos; Soares; 2020).

Certamente, é imperativo extrair lições valiosas da pandemia e consolidar os sistemas de comunicação pública, priorizando a transparência, a participação e a colaboração para enfrentar de maneira mais eficaz os desafios futuros em saúde pública. Com isto, a análise dessas teorias engloba a perspectiva de pensadores da comunicação que as estabeleceram, bem como a de estudiosos mais contemporâneos, proporcionando uma compreensão mais aprofundada do fenômeno em questão. A abordagem aqui em questão busca examinar de forma apropriada não apenas os meios de comunicação, mas também as políticas públicas de comunicação e as dinâmicas de mercado que exerceram impacto na produção e disseminação de mensagens no espaço público.

O colapso de sistemas de saúde teve repercussões imediatas sobre a estabilidade econômica, enquanto simultaneamente destacou a importância crítica da comunicação eficaz para mitigar os impactos negativos. À medida que navegamos por essa crise multifacetada, é

possível reconhecer o papel da comunicação e sua correlação na recuperação econômica. Seguindo os pensamentos de Bolaño (2016), o embate epistemológico por um lado, aliado à situação histórico-estrutural dos campos político e econômico por outro, compõe o contexto intrincado que se mostra essencial para a análise dos atuais desafios enfrentados pela comunicação.

No caso da UFPI, as tensionalidades entre as teorias tornaram-se evidentes. A universidade, como muitas outras instituições públicas brasileiras, enfrenta restrições orçamentárias significativas que dificultam a implementação de políticas de comunicação robustas e eficientes. Além disso, a ausência de uma política de comunicação institucional clara resultou na falta de diretrizes consistentes para a disseminação de informações, especialmente durante a pandemia. A situação foi ainda mais agravada pela decisão de deletar o trabalho realizado no hot site voltado ao tema da COVID-19, que tinha como objetivo centralizar e facilitar o acesso às informações sobre a pandemia para a comunidade acadêmica e o público em geral. Essa ação não apenas limitou o alcance das informações, mas também criou um vácuo comunicacional que foi preenchido por desinformação e incertezas.

Com o objetivo de examinar os efeitos das estratégias de comunicação, política e administração da UFPI adotou-se o método histórico-dialético. No enfoque desta pesquisa, a dialética oferece um método flexível e adaptável, capaz de lidar com a complexidade e a mutabilidade inerentes a fenômenos sociais, políticos e filosóficos, que como método propicia a exploração das interações entre opostos, revelando movimentos e transformações que podem escapar a abordagens mais estáticas, destacando-se como uma abordagem valiosa para a análise crítica e o entendimento das contradições e desenvolvimentos inerentes a diversas esferas do conhecimento. (Lefebvre, 1991)

Refletir sobre a metodologia implica correlacioná-la com a interligação entre conteúdos, pensamentos e existência. A pesquisa social está diretamente vinculada à consciência histórica social, a qual destaca a importância de compreender o conhecimento e a pesquisa dentro do contexto mais amplo das mudanças sociais ao longo do tempo. A sua crítica é direcionada à noção de que as estruturas sociais são simplesmente o resultado de forças impessoais, sugerindo, em vez disso, que elas são moldadas por ações intencionais e significados atribuídos pelos agentes sociais. (Minayo *et al.*, 2011)

Ao tratar sobre este método, percebe-se que sua característica principal é a compreensão do desenvolvimento e do movimento do pensamento através da vida em sociedade e a análise das leis fundamentais que determinam a forma de organização dos indivíduos na mesma. A fim de se atingirem os objetivos estabelecidos neste estudo, uma

série de metodologias foram adotados, os quais incluem: pesquisa bibliográfica, análise descritiva, analítica e crítica.

Levando em consideração a participação mercadológica e conseqüentemente a abrangência, repercussão e audiência, a escolha dos portais foi feita tendo em vista o impacto deles no mercado regional e na percepção pública, em consonância com o papel desempenhado no cenário político e social. Portanto, o corpus de análise será realizado no site institucional da UFPI e nos portais de notícias GP1 e Meio Norte, bem como uma perspectiva de interpretação na parte de comunicação do Plano de Contingência da UFPI. O período de análise serão os meses de março dos anos de 2020, 2021 e 2022, visto que são meses que marcaram o início do cenário, a transição da administração da UFPI em 2021 e uma parte do período da nova administração em 2022. Estes procedimentos serão explicados mais detalhadamente no Capítulo 4 deste trabalho.

Além da Introdução, a dissertação está organizada em mais cinco partes. O primeiro capítulo intitulado “Para entender por que terminamos aqui e ainda não começamos”, em que são abordadas as teorias relacionadas à Economia Política da Comunicação e à Comunicação Pública, com o propósito de orientar e fundamentar a problemática de pesquisa e os objetivos a serem atingidos. No segundo capítulo, “2020, o ano que começa e não termina”, serão discutidas as questões de pesquisa relacionadas às estratégias de comunicação, administrativas e políticas utilizadas no combate à COVID-19, levando em consideração o objeto de estudo e suas particularidades.

“Observando o observável”, capítulo 3, faz um levantamento da Universidade Federal do Piauí, quanto as suas características estruturais e apresenta alguns detalhes relevantes quanto ao Plano de Contingencia da UFPI para o enfrentamento da COVID-19. Ainda neste capítulo é apresentado alguns fatores limitadores da pesquisa e suas conseqüências para a Instituição.

No capítulo 4, “Um olhar dialético histórico”, são detalhados o corpus da pesquisa e a caracterização do observável, apresentando as análises e discussões acerca da pesquisa e as contribuições desta para a academia e a comunidade. Na última parte da dissertação, seguem as considerações finais, com um breve apanhado das contribuições e principalmente com a certeza de que a pesquisa segue com suas lacunas a serem respondidas e com muito a ser estudado.

PARA ENTENDER POR QUE TERMINAMOS AQUI E AINDA NÃO COMEÇAMO

1.1 Paradigmas e perspectivas teórico-conceituais

Essencial para a vida humana, a comunicação é base para a interação social, a expressão de ideias, a construção de relacionamentos e a transmissão de conhecimento, que pode ocorrer entre indivíduos, grupos, organizações e até mesmo entre países, desempenhando relevante papel na construção de culturas, sociedades e comunidades, além de se destacar como uma ferramenta indispensável na transmissão de informação em diversos contextos, possibilitando a aprendizagem, o desenvolvimento e a conexão entre pessoas e instituições (Mattelart, 2011).

Conforme destacado por Mattelart (2011), as estruturas de poder desempenham um papel fundamental na configuração da produção e circulação de informações. Essas estruturas, que se manifestam em formas diversas, abrangem tanto o poder econômico, associado à posse de recursos materiais e controle dos meios de produção, quanto o poder ideológico, caracterizado pelo uso de ideias e informações para influenciar comportamentos, frequentemente canalizado através dos meios de comunicação e da educação.

Na visão de Bolaño (2016) é preciso destacar a importância de uma abordagem crítica que vá além de visões simplistas e reconheça a natureza multifacetada da comunicação. Ainda segundo o autor, considerando a importância da expansão das tecnologias da informação e da comunicação, o campo é caracterizado por mudanças significativas nas formas de interação e organização social. No entanto, o autor também alerta para as contradições inerentes à cultura capitalista, destacando que as tecnologias podem tanto democratizar como reproduzir desigualdades, dependendo do contexto e das condições sociais.

A assertiva de Mattelart (2011) sublinha a necessidade de compreender como essas estruturas de poder impactam a comunicação e, por extensão, o cenário político e enfatiza a urgência de uma análise crítica da comunicação para desvelar como o poder se manifesta e é sustentado na sociedade. Ao adotar essas características críticas, a definição do campo da comunicação se afasta de uma abordagem homogênea e estática, abraçando a complexidade, os conflitos e as transformações que são inerentes à sua natureza. Essa definição permite uma compreensão mais rica e contextualizada da comunicação como um fenômeno social fundamental e em constante evolução. (Bolaño, 2016)

O estudo desses temas contribui para a compreensão de como a comunicação funciona como um processo mediador, moldando e sendo moldada pelas estruturas sociais. Pensar em comunicação é considerar o poder que ela possui em suas mais variadas tipologias, em como essa força é exercida na realidade da sociedade contemporânea e o seu imperialismo quanto à concentração do poderio nas mãos de poucos atores. Nesse sentido, a comunicação é considerada como processo social e o poder por ela exercido é visto como objeto de consideração de diversos estudos. Portanto, é uma “encruzilhada de várias disciplinas” (Mattelart, 2011, p. 9).

Ao pensar sobre as estruturas de poder, ressalta-se que elas desempenham uma função significativa na configuração da produção e circulação de informações, visto que essa dinâmica estabelece uma interseção crucial entre comunicação e política, onde os meios de comunicação frequentemente se tornam ferramentas nas mãos de atores políticos para direcionar a opinião pública, mobilizar apoiadores e influenciar os processos democráticos.

No entanto, é crucial reconhecer que a relação entre poder, política e comunicação é intrincada e multifacetada. Enquanto os atores políticos utilizam os meios de comunicação para exercer poder e influência, o público detém a capacidade de resistir, questionar e desafiar as narrativas dominantes. Além disso, a ascensão das mídias sociais e outras formas de comunicação digital está transformando a dinâmica do poder, proporcionando novas oportunidades para a participação cidadã e a mobilização política.

Como afirma Martino (2020), a comunicação é também parte integrante do processo de transmissão de informações, ideias e valores, desempenhando papel relevante para o desenvolvimento humano e social em diversos setores da sociedade. Envolve não somente falar ou escrever bem, mas também a capacidade de transmitir uma mensagem clara e concisa para o público certo no momento certo por meio do processo de codificação e decodificação das mensagens, da escolha de canais e dos meios para transmiti-las e da influência que as mensagens têm sobre o comportamento e as percepções das pessoas.

Ao discutir as matrizes epistêmicas da Comunicação, Martino (2020) propõe uma análise minuciosa e crítica das principais abordagens e representações que moldam o campo comunicacional. Ao categorizá-las, matriz fenomenológica; a matriz funcionalista; a matriz dialética e a matriz complexa, o autor sustenta a ideia de que cada matriz possui origens distintas, pressupostos específicos, conceitos próprios e desafios particulares, ressaltando que nenhuma delas consegue abarcar integralmente a complexidade e a diversidade da comunicação como objeto de estudo. Propõe, assim, uma abordagem epistemológica crítica e pluralista que reconheça tanto as contribuições quanto as limitações de cada matriz, buscando

uma integração harmoniosa entre elas e mantendo uma atenção constante às questões éticas e políticas intrínsecas à comunicação na sociedade contemporânea.

Para o escopo do estudo em questão, adota-se a matriz dialética, conceituada por Martino (2020) como uma abordagem que reconhece as contradições inerentes à sociedade e à história. Essa perspectiva busca analisar e compreender os fenômenos sociais considerando as contradições e o contínuo movimento de transformação. Destaca-se, por meio de uma análise crítica, a importância das contradições e conflitos sociais como elementos fundamentais para a compreensão da complexidade da realidade social brasileira. Essa abordagem incentiva uma interpretação dinâmica dos fenômenos sociais, proporcionando uma visão mais completa e aprofundada das estruturas sociais e das dinâmicas que as permeiam.

Considerando as afirmativas de França e Simões (2017), a comunicação acontece em um nível além das ações dos indivíduos, uma vez que “significa também uma dimensão institucionalizada, tecnicizada e altamente profissional que permeia igualmente a vida cotidiana e faz parte de nossos mecanismos de sobrevivência” (2017, p. 14). A informação, vista como resultado do processo comunicacional, é substancial para a tomada de decisões. Dentro dessa perspectiva, é importante que a comunicação seja adaptada ao público-alvo de modo a garantir que todos possam compreender as informações e agir de maneira adequada (Martino, 2020).

Além disso, é crucial que a comunicação seja baseada em evidências científicas confiáveis e sólidas (França e Simões, 2017), o que ajuda a garantir a credibilidade da informação e a evitar a propagação de informações falsas ou enganosas, que podem ter consequências graves para a saúde e segurança das pessoas. Ao adaptar a comunicação ao público-alvo, é possível garantir que a mensagem seja compreendida por todos, independentemente do nível de conhecimento técnico que possuam (Braga *et al.*, 2017).

Conforme Martino (2020), a comunicação é indiscutivelmente um objeto de poder elementar para a interação humana, para a transmissão de informações e para o desenvolvimento humano e social. Por essas razões, não restam dúvidas quanto à abrangência do campo comunicacional. E em conformidade com materialidade do trabalho científico, seu rigor metodológico e clareza na apresentação dos resultados e argumentos, é oportuno uma abordagem teórica baseada nas metodologias utilizadas por autores que já estudaram a respeito do tema.

Na perspectiva de Bolaño (2000), em sua tese *Indústria Cultural, Informação e Capitalismo*, as estruturas de poder dentro do capitalismo influenciam diretamente não apenas o conteúdo das informações produzidas, mas também sua distribuição e alcance. Essa

influência se estende desde a seleção das temáticas até a maneira como as histórias são contadas, refletindo, assim, as dinâmicas de poder e interesses inerentes ao contexto capitalista.

Ao considerar essa inter-relação, Bolaño (2000) destaca como a informação, muitas vezes, é moldada para atender aos objetivos e interesses das elites e instituições poderosas. Essa discussão chama a atenção para a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva diante da informação, reconhecendo que as estruturas de poder podem moldar a percepção pública e influenciar as narrativas que permeiam a esfera cultural, evidenciando, portanto, a estreita ligação entre a produção de informação e as dinâmicas do sistema capitalista, bem como desempenha um papel crucial na configuração das narrativas e no controle das mensagens que permeiam a sociedade.

Um enfoque interessante é observado por meio da centralidade epistemológica da comunicação que se refere à importância fundamental que ela tem na produção e na disseminação do conhecimento em diferentes campos do saber. “A comunicação é um modo de produzir e circular mensagens; um modo que altera a escala da ação destas, bem como nossas categorias sociais de tempo e de espaço. E, para além disso, a comunicação constitui uma nova forma do simbólico”, (Martino, 2020, p. 23).

A questão epistemológica da comunicação não se restringe apenas às suas áreas ou das ciências da informação, mas se estende a todas as áreas de estudo e se torna ainda mais relevante em um contexto de acelerada produção e circulação de informação e de conhecimento, como o que vivemos atualmente, em que as tecnologias digitais ampliaram exponencialmente as possibilidades (Braga *et al.*, 2017).

Além disso, “não basta qualquer ponto de vista, é preciso apoiar-se em fatores significativos, que podem abrir uma real e fecunda compreensão do homem, objeto genérico de todas as ciências sociais”, (Martino, 2020, p. 18). De acordo com Bolaño (2016), a luta epistemológica é inerente à luta de classes, visto que diferentes paradigmas e intenções colidem nesse campo, o qual ele concebe como uma estrutura de poder fundamental. A comunicação é vista como um terreno onde ocorre a disputa pelo controle da produção e circulação de conhecimento, mas também a conecta diretamente à dinâmica das classes sociais. Nessa visão, não é apenas um meio neutro de transmissão de informações, mas um espaço permeado por interesses e conflitos que refletem as desigualdades subjacentes na sociedade. (Bolaño, 2016)

Ao tensionar seus argumentos, o autor ressalta que a comunicação não pode ser entendida isoladamente, pois está entrelaçada com a economia, na qual a análise da

comunicação é enraizada em um entendimento amplo das estruturas sociais e econômicas, enfatizando assim a complexidade intrínseca das relações entre comunicação e poder na região latino-americana.

Diante das interpretações e dos conceitos apresentados, com o propósito de nortear essa pesquisa, adotou-se, dentre outras, as interpretações utilizadas por Mosco (1999, 2016), Bolaño (2008, 2013, 2016), Dourado (2013), Kalikoske (2016), que nos seus estudos sobre a EPC vêm descortinando vertentes que facilitam a compreensão dos processos de comunicação e suas interligações ao capitalismo.

Na busca de produzir conhecimento embasado em clareza, rigor e efetividade da comunicação, assim como em seus resultados e argumentos, tendo em vista que o objeto dessa pesquisa é a UFPI e suas estratégias comunicacionais, faz-se necessário que os conceitos teóricos da CP, assim como a sua temática, também sejam analisados. Serão abordados os pensamentos de Zémor (1995), Duarte (2011), Brandão (2012), Bueno (2010), dentre outros.

A corrente teórica da EPC abrange a análise das conexões entre os processos de produção, distribuição e consumo de conteúdo midiático, além da estruturação das relações econômicas e políticas dentro de uma sociedade (Mosco, 1999). No que concerne à questão da comunicação pública, é evidente a busca pela eficácia e efetividade organizacional. No âmbito específico de uma instituição de ensino superior pública, seus objetivos ultrapassam a mera concessão de diplomas aos alunos. A missão da universidade expande-se para a produção de novos saberes e sua aplicação na sociedade, considerando a necessidade de acessibilidade para todos os estratos sociais, visando promover a inclusão social.

Ademais, a universidade tem a responsabilidade de retribuir o investimento recebido da comunidade, desenvolvendo estudos, pesquisas e projetos de extensão alinhados com as reais necessidades da população, visando ao benefício comum. Assim, a universidade pública desempenha não apenas uma função social, mas também uma função política, ao exercer um papel ativo na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Num enfoque de sociedade capitalista, as entidades públicas assumem o papel de atender às necessidades sociais e servir ao público. Sua atribuição primordial está na oferta de bens públicos e na salvaguarda dos direitos de propriedade privada. Ademais, tais instituições têm a capacidade de intervir na economia para mitigar conflitos e disputas entre distintas classes sociais.

No tocante a análise da estrutura social e as relações de poder, Bourdieu (1979) teoriza quatro tipos de capitais, econômico, cultural, social e simbólico, e como eles influenciam a

posição social e a hierarquia na sociedade. De forma bem generalizada, no conceito de capital econômico, o autor define que este tipo abrange recursos materiais, como propriedades, dinheiro, investimentos e outros bens tangíveis. Refere-se à capacidade financeira de um indivíduo ou grupo e influencia diretamente o acesso a serviços, oportunidades e privilégios que o dinheiro pode proporcionar, determinando o estilo de vida, as posses e a mobilidade social de uma pessoa na sociedade.

Bourdieu (1979) concebe o capital cultural como o conhecimento formal, habilidades adquiridas, educação, competências intelectuais e a familiaridade com a cultura dominante. Esse tipo de capital inclui não apenas a educação formal, mas também a exposição e o domínio de valores, normas, linguagem, arte e outros aspectos da cultura. É adquirido através de instituições educacionais e experiências culturais, como leituras, viagens e exposições.

O capital social está relacionado à confiança, cooperação e reciprocidade nas interações sociais, refere-se às redes de relações sociais, conexões, laços e contatos que um indivíduo ou grupo possui. Esse capital pode ser utilizado para obter benefícios sociais, econômicos ou políticos, como acesso a oportunidades de emprego, influência política, suporte emocional, informações privilegiadas e reconhecimento social. (Bourdieu, 1979)

Quanto ao capital simbólico, é conferido o poder e a influência sobre outros tipos de capital e é muitas vezes associado a símbolos de status social. Este tipo de capital está associado à reputação, prestígio, status, reconhecimento e respeito social. Trata-se do reconhecimento social atribuído a um indivíduo ou grupo com base em suas realizações, reputação ou associações. (Bourdieu, 1979)

A combinação e a interação desses diferentes tipos de capital moldam as oportunidades, a posição social e a vida de um indivíduo na sociedade. A posse ou ausência desses recursos de poder, tanto os herdados quanto os adquiridos, desempenha um papel fundamental na determinação do lugar ocupado por grupos e indivíduos na estrutura social, condicionando suas oportunidades e estilo de vida, e influenciando suas chances de ascensão social.

Os conceitos de capitais delineados por Bourdieu são fundamentais para compreender as dinâmicas sociais, inclusive no campo da comunicação. A interação entre esses diferentes tipos de capitais exerce influência considerável na maneira como indivíduos e grupos se posicionam e são posicionados dentro do ecossistema midiático. No contexto da comunicação, o capital cultural desempenha um papel significativo. Indivíduos com amplo conhecimento cultural, educação e habilidades específicas podem ter maior facilidade para

compreender e criar mensagens complexas, além de decodificar as sutilezas da linguagem e das estratégias de comunicação.

O capital social também é crucial no campo da comunicação. Redes de contatos e conexões sociais podem abrir portas para oportunidades de colaborações profissionais e acesso a informações privilegiadas. No jornalismo, por exemplo, as relações e conexões sociais podem determinar o acesso a fontes confiáveis e exclusivas, moldando a qualidade e a abrangência das histórias reportadas. Além disso, o capital simbólico está intimamente ligado à reputação e ao reconhecimento público. Indivíduos ou organizações que possuem um capital simbólico elevado são frequentemente mais ouvidos e valorizados, influenciando a agenda midiática e as percepções coletivas. Isso pode ser observado em personalidades midiáticas, influenciadores digitais e figuras públicas que têm grande impacto na opinião pública e na formação de tendências.

Contudo, é importante reconhecer que as desigualdades no acesso a esses tipos de capitais podem gerar discrepâncias na representatividade e na diversidade de vozes no campo da comunicação. Aqueles que possuem menos capital cultural, social ou econômico podem enfrentar barreiras significativas para ter suas vozes ouvidas e representadas nos meios de comunicação. É essencial buscar maneiras de promover a equidade e diversidade para garantir uma representação mais plural e inclusiva nas mídias.

Os meios de comunicação exercem uma influência significativa na formação da opinião pública, desempenhando um papel crucial na construção e na disseminação de informações. No entanto, é preciso examinar como essa influência impacta a formação da vontade nas sociedades democráticas. Com base nisso, os estudos de CP têm como objetivo fornecer informações relevantes para o interesse público, promover a transparência, a participação democrática e garantir o acesso à informação a todos os cidadãos. (Brandão, 2012)

Correlacionando as interfaces mencionadas e observando os contextos históricos e sociais ressaltados, é necessário atentar para o papel do acesso à informação e da liberdade de expressão como direitos fundamentais de todos os cidadãos e que deve ser protegido e promovido em todas as esferas da sociedade, haja vista serem essenciais ao funcionamento da democracia, permitindo que as pessoas possam participar de debates públicos e apresentar diferentes pontos de vista.

É imperativo examinar o desenvolvimento das ideias e práticas democráticas ao longo da história para compreender a diversidade de formas que a democracia assume em contextos variados. A evolução desses princípios democráticos foi influenciada por uma interseção

complexa de fatores, desde a democracia direta praticada na Grécia antiga até os modelos representativos contemporâneos, as formas democráticas foram moldadas e adaptadas para atender às necessidades e desafios específicos de cada sociedade.

Portanto, ao considerarmos o tipo de democracia em um dado contexto, é necessário não apenas observar suas raízes históricas e práticas contemporâneas, mas também entender como os meios de comunicação moldam a percepção pública e a vontade democrática. A discussão sobre o impacto dos meios de comunicação na formação da opinião pública contribui para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas democráticas em nossas sociedades.

Por todas estas razões e evoluções na construção democrática da sociedade, é interessante traçar um vínculo com a abordagem do desenvolvimento, mesmo que este conceito seja amplo e complexo, que transcende uma única perspectiva ou dimensão. Frequentemente, é erroneamente avaliado exclusivamente através de métricas econômicas, como o Produto Interno Bruto (PIB) e seus indicadores correlacionados. No entanto, essa abordagem unidimensional não é capaz de capturar toda a extensão do desenvolvimento, pois negligencia outras facetas igualmente importantes que contribuem para o progresso de uma sociedade.

O PIB, embora seja uma medida convencional e amplamente utilizada para avaliar o crescimento econômico, não contempla aspectos fundamentais do desenvolvimento humano e social. O desenvolvimento vai muito além do simples crescimento econômico; abrange dimensões como saúde, educação, qualidade de vida, acesso a serviços básicos, igualdade de gênero, preservação ambiental, justiça social e bem-estar geral da população. (Sen, 2010)

Dentre as métricas alternativas de análise, devem ser considerados fatores que contribuam para a evolução da sociedade, representando uma visão mais completa e representativa do verdadeiro progresso de uma nação, indo além dos indicadores puramente econômicos para compreender e abordar as necessidades e aspirações de todos os indivíduos e comunidade. A distribuição justa e equitativa dos recursos e oportunidades é fundamental para promover um verdadeiro desenvolvimento em uma sociedade. (Sen, 2010)

Na construção destes conceitos, pode-se considerar que além de considerar a distribuição equitativa da riqueza como um fator crucial para o desenvolvimento, é relevante destacar a importância de políticas públicas voltadas para a justiça social, a redução das disparidades econômicas e a promoção de oportunidades para todos. Apenas quando os benefícios do crescimento econômico são compartilhados de maneira mais equânime é que se pode alcançar um desenvolvimento genuíno, que não beneficie apenas uma parcela da

sociedade, mas sim que proporcione melhorias tangíveis na qualidade de vida de toda a população.

Pode ser necessário um período adicional para expandir os horizontes do conceito de desenvolvimento, visto que este conceito reflete a evolução ao longo do tempo na sociedade capitalista, incorporando seus sucessos, falhas, avanços e limitações. No entanto, compreende-se que falar sobre desenvolvimento implica considerar não apenas aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais, mas também incluir elementos como direitos, liberdade, oportunidades e equidade, tanto em nível individual quanto coletivo (Sen, 2010).

Dessa forma, este espaço permanece aberto para novas contribuições teóricas, metodológicas e práticas que buscam desvendar a complexidade deste fenômeno. Como afirma Bolaño:

Mas não se deve perder de vista que desenvolvimento e subdesenvolvimento são dois processos simultâneos, com a mesma origem, a expansão da civilização industrial, sempre acompanhada daquela destruição criadora que marca o processo de acumulação capital. Assim, a crítica do desenvolvimento não deveria levar-nos a abrir mão do conceito, pois em torno dele se estabelece uma luta pela definição dos seus termos e das ações que se deverão adotar para a transformação social. Há embutida nele, a ideia de que as sociedades devem mudar, mas de forma adequada a um projeto que antes se definia em nível nacional e hoje também, mas não só. (Bolaño, 2016, p. 34)

Por todas essas razões é preciso ir além, pensar de forma mais abrangente quanto as nuances desenvolvimentistas e conseqüentemente, sobre democracia, assim como o papel dos meios de comunicação na propagação destes conceitos, visto que o papel dos meios na democracia pode ser controverso, uma vez que podem influenciar a agenda política, moldar a opinião pública e criar uma falsa sensação de consenso. Habermas (1984), em sua teoria da ação comunicativa, argumenta que a comunicação é uma atividade social fundamental que permite que os seres humanos coordenem suas ações e construam significados compartilhados.

Para uma compreensão aprofundada desse fenômeno, é fundamental reconhecer a importância do envolvimento da sociedade em um debate público que seja respeitoso e tolerante. Nesse cenário, é valorizada a apreciação das divergências, enquanto os argumentos e perspectivas apresentados fundamentam-se em fatos e argumentos sólidos, visando fomentar um ambiente propício ao florescimento da liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que estabelece um diálogo construtivo e bem informado.

Central na teoria de Habermas (1984), o conceito de “agir comunicativo”, estabelece que os indivíduos buscam seus interesses pessoais, porém dentro da condição de que possam

harmonizar suas ações com base em uma definição compartilhada. Sob essa ótica, o debate público se torna decisivo, visando à reconciliação de direitos através da força dos argumentos mais substanciais. O autor concentrou seus estudos na racionalidade que permeia a sociedade, desenvolvendo a teoria da ação comunicativa para analisar esse sistema dentro do tecido social. Sua oposição à ideia de que a razão instrumental era a única forma de racionalidade imposta na sociedade foi fundamental na busca pela compreensão da razão para além de um único modelo predefinido.

Para fundamentar a ação comunicativa, Habermas estabeleceu normas universais, como o diálogo imparcial e a inclusão completa da oposição, nas quais argumentava que os participantes do diálogo deveriam estar dispostos a transcender suas posições e preferências iniciais para atingir um entendimento mais amplo. Habermas distingue esse tipo de comunicação, que ele chama de “ação comunicativa”, de outras formas de interação social, como a “ação instrumental” (orientada para a obtenção de fins individuais) e a “ação estratégica” (orientada para a obtenção de poder e vantagem competitiva). Portanto, a sociedade se constitui e se mantém por meio do uso comunicativo da linguagem no mundo da vida e desempenha um papel fundamental na formação da cultura, na regulação das relações sociais e na busca por entendimento mútuo entre os indivíduos.

Entretanto, o debate público contemporâneo tem apresentado alguns desafios em relação à liberdade de expressão. Por um lado, tem havido um aumento do discurso de ódio e da propagação de informações falsas nas redes sociais digitais, o que tem levado a uma polarização e a uma diminuição da qualidade do debate público. Na outra ponta, tem havido uma crescente preocupação com a censura e a limitação da liberdade de expressão em nome da proteção de certos grupos ou ideias (Rêgo e Paulino, 2022).

A desinformação, compreendida como o fenômeno que engloba desde a disseminação de conteúdos completamente falsos, como as *fake news* e teorias da conspiração, até a divulgação de informações verdadeiras, porém distorcidas ou antigas, representa um desafio significativo para a sociedade contemporânea. As redes sociais desempenham um papel preponderante na propagação da desinformação, tendo em vista a velocidade com que as informações circulam nessas plataformas, muitas vezes sem a devida verificação, o que contribui para a disseminação rápida e abrangente de conteúdos incorretos. (Massarani *et. al*, 2021)

Fenômeno complexo e prejudicial que desempenha um papel significativo no cenário político e social contemporâneo, a desinformação não apenas serve como consequência, mas também atua como uma causa substancial do desentendimento político e da potencialização

da dissonância cognitiva. Mais do que simplesmente a disseminação de informações incorretas ou falsas, ela envolve a manipulação deliberada de fatos, a propagação de narrativas enganosas e a distorção da verdade com o intuito de influenciar percepções, opiniões e comportamentos. Quando difundida em larga escala, ela cria uma atmosfera de confusão e incerteza, minando a confiança nas instituições, nos meios de comunicação e até mesmo nas evidências objetivas.

Potencializada por diversos aspectos que moldam o ambiente informacional, como a estruturação das plataformas digitais que cria bolhas de informação, onde os usuários são expostos predominantemente a conteúdos que corroboram com suas crenças e opiniões preexistentes, esse fenômeno reforça a polarização e dificulta a exposição a perspectivas divergentes. Embora a mídia tradicional seja uma aliada potencial no combate à desinformação, ela também pode ser instrumentalizada para disseminar informações distorcidas. É crucial ressaltar que a liberdade de expressão, embora seja um direito fundamental, não abarca o direito de promover o ódio ou incitar à violência. (Massarani *et. al*, 2021)

Seguindo o pensamento dos autores ora mencionados, é possível ainda abordar que particularmente durante a atual pandemia de COVID-19, a excessiva carga de informações relacionada à infodemia emergiu como um perigo para a saúde pública, podendo comprometer a conformidade das pessoas com as medidas de contenção. A profusão de dados pode intensificar a condição anteriormente denominada de “caos informativo”, caracterizada por uma disseminação crescente de discursos extremistas, teorias conspiratórias e notícias falsas no ambiente informacional.

Rêgo e Paulino (2022) afirmam, ainda, que para lidar com esses desafios é importante encontrar um equilíbrio entre a proteção da liberdade de expressão e a promoção do debate público saudável e construtivo, o que pode envolver medidas para combater o discurso de ódio e a desinformação, bem como garantir que todos os pontos de vista possam ser expressos livremente e que as pessoas possam ser expostas a diferentes perspectivas.

Além disso, a desinformação pode levar à fragmentação da realidade percebida, onde diferentes grupos ou indivíduos têm visões radicalmente distintas do mundo ao seu redor e isso cria divisões profundas na sociedade, dificultando o diálogo construtivo e levando a um aumento das tensões sociais e políticas. Superar os efeitos nocivos deste cenário requer esforços significativos, incluindo educação midiática, promoção da alfabetização informacional, apoio a fontes confiáveis de informação e medidas para identificar e combater ativamente a propagação de informações falsas. O combate à desinformação não é apenas

uma questão de precisão factual, mas também é fundamental para a saúde da esfera pública, a coesão social e a preservação da democracia.

De acordo com Bosco (2017), ao abordar as teorias desenvolvidas por Habermas (1984), o debate público ideal é caracterizado por um diálogo racional e democrático — em que os participantes apresentam argumentos baseados em fatos e informações confiáveis — e no qual as decisões são tomadas com base no consenso construído ao longo do processo. No entanto, ele também argumenta que a comunicação pode ser prejudicada por forças sociais que buscam dominar o discurso público, ressaltando-se em particular, que pode ser usada por interesses de poder que buscam controlar a agenda e moldar a opinião pública de acordo com seus próprios interesses.

A existência do mundo da vida se deve à mediação da linguagem e da cultura, posto ser a partir delas que o processo de intercompreensão se realiza, que a intersubjetividade é constituída e com ela também aquilo que designamos com a palavra “sociedade”. Linguagem e cultura cumprem essa função fundamental de constituição e reprodução da sociedade por meio da transmissão de um conjunto de convicções básicas para todo indivíduo capaz de agir e falar. (Bosco, 2017, p. 10)

As instituições da sociedade civil, incluindo organizações de defesa dos direitos humanos, organizações de mídia e grupos comunitários, podem desempenhar um papel fundamental na promoção da transparência e da liberdade de expressão, pressionando os governos e outras instituições para cumprirem suas obrigações de proteger e promover o acesso à informação. Contudo, somente por meio de esforços conjuntos pode-se garantir que o acesso à informação seja protegido e promovido, permitindo assim a construção de uma sociedade mais justa e democrática (Ramos, 2000).

Diante destas perspectivas, na visão de Bolaño (2000, 2016), a EPC representa uma perspectiva crítica e transformadora ao examinar as interconexões entre comunicação e estruturas econômicas e sociais. Ele propõe uma visão que transcende a comunicação como simples mercadoria, defendendo a necessidade de reconfigurar a sociedade em direção a uma orientação mais democrática, desvinculada das amarras do mercado, apontando para uma redefinição mais ampla do papel da comunicação na sociedade.

Nesse contexto, a comunicação não é apenas um meio de transmissão de informações, mas uma força ativa na construção de uma sociedade mais justa e participativa. Bolaño (2016) advoga pela utilização da comunicação como um instrumento de empoderamento, capaz de ampliar o acesso à informação e facilitar a participação cidadã, além de questionar a hegemonia de determinados grupos na formulação e disseminação de mensagens, destacando

a importância de garantir a representação de diversas vozes e perspectivas. Esta crítica aponta para a necessidade de uma democratização real do espaço comunicativo, onde a multiplicidade de vozes seja reconhecida e valorizada.

Em suma, pensar a comunicação a partir da EPC, conforme delineado pelo citado autor, implica não apenas analisar as relações entre a comunicação e as estruturas econômicas, mas também advogar por uma transformação social que promova a democratização, a inclusão e a diversidade no campo comunicativo.

Seguindo a estruturação do pensamento aqui exposto, é mister que os governos e as instituições da sociedade civil trabalhem juntos para garantir a proteção e o acesso à informação, a fim de criar um espaço público midiático verdadeiramente inclusivo e democrático. Entretanto, isso envolve a criação de políticas e regulamentações que promovam a transparência e a liberdade de expressão. Conforme Brandão (2012), os governos devem estar comprometidos em promover a transparência e garantir o acesso à informação, o que pode ser feito por meio de leis de acesso à informação, regulamentações sobre transparência e prestação de contas, assim como medidas para garantir a liberdade de imprensa e o direito de acesso à informação.

Desta forma, as correntes teóricas podem ser analisadas a partir de diferentes perspectivas e pode-se estudar como os meios de comunicação influenciam a maneira que a informação é produzida e distribuída no espaço público ou como as políticas públicas de comunicação afetam a pluralidade e a diversidade da mídia. Podem ser usadas para analisar as implicações econômicas da comunicação pública, como os custos e benefícios da produção de conteúdo informativo e educativo para a sociedade, além da relação entre a produção de conteúdo e o desenvolvimento econômico. Contudo, tais questões lançam olhar sobre os estudos que fundamentam a abordagem aqui exposta, oferecendo as ferramentas para a promoção da transformação social. Como afirma Dourado:

É necessário discutir, com base na Economia Política da Comunicação (EPC), o papel da comunicação nos processos contemporâneos de uma sociedade globalmente conectada, em que a informação é de fundamental importância no aspecto político-econômico, operando como agente de manutenção do sistema, ao mesmo tempo em que permite mais brechas para produção de conteúdos alternativos e/ou contra-hegemônicos. (2013, p. 18)

Além do mais, é significativo entender como a comunicação facilita a troca de informações, a criação de redes de colaboração e a construção de relações comerciais e diplomáticas. Hoje em dia, essa troca, está cada vez mais mediada por tecnologias digitais e

estas tecnologias permitem que as pessoas se comuniquem instantaneamente, independentemente de sua localização geográfica e compartilhem informações e ideias em uma escala global (Ramos, 2000).

Diálogos abertos são fundamentais para a expansão dos diferentes pontos de vista na sociedade sobre um mesmo objeto. Quando as pessoas se comunicam de maneira aberta e respeitosa, é possível obter uma compreensão mais profunda dos diversos pontos de vista em relação a um assunto, construindo um senso de empatia e solidariedade entre as pessoas de diferentes origens e perspectivas, o que pode levar a uma maior compreensão e à identificação de soluções criativas e eficazes para os desafios enfrentados pela sociedade.

Como uma ferramenta poderosa, a comunicação pode tanto unir quanto dividir as pessoas, visto que a estratificação social e a diversidade de interesses na sociedade frequentemente resultam em conflitos. Em uma sociedade estratificada, diferentes grupos podem ter acesso desigual aos meios de comunicação, o que pode levar a desequilíbrios de poder e conflitos, podendo ser usada para promover certas ideias ou interesses em detrimento de outros, proporcionando tensões e conflitos.

A influência da comunicação na sociedade, especialmente na era digital, é significativa e engloba diversos aspectos tanto positivos quanto negativos. A capacidade de proporcionar uma conectividade global e uma disseminação rápida de informações é acompanhada por consequências adversas. Portanto, é crucial mitigar os efeitos danosos, estabelecendo um ambiente informativo mais equitativo e isso implica garantir a todos acesso a informações precisas e confiáveis, fomentando processos comunicacionais responsáveis e éticos. (Silva e Pires, 2020)

1.2 Economia Política da Comunicação (EPC) – Conceitos e multiplicidades de interações

A complexidade dos processos comunicacionais e suas diferentes nuances e objetos favorecem uma reflexão quanto à profundidade dos estudos de EPC. Reconhecida como uma interdisciplina emergente que chama a atenção para a investigação das estruturas e instituições que estão em processo de mudança constante (Mosco, 1999). Indo além, em 2016, Mosco aborda a necessidade de a EPC ser fundamentada numa “epistemologia realista, inclusiva, constitutiva e crítica, constituindo relações de poder, que compõem as áreas econômicas, políticas e culturais da vida” (Mosco, 2016, p. 44).

A diversidade de vozes e a pluralidade de abordagens contribuem para uma compreensão mais rica e robusta da comunicação e do conhecimento que dela emerge. No

entanto, é necessário abordar criticamente a forma como esses conflitos são gerenciados e como diferentes narrativas são representadas. A dimensão epistemológica do conflito também destaca a necessidade de equidade, inclusão e representação de diversas perspectivas para evitar que o campo da comunicação reproduza desigualdades e marginalizações.

Bolaño (2016) sugere uma análise crítica da relação entre tecnologia, cultura capitalista e movimentos sociais. Essa relação não é vista de maneira unidimensional, mas sim como um campo de complexidade, onde as contradições do capital fictício coexistem com as possibilidades democratizadoras das TICs. Isso destaca a importância de questionar como as tecnologias são incorporadas no tecido social, quem se beneficia delas e como moldam as formas de resistência e organização social.

Ao conceber a ciência econômica como uma ciência social, Herscovici (2014) contribui para ampliar a compreensão do papel da economia no contexto mais amplo das interações sociais. Sua preocupação epistemológica enfatiza a necessidade de uma abordagem integrada que reconheça as complexidades e interconexões entre aspectos culturais e econômicos, além de destacar a importância de uma base teórica sólida e de uma metodologia adequada para uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos culturais no âmbito da ciência econômica.

Segundo os conceitos de Herscovici (2014), a EPC possibilita a construção de modelos interpretativos coesos, capazes de explicar a dinâmica da cultura e da informação, alinhados com as transformações históricas de longo prazo, assim como a sua interdisciplinaridade reconhece que os fenômenos de comunicação são multifacetados e influenciados por diversos aspectos, como economia, política, cultura, tecnologia e história e ao abranger diferentes disciplinas, ela tenta evitar reducionismos simplistas ao examinar como a mídia é produzida, distribuída e consumida em contextos sociais complexos.

A evolução da comunicação tem impacto positivo na economia, política e cultura, ajudando a democratizar o acesso à informação e a fortalecer o processo de tomada de decisão democrática (Brittos, 2008). Desta maneira, a comunicação possui elementos interligados que exercem uma influência significativa nas sociedades e nas dinâmicas globais, ampliando a capacidade das pessoas de compartilhar informações e se conectar, permitindo a circulação de ideias e valores em todo o mundo.

Sob esta ótica, o conceito de Ramos (2000, p. 85) ressalta a comunicação como uma esfera decisiva na manutenção da democracia, “capaz de incluir um dia todos os homens e mulheres, plenamente cidadãos e cidadãs, deixando de ser, como parece ser hoje o seu destino, um produto descartável voltado para o egoísmo do consumo que se esgota no dia a

dia”. A comunicação moderna tem permitido que empresas alcancem um público global de forma mais rápida, possibilitando a expansão dos negócios. A tecnologia de comunicação avançada tornou as operações de comércio mais rápidas, seguras e eficientes, o que aumenta a produtividade e a competitividade das empresas. As mídias sociais passaram a permitir que os cidadãos se envolvam mais diretamente com os processos políticos, dando-lhes mais voz nas decisões.

Com o avanço das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), tanto a tecnologia quanto o dinheiro passam a sobrepor-se como elementos de mediação entre os indivíduos na sociedade. Essas novas tecnologias são hoje componente fundamental na dinâmica das relações sociais, desempenhando papel semelhante ao do dinheiro na mediação das interações sociais. No entanto, assim como o dinheiro serve como uma ferramenta para adquirir bens e serviços, as novas tecnologias oferecem acesso quase ilimitado à informação e ao conhecimento.

No contexto de sua crítica aos economistas políticos burgueses, Marx, por exemplo, observou o papel de mediação exercido pela forma mercadoria nas interações humanas. Nesse período, essa forma de mercadoria se apresentava como uma espécie de ilusão diante da naturalização das relações de troca, baseada na divisão do trabalho. O dinheiro, com seu fetiche aumentado em relação à mercadoria, desempenhava o papel proeminente de ser o “objeto” de mediação por excelência. Ele se configurava como o equivalente geral para realizar essa intermediação. (Galvan, 2008)

Galvan (2008) investiga o impacto do avanço das TIC's na produção e difusão do conhecimento, assim como na maneira pela qual lembramos e registramos informações, enriquecendo o entendimento sobre esses aspectos na contemporaneidade. É importante notar que assim como o dinheiro pode ter efeitos positivos e negativos na sociedade, as novas tecnologias também têm suas vantagens e desafios. Elas oferecem oportunidades de crescimento, conectividade e inovação, mas também levantam preocupações sobre privacidade, segurança, dependência tecnológica e a polarização das opiniões.

O impacto dessas mudanças abrange aspectos da comunicação, acesso à informação, identidade, economia e estrutura social, moldando profundamente a maneira como nos relacionamos e interagimos na sociedade contemporânea. De acordo com Bolaño (2008), o processo comunicacional está em constante transformação devido ao desenvolvimento do capitalismo. Ele o define como “um eixo paradigmático não excludente” e os produtos comunicacionais desempenham um papel importante na sociedade capitalista contemporânea, pois são fator chave para o desenvolvimento econômico e social.

Num momento em que o capitalismo enfrenta uma crise econômica, social e ambiental de enorme magnitude, é preciso definir precisamente qual o tipo de mudança social que interessa e que forças sociais carregam as sementes daquele “verdadeiro desenvolvimento” acima referido. Tudo o que foi dito até aqui deve ser entendido como um desafio, de ordem política e epistemológica, evidenciando a necessidade de uma redefinição do conceito, de acordo com as inquietudes do presente, tendo em mente que outra comunicação é possível. (Bolaño, 2016, p. 34)

De acordo com Oliveira (2004), com o poder de influenciar a opinião pública e moldar a cultura popular, a comunicação deve ser usada para promover valores e ideologias, bem como para transmitir informações e promover debates públicos sobre questões importantes, a exemplo dos direitos humanos, igualdade de gênero, política e meio ambiente, garantindo que o seu poder seja usado para o bem da sociedade como um todo.

Na EPC, os produtos comunicacionais são vistos como mercadorias produzidas por empresas de mídia que buscam maximizar seus lucros em um mercado altamente competitivo (Brittos, 2008), levando a uma produção de conteúdo que prioriza o valor de mercado em detrimento da qualidade, autenticidade e relevância social. Além disso, as grandes empresas de mídia, em sua maioria, têm uma influência desproporcional sobre o conteúdo, o que pode limitar a diversidade e pluralidade de vozes.

No entanto, embora a interdisciplinaridade seja um objetivo na EPC, para evitar reducionismos é importante reconhecer que a compreensão completa de fenômenos complexos pode ser um desafio e que a prática científica nunca esgota todas as possibilidades do mundo real. O movimento de ir do abstrato ao concreto, como indicado por Marx, é um processo contínuo de análise e reflexão sobre a complexidade das relações sociais e midiáticas.

Segundo Marx, as sociedades se dividem em classes sociais com interesses antagônicos: a burguesia, detentora dos meios de produção (fábricas, terras, ferramentas etc.), e o proletariado, que vende sua força de trabalho para sobreviver. Ele argumentava que a história é marcada por uma sucessão de lutas de classe, onde cada período é definido pelo tipo de relação entre as classes dominantes e as dominadas. Ao aplicar essa teoria à EPC, considera-se como os meios de comunicação são influenciados por essas relações de poder, uma vez que Marx via a mídia como parte integrante da estrutura social, reflexo das relações de classe dominantes e argumentava que estes meios eram controlados pela classe dominante (a burguesia, na época dele), e serviam para perpetuar a ideologia e os interesses dessa classe, muitas vezes ocultando ou distorcendo a realidade para manter seu poder.

A análise marxista da EPC destaca ainda como os meios podem ser usados para moldar a consciência das massas, difundir ideias que sustentam a ordem social existente e, ao

mesmo tempo, silenciar ou marginalizar visões que desafiam esse status quo. Isso se encaixa na noção de “hegemonia”, conceito desenvolvido por Marx e posteriormente expandido por Gramsci, o qual argumentava que a classe dominante não mantém seu poder apenas pela coerção, mas também pela construção de uma hegemonia cultural, através da qual suas visões de mundo e valores são difundidos como “senso comum”, influenciando a percepção coletiva sobre o que é aceitável, desejável ou normal na sociedade.

Destaca-se, ainda, na perspectiva de estudos de Marx, seu método histórico-dialético que busca compreender a realidade social e histórica a partir do conflito entre forças sociais em contradição. O citado método e a EPC estão ligados à análise crítica das relações de poder no campo da comunicação, destacando a importância da análise das relações sociais e das relações de produção que permeiam a produção e distribuição de bens e serviços culturais, como os produtos da comunicação (Kaliskoske, 2016). Diante dessas afirmativas, os conceitos de Marx oferecem uma base teórica valiosa para entender as dinâmicas econômicas, sociais e políticas que permeiam a esfera da comunicação, especialmente no que se refere ao poder, à exploração, à alienação e à busca por sistemas mais justos e igualitários de produção e distribuição de informações.

Marx destacou a importância da luta de classes na sociedade e na EPC essa noção se relaciona com o controle dos meios de comunicação. Empresas de mídia, grandes conglomerados e interesses corporativos detêm o poder de controlar a produção e disseminação de informações, influenciando as narrativas e moldando a opinião pública de acordo com seus interesses. A ideia de alienação, por exemplo, na qual os indivíduos se sentem desconectados do produto do seu trabalho, pode ser relacionada à indústria cultural. Os consumidores de conteúdo muitas vezes estão alienados do processo de produção das mensagens midiáticas. A padronização e massificação da cultura, com produtos midiáticos produzidos em série e destinados ao consumo em massa, podem reforçar esse sentimento de alienação. (Kaliskoske, 2016)

No entanto, a EPC também considera as possibilidades de transformação social por meio desses produtos, que envolve o desenvolvimento de novas formas de propriedade e gestão de mídia que possam atender às necessidades da sociedade e do público, e não apenas os interesses comerciais das empresas (Dourado, 2013). De acordo com Mosco (2016), algumas das principais linhas de estudo da EPC são sobre a concorrência e a concentração que analisam como as empresas de mídia se concentram em mãos de poucas empresas e como isso afeta as perspectivas na mídia, estudando também as implicações econômicas e políticas da

globalização da comunicação e da cultura, incluindo a circulação de informações, ideias e valores ao redor do mundo.

Mosco (1999) argumenta que a EPC é importante porque a mídia é um setor estratégico da economia global, pois desempenha um papel crucial na criação e manutenção de mercados e na construção de ideologias que sustentam o capitalismo. Em conformidade com os pensamentos de Mosco (1999), Bolaño (2008) enfatiza que a mídia não é apenas um setor econômico, mas também uma instituição política que molda a forma como as pessoas pensam e agem.

Na obra “Desentendimento: Política e Filosofia” (1996), do filósofo Jacques Rancière, ele introduz uma concepção política centralizada na ideia de desentendimento ao argumentar que a política não se manifesta como uma atividade comum ou cotidiana nos sistemas consensuais predominantes na maioria das sociedades contemporâneas. A política é vista por Rancière (1996) como algo raro, acontecendo genuinamente nos momentos em que uma parte marginalizada da sociedade interrompe a suposta lógica natural de dominação, tornando audível como discurso aquilo que antes era percebido apenas como ruído.

Na concepção do autor, a política não se restringe apenas aos procedimentos formais de governo ou às estruturas institucionais, mas está intrinsecamente ligada à percepção, à sensibilidade e à distribuição do que é visível e do que pode ser dito na esfera pública. Ao discutir questões de democracia, igualdade e emancipação, sugere que a política emerge quando diferentes formas de experiência e entendimento colidem, quando vozes que são suprimidas, silenciadas ou consideradas sem importância entram em cena e desafiam a ordem estabelecida. Ele destaca que o desentendimento não é simplesmente um mal-entendido ou uma falta de comunicação, mas um momento de ruptura que revela as contradições subjacentes ao funcionamento do poder. (Rancière, 1996)

Em um diálogo significativo com o campo comunicacional ao desafiar as noções convencionais de política e filosofia, o citado autor propõe uma reflexão sobre as dinâmicas do dissenso e da ruptura nas relações políticas e sociais, elementos que também são cruciais na esfera comunicacional. Sua análise sobre o papel do desentendimento como motor da transformação política pode ser aplicada à comunicação, pois o desacordo e a disputa de sentidos permeiam as interações midiáticas e a construção do discurso público.

Ao abordar a ruptura das hierarquias sociais e a possibilidade de resistência por meio da redistribuição de visibilidades e vozes, Rancière (1996) oferece subsídios teóricos para repensar as estruturas comunicativas, promovendo a pluralidade de discursos e a contestação

das narrativas dominantes, fomentando, assim, um espaço comunicacional mais democrático e inclusivo.

Levando em consideração a evolução do pensamento ocasionada pelas transformações históricas, mesmo que tendo como base os princípios estabelecidos por Marx, pode-se incluir Bourdieu (1979), como um pensador pós-marxista, o qual amplia a análise econômica de Marx ao considerar outros campos sociais, como cultura, educação e simbolismo, e argumenta que esses campos desempenham um papel fundamental na reprodução das desigualdades econômicas e sociais. Argumenta ainda que os processos capitalistas e econômicos são influenciados pelo meio social e pela cultura ao enfatizar que estes fatores desempenham um papel significativo na maneira como a economia opera e como as desigualdades econômicas são reproduzidas.

Bourdieu (1979) introduz a ideia de que a cultura não é apenas um reflexo da estrutura econômica, mas também uma força ativa que molda e influencia os processos econômicos. Na visão dele as formas de capital cultural, como educação, conhecimento, linguagem e hábitos culturais, têm um impacto direto nos resultados econômicos de um indivíduo ou grupo social. Por meio dessa perspectiva, indica que os processos econômicos não são contínuos ou independentes do contexto social e cultural. Pelo contrário, eles são intermitentes e intrinsecamente ligados às dinâmicas sociais, culturais e de poder que permeiam uma sociedade e em sua obra, não se concentra diretamente no processo de desenvolvimento econômico de países ou regiões, mas sim na análise das estruturas sociais, das relações de poder, das desigualdades e da reprodução social.

Entretanto, é inegável que as mudanças tecnológicas transformaram profundamente a economia global, vinculada ao capitalismo que diretamente depende da inovação tecnológica para se manter e na qual a mídia é uma das principais indústrias impulsionadoras dessas mudanças (Bolaño, 2008). Nessa perspectiva, a EPC traz para o campo da comunicação a extensão da lógica do capitalismo, valendo-se do argumento de que “o campo comunicacional pode se beneficiar de um paradigma teórico-crítico, transversal e interdisciplinar” e, assim, possibilitar diversas vertentes de estudo (Bolaño, 2008, p. 108).

Desta maneira, é oportuno ressaltar que esse “paradigma teórico-crítico” permite uma compreensão mais ampla e aprofundada das complexidades da comunicação e das dinâmicas sociais relacionadas, tendo em vista que se tem como foco enfatizar a importância de uma análise crítica dos meios de comunicação e de como eles são utilizados para influenciar a opinião pública e manter as relações de poder desiguais, tornando-se especialmente relevante

em uma era em que a desinformação e as notícias falsas estão se tornando cada vez mais comuns (Rego e Paulino, 2022).

O fenômeno da desinformação expandiu-se em escala, dinâmica e amplitude sem precedentes, exercendo impacto em todas as regiões geográficas. Ele permeia e distorce os comportamentos e valores culturais de maneira difundida e mais preocupante ainda, assumiu características nocivas do capitalismo, tornando-se um método exploratório e lucrativo que afeta uma parcela significativa da população global. O denominado capitalismo de vigilância opera por trás do sucesso das maiores corporações digitais do mundo. Utiliza os dados pessoais dos indivíduos para criar perfis que abarcam dimensões sociais, políticas e de consumo. (Rego, 2021)

Ao considerar que a arquitetura algorítmica de vigilância e mineração de informações pessoais é um fenômeno central na contemporaneidade, especialmente no contexto da plataformação da vida, observa-se que este conceito, que vai além da mera criação de perfis, revela um ecossistema tecnológico que está profundamente enraizado na sociedade moderna, moldando comportamentos, influenciando decisões e reconfigurando as relações sociais e econômicas de maneira quase imperceptível. As plataformas digitais tornaram-se intermediárias essenciais, não apenas no acesso à informação, mas também na mediação de interações sociais e econômicas.

O modelo de negócios baseado em vigilância e mineração de dados pessoais apresenta uma série de desafios e implicações para a sociedade. As questões de privacidade, autonomia e manipulação são centrais nesse debate, e exigem uma reflexão crítica sobre o papel das plataformas na sociedade contemporânea. A regulação e a transparência são aspectos fundamentais para garantir que os interesses dos usuários sejam protegidos e que as plataformas operem de maneira ética e responsável. Além disso, é necessário promover a alfabetização digital e a conscientização sobre a importância da privacidade e do controle de dados pessoais. (Rego, 2021)

A lógica do capitalismo, por exemplo, molda fortemente a maneira como a comunicação é produzida, consumida e regulada. Isso ocorre porque a comunicação é frequentemente usada como uma ferramenta para promover produtos, serviços e ideias que são comercializadas no mercado, assim como as práticas de comunicação podem ser usadas para amplificar vozes marginalizadas e propiciar a diversidade cultural, a justiça social e a participação cidadã (Ramos, 2000).

Ao realizar uma análise macro sobre como a comunicação é socialmente construída — e, com isto, trazer à tona a questão da vinculação da teoria da comunicação e teoria do valor-

trabalho — fica claro que ao associar elementos do pensamento marxista aos estudos de mediação social, que caracterizam o campo da comunicação, não se pode deixar de compreender que o processo não se encerra, faz parte de um ciclo em constante transformação. Como já afirmava Mosco (1999, p. 67) “(...) é igualmente importante pensar em como as práticas de comunicação, incluindo os comunicadores e as ferramentas que eles usam, constroem um mundo social e cultural que inclui mitos e símbolos”.

Esse tipo de abordagem permite que o campo da comunicação se beneficie de uma variedade de perspectivas e conhecimentos de diferentes áreas, como psicologia, sociologia, antropologia, ciência política, entre outras, ajudando a entender melhor a complexidade e a diversidade das interações humanas e a considerar fatores culturais, históricos e sociais que influenciam a comunicação (Bolaño, 2008).

Como assevera Aragão:

(...) a compreensão da complexidade dos fenômenos sociais nos deve levar a não perder de vista questões que se mantêm tão importantes e presentes no escopo de preocupações da EPC e que vem ganhando novo fôlego, inclusive na EPC, como os estudos sobre jornalismo, para dar um exemplo. (2020, p. 78)

Assim, entender a complexidade destes fenômenos implica reconhecer a existência e valorizar a diversidade de identidades, culturas, perspectivas e experiências. As manifestações culturais de comunicação têm uma grande importância na sociedade, pois são formas de expressão que permitem que as pessoas se comuniquem entre si, compartilhem experiências, ideias e sentimentos e criem laços de identidade e pertencimento.

No entanto, para uma compreensão mais elaborada acerca dos estudos da EPC, suas origens e sua evolução, assim como seus teóricos e discípulos, é preciso direcionar atenção para a análise dos fundamentos históricos da economia política. Nesse ensejo, considera-se necessário analisar a interpretação de Mosco que, em uma abordagem restrita, define que “economia política é o estudo das relações sociais, em especial das relações de poder, que constituem a produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo os recursos da comunicação” (1999, p. 98).

Em um ponto de vista mais amplo, o referido autor conceitua EPC como “o estudo do controle e da sobrevivência na vida social” – controle quanto à questão da organização social dos grupos; em relação à sobrevivência, enfatiza a temática econômica dos processos de produção e transformação social (Mosco, 1999, p. 98). Em outras palavras, este campo se preocupa em entender como as forças econômicas e políticas moldam o modo como a informação é produzida, distribuída e consumida na sociedade.

Vale considerar que, na sociedade capitalista contemporânea, a EPC é especialmente importante, já que o sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção e na busca pelo lucro influencia diretamente a produção e distribuição de informações. Nesse contexto, as empresas de comunicação são orientadas pela lógica do mercado e visam, principalmente, maximizar seus lucros, o que pode afetar a qualidade e diversidade da informação disponível para o público.

De acordo com Kaliskoske (2016), a EPC se preocupa com o papel dos meios de comunicação na reprodução das relações de poder na sociedade capitalista, o que inclui a forma em que a mídia representa diferentes grupos sociais, como as classes sociais, gêneros, raças e etnias, bem como a forma como ela influencia a opinião pública e as políticas públicas. Como nos assegura Brittos:

Ao pensar-se a realidade comunicacional e cultural diante da Economia Política, no cerne está a conexão entre comunicação e capitalismo, ou seja, que a primeira se insere no segundo, o que não implica determinação direta de um sobre o outro. É que o capitalismo funciona como um todo, revelando-se contemporaneamente globalizado, e nesta proporção a produção industrial cultural e suas corporações globalizam-se. Similarmente, a EPC mostra-se como uma via de compreensão do capitalismo na contemporaneidade, pelo papel da comunicação no sistema e pela capacidade analítica da própria Economia Política. (2008, p. 195)

Segundo Kaliskoske (2016), na perspectiva da EPC, a análise se concentra nas relações entre as indústrias da comunicação e os interesses políticos e econômicos que moldam a produção e distribuição de produtos de comunicação. A análise marxista nesse contexto enfatiza a relação entre a propriedade dos meios de produção e o controle da produção e distribuição de bens culturais, incluindo a mídia e os produtos de comunicação.

Ao afirmar sobre o reposicionamento das linhas de força teóricas e políticas que estruturam o campo abre espaço para a introdução de novos programas e métodos de investigação nos quais a teoria marxista pode desempenhar um papel significativo, Bolaño (2016) sugere que a revisão e reestruturação das abordagens teóricas e políticas podem permitir uma maior incorporação e aplicação dos princípios fundamentais da teoria marxista em diversas áreas do conhecimento.

O avanço do capitalismo ao longo da história é um processo em que a economia desempenha um papel central, influenciando e absorvendo todos os outros aspectos da sociedade. Como afirma Bolaño:

(...) o capital consegue impor sua lógica de expansão ao conjunto de uma sociedade, o que não se dá sem lutas e resistências, que podem advir tanto da própria lógica

contraditória do capital que, enquanto relação social que é, engloba um polo dominado, quanto de fatores de ordem cultural alheios a essa lógica. (2016, p. 95)

Contudo, é importante ressaltar que essa dominação da economia não acontece sem enfrentar desafios, confrontos e resistências. A determinação da sociedade pelo aspecto econômico do capitalismo só ocorre à medida que o capital consegue impor sua lógica de expansão sobre todos os aspectos de uma comunidade. Esse processo não ocorre de forma tranquila, mas sim em meio a lutas e oposições. Essas resistências podem surgir tanto da própria natureza contraditória do capital, que envolve relações sociais de dominação, quanto de influências culturais externas à lógica econômica do capitalismo.

A ciência moderna é hegemônica, não resta dúvida, no interior do campo científico, mas subordina-se aos interesses maiores da acumulação capitalista e aos poderes do Estado. A forma específica que ela assume, inclusive a sua autonomia relativa, é aquela adequada às forças sociais a que serve. Na medida em que uma nova ruptura no plano da racionalidade se apresenta, mudanças relevantes no campo científico também vêm ocorrendo (Bolaño, 2016, p. 41) .

Tendo em vista os pontos apresentados, é possível também compreender como as contradições entre o capital e o trabalho afetam a produção e a distribuição de conteúdo e a organização das empresas de mídia, sendo útil para entender as complexas interações entre as forças econômicas, políticas e sociais que moldam a EPC. O capitalismo fornece uma estrutura teórica para analisar as contradições e conflitos que surgem nesse campo, bem como para avaliar as possibilidades e limitações da mudança social e política na esfera da comunicação (Dourado, 2013).

No contexto capitalista, a mídia e a indústria da comunicação são frequentemente guiadas pelos interesses comerciais, resultando em uma influência desproporcional dos poderosos sobre a produção e disseminação de informações. A lógica de mercado pode levar à manipulação da informação, à criação de narrativas tendenciosas e à marginalização de vozes e perspectivas divergentes. A busca pelo lucro e a competição desenfreada podem levar a práticas predatórias, degradação ambiental e desrespeito aos direitos humanos. Assim, este panorama é resultado de uma questão estrutural que revela uma metamorfose significativa decorrente da reorganização produtiva e da flexibilização das relações laborais em circunstâncias de extrema vulnerabilidade. Como afirma Aragão:

O acompanhamento do desenvolvimento do modo de produção capitalista, ao longo das revoluções industriais – a primeira e a segunda e no desdobramento da terceira, cujos desdobramentos ainda testemunhamos – demonstra como o intenso progresso técnico não altera a lógica societal, apesar de abrir um conjunto de

contradições, resultantes das consequências deletérias sobre a natureza, altos índices de concentração da riqueza, aumento da jornada e da precarização do trabalho, exacerbação dos conflitos sociais e da violência de gênero e de corte racial. (2002, p. 78)

É necessário buscar alternativas que promovam uma economia mais justa e sustentável, no qual a comunicação seja democratizada, os interesses coletivos sejam priorizados e as desigualdades sejam reduzidas. Portanto, a análise crítica do capitalismo como estrutura teórica para compreender as dinâmicas sociais, incluindo a esfera da comunicação, é importante para avaliar tanto suas contradições e limitações quanto as possibilidades de mudança e progresso (Aragão, 2020).

Na sequência, é fundamental frisar que a sociedade é composta por indivíduos e grupos que interagem e influenciam uns aos outros, criando formas de pensar, agir e se organizar. É importante reconhecer que essas transformações sociais muitas vezes ocorrem de forma não linear e imprevisível, podendo ocorrer em diferentes níveis, desde mudanças culturais até mudanças políticas e econômicas (Oliveira, 2004).

Portanto, compreender as transformações sociais como um processo contínuo — e em constante movimento — requer uma abordagem flexível e adaptável, capaz de se ajustar às mudanças que ocorrem ao longo do tempo. Isto pode incluir a análise cuidadosa das transformações e padrões sociais com uma observação atenta às modificações em curso e a antecipação das transmutações que ainda estão por vir.

1.3 Comunicação Pública (CP) – marcos conceituais e interpretações

É possível constatar que as áreas da comunicação estão passando por transformações significativas diante das demandas da sociedade. Neste contexto, a comunicação não é mais vista apenas como um meio de divulgar ou transmitir informações, mas sim como um processo social singular (Ramos, 2000). Em concordância com esta afirmativa, insere-se a CP que, como conceitua Pierre Zémor (1995), é um importante instrumento para a promoção da cidadania e para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, ética, transparente e eficiente, garantindo a participação, o engajamento da população nas decisões públicas e a legitimidade do interesse geral.

Engloba meios como televisão, rádio, jornais, revistas, mídias sociais e outros canais digitais. Seu objetivo é fornecer informações imparciais e contextualizadas, dando voz às diversas perspectivas e opiniões presentes na sociedade. Ela desempenha um papel-chave na construção de uma esfera pública saudável, onde ideias são compartilhadas, debatidas e

contestadas. Ao fornecer informações confiáveis e baseadas em fatos, capacita as pessoas a tomarem decisões informadas e a participarem ativamente na vida democrática.

Ao oferecer um contraponto consistente e confiável, a CP contribui para a construção de uma sociedade mais esclarecida, tolerante e plural. Nas sociedades contemporâneas, a sua importância também está ligada à necessidade de combater a desinformação, as *fake news* e os discursos de ódio. A CP no Brasil começou a ser discutida no final da década de 1990 e desde então abrange diversos setores e atividades, além de enfrentar desafios que precisam ser superados para que possa cumprir sua função social de forma mais efetiva. Não diferente do que conceitua Zémor (1995), estudiosos dessa área reafirmam a pretensão de estudar o papel da comunicação na gestão de instituições públicas e como a comunicação pode ser uma ferramenta eficaz para estabelecer uma relação de confiança entre as instituições públicas e a sociedade.

No entanto, para estabelecer uma relação de confiança, a comunicação precisa ser bidirecional e participativa (Zemor, 1995). As instituições públicas devem estar abertas ao diálogo, ouvindo ativamente as preocupações, sugestões e críticas da sociedade. Esse engajamento não se resume apenas a transmitir mensagens, mas também a receber feedback, o que pode melhorar políticas e serviços, demonstrando responsabilidade e sensibilidade às necessidades do público. Portanto, é crucial que a comunicação seja ética, acessível, inclusiva e baseada em fatos para construir e manter uma relação sólida e de confiança entre as instituições públicas e a sociedade.

Em síntese, a comunicação é uma ferramenta poderosa na gestão das instituições públicas, capaz de estabelecer e sustentar a confiança do público quando utilizada de forma eficaz. No entanto, ela enfrenta desafios e deve ser complementada por ações que evidenciem integridade e responsabilidade por parte dessas instituições. A complexidade das políticas públicas muitas vezes dificulta a comunicação eficaz, e além disso, o equilíbrio entre transparência e a preservação da segurança e privacidade dos dados é um desafio constante.

É destaque entre os estudiosos a importância da CP para a construção de uma esfera pública democrática que ajude a promover a cidadania ativa e a participação dos cidadãos na vida política e social (Bueno, 2010). Dessa forma, a CP envolve uma gama de atividades, como campanhas publicitárias, relações-públicas, assessoria de imprensa, produção de conteúdo para meios de comunicação, produção de eventos, gerenciamento de redes sociais, divulgação de conhecimento científico, entre outros (Duarte, 2011).

Como estabelecido por Brandão (2007), existem algumas dimensões de trabalho da CP, dentre elas a que pressupõe a responsabilidade do Estado e do Governo na criação de um

fluxo informativo e comunicativo com os cidadãos está fundamentada em princípios de transparência, prestação de contas e participação cívica.

Nesta acepção, dever-se-ia compreender Comunicação Pública como um processo comunicativo das instâncias da sociedade que trabalham com a informação voltada para a cidadania. Entre elas, os órgãos governamentais, as organizações não governamentais, associações profissionais e de interesses diversos, associações comunitárias enfim, o denominado terceiro setor, bem como outras instâncias de poder do Estado como Conselhos, agências reguladoras e empresas privadas que trabalham com serviços públicos como telefonia, eletricidade etc. (Brandão, 2007, p. 3).

A CP nesse contexto não deve ser apenas um meio de transmissão unilateral de mensagens, mas sim um processo dialógico que valorize a diversidade de opiniões e promova a participação ativa dos cidadãos na vida política e social. Através de mecanismos como sites governamentais, portais de transparência, comunicados oficiais, audiências públicas, campanhas educativas e outras iniciativas, o Estado busca garantir a disseminação de informações precisas e confiáveis, além de fornecer oportunidades para o feedback e a colaboração da sociedade.

Ao promover a transparência e a abertura das informações governamentais, o Estado contribui para fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições, reduzir a assimetria de informações e capacitar os indivíduos a participarem ativamente na tomada de decisões que impactam suas vidas. Entretanto, é importante destacar que a efetividade dessa comunicação depende não apenas da divulgação de informações, mas também da garantia de acesso igualitário a essas informações, da clareza na linguagem utilizada, do respeito à diversidade de opiniões e da responsabilidade na gestão dos dados e da comunicação por parte das autoridades governamentais.

Ao invés de ser considerada uma solução definitiva, este tipo de comunicação deve ser entendida como um ponto de referência confiável, um canal através do qual as instituições podem se conectar com os cidadãos. É fundamental para construir uma relação de confiança mútua entre governos, organizações e a sociedade em geral, onde se permita que as informações sejam transmitidas de forma clara e acessível, incentivando um diálogo aberto e democrático.

Dentre as formas e as condições da CP, Zémor (1995) identifica cinco categorias essenciais: responder à obrigação que têm as instituições públicas de levar informação a seus públicos; estabelecer a relação e o diálogo de forma a desempenhar o papel que cabe aos poderes públicos; apresentar e promover cada um dos serviços oferecidos pela administração

pública; tornar conhecidas as instituições, tanto por uma comunicação interna quanto externa; desenvolver campanhas de informação e ações de comunicação de interesse geral.

De acordo com Bueno (2010), no contexto da ação pública, a comunicação é fundamental para informar a população sobre políticas públicas, projetos e iniciativas do governo, além de mobilizar a sociedade para a participação e engajamento em causas coletivas. A comunicação efetiva pode ajudar a construir consenso, promover a transparência e aumentar a confiança do público nas instituições públicas.

Para Zémor (1995), a CP é essencial para a democracia e a participação cidadã. Ele acredita que a comunicação pública é um meio de garantir a transparência e a prestação de contas por parte do Estado e de outras instituições públicas, bem como para permitir que os cidadãos participem ativamente da tomada de decisões políticas. “Em qualquer caso a comunicação tem um lugar essencial para identificar as opiniões, mediar essas opiniões e avaliações junto ao corpo dirigente das instituições ou órgãos e levar ao conhecimento do público o que faz o órgão” (1995, p. 11).

Ratificando as afirmativas acima, segundo Bolaño (2013), “a palavra comunicação pode significar muitas coisas, entre as quais se destacará sempre, sobretudo nas condições do capitalismo avançado dos séculos XX e XXI, o de instrumento de poder”. A maneira como as pessoas se comunicam e as estratégias que utilizam têm um impacto significativo nos resultados a serem obtidos. A comunicação eficaz pode capacitar indivíduos e grupos, permitindo-lhes transmitir suas ideias, expressar necessidades e mobilizar outras pessoas para uma causa comum. Ao refletir sobre esta interface, pode-se entender melhor como usar a comunicação de maneira assertiva e persuasiva.

Na sociedade capitalista contemporânea a CP enfrenta desafios, uma vez que as empresas de comunicação e os conglomerados midiáticos tendem a dominar a maior parte do mercado de comunicação e a direcionar a comunicação de acordo com seus próprios interesses econômicos, levando a uma falta de pluralidade na produção e na distribuição de informação, bem como à marginalização das vozes e perspectivas que não se alinham com a lógica do mercado.

Por outro lado, a CP pode ser vista como um contraponto importante para essa tendência, na medida em que busca oferecer informação de qualidade, estimular a participação cidadã na produção e na disseminação de informação. Por meio de veículos de comunicação públicos, como rádios e televisões estatais, portais de notícias governamentais e programas educativos, a comunicação pública pode oferecer alternativas à lógica do mercado e promover a informação como um bem público (Oliveira, 2004).

No entanto, destaca-se que a CP não está isenta das influências políticas e econômicas que caracterizam a sociedade capitalista contemporânea. Ainda assim, é possível que cumpra um papel na democratização da informação e no estímulo à participação cidadã, permitindo que diferentes vozes e perspectivas tenham espaço e contribuam para um debate público mais informado e plural (Bueno, 2010).

Com a expansão dos mercados globais, a integração econômica e a disseminação de tecnologias de informação e comunicação, as dinâmicas de poder foram transformadas. Esse cenário é um dos pontos centrais da reflexão Bolaño (2000, 2016), que destaca a necessidade premente de uma análise crítica sobre a comunicação, especialmente em países latino-americanos como o Brasil, que vivenciaram processos recentes de democratização.

Essa reflexão crítica sobre a comunicação se torna essencial porque as transformações globais não apenas reconfiguram as estruturas econômicas, mas também influenciam diretamente as esferas culturais e midiáticas. As novas tecnologias, em particular, redefinem a forma como as pessoas se comunicam, consomem informações e constroem suas identidades culturais. Isso implica em repensar como os fluxos de informação são controlados, quem detém o poder na produção e difusão de conteúdo, além de analisar como essas mudanças podem afetar o desenvolvimento de sociedades democráticas.

É necessário compreender como as mudanças na comunicação e nas indústrias culturais impactam a formação de opinião pública, a participação cidadã e a construção de uma esfera pública mais plural e inclusiva. A concentração de poder nos meios de comunicação, juntamente com as influências da globalização, levantam questões críticas sobre quem controla as narrativas e como essas influências moldam as percepções coletivas e nesse sentido permite não apenas identificar possíveis desafios, como também explorar oportunidades para fortalecer a democracia.

Ao tratar sobre “esfera pública” e suas mudanças estruturais, faz-se necessário voltarmos aos conceitos de Habermas (1984), visto que para o autor a esfera pública é um ambiente social onde a opinião pública se forma por meio de debates racionais e comunicativos, essenciais para uma democracia saudável. Ele enfatiza a necessidade de um espaço saudável para o funcionamento adequado de uma sociedade democrática, onde os cidadãos possam exercer sua cidadania de maneira informada e participativa.

No entanto, Habermas (1984) também aponta para transformações na esfera pública ao longo do tempo. Ele argumenta que, historicamente, a esfera pública burguesa, que surgiu na Europa no século XVIII, tinha suas limitações, pois excluía muitos grupos sociais, especialmente mulheres e pessoas de classes menos privilegiadas. Além disso, ele discute

como a esfera pública contemporânea foi afetada por fenômenos como a comercialização da mídia e a manipulação da opinião pública, o que levanta preocupações sobre a autenticidade e a qualidade dos debates na esfera pública moderna.

Desta maneira, é possível fazer uma correlação entre o conceito de esfera pública de Jürgen Habermas (1984) e os conceitos de Pierre Zémor (1995) sobre comunicação pública, tendo em vista a ênfase que ambos dão à importância da informação e do debate público para uma sociedade saudável e democrática. Habermas (1984), como já mencionado, enfatiza a importância do debate racional, baseado na troca de ideias, para o funcionamento adequado de uma democracia, enfocando a esfera pública como um ambiente onde as decisões políticas são legitimadas por meio do discurso público.

Por sua vez, Zémor (1995), ao definir a comunicação pública, ressalta a responsabilidade das instituições públicas na troca de informações relevantes para a sociedade e na manutenção do vínculo social. Ele destaca a natureza formal da comunicação pública, que lida com a divulgação de informações de utilidade pública e promove o contato entre o setor público e a sociedade, enfatizando a importância da transparência e da comunicação acessível para fortalecer os laços sociais.

Ambos os autores compartilham a ideia de que a comunicação é fundamental para o funcionamento saudável de uma sociedade democrática. Tanto Habermas quanto Zémor enfatizam a necessidade de uma comunicação transparente, inclusiva e orientada para o interesse público, onde o debate aberto e informado contribua para a formação de uma opinião pública esclarecida e para a coesão social. Seus conceitos convergem na importância da comunicação como um pilar essencial para o engajamento cívico, a participação democrática e o fortalecimento dos laços sociais na sociedade.

Pode-se afirmar então que, em razão do poder exercido pela comunicação, é salutar compreendê-la de forma macro, uma vez que esta é de responsabilidade das instituições públicas, especialmente nas universidades, local onde é difundido o saber científico e que permite ser compreendida a realidade e complexidade da sociedade (Weber, 2021). Sob este aspecto, a mencionada autora trabalha a natureza multifacetada da comunicação pública, destacando sua complexidade intrínseca devido à diversidade de públicos, interesses e finalidades a serem considerados. Ela ressalta que as instituições públicas têm a responsabilidade de se comunicar de maneira transparente, clara e acessível, buscando informar a sociedade sobre suas atividades, políticas e ações.

Um dos pontos-chave do trabalho da citada autora é a análise das estratégias de comunicação que as instituições públicas podem adotar para enfrentar o desafio de tornar

visível o seu trabalho. Isso envolve não apenas a divulgação de informações, mas também a compreensão dos diferentes públicos e a adaptação da comunicação para atender às necessidades e expectativas de cada grupo. Ao tratar sobre o conceito apresentado é o “paradoxo da visibilidade” (Weber, 2016), que descreve a tensão existente entre a necessidade de transparência e visibilidade das instituições públicas para o público e o potencial risco de que essa exposição possa gerar mal-entendidos ou uma percepção negativa.

Weber (2016) argumenta que, embora a visibilidade seja crucial para a responsabilidade e a transparência das instituições, essa mesma visibilidade pode ser estrategicamente gerenciada, levando a uma exposição seletiva ou controlada. Ela ressalta a importância de encontrar um equilíbrio na comunicação pública, evitando tanto a visibilidade total que poderia prejudicar a instituição quanto a invisibilidade, que poderia ser interpretada como falta de transparência e propõe uma abordagem estratégica na comunicação pública, que considere e lide com esse paradoxo da visibilidade.

Assim, em sua obra oferece uma perspectiva esclarecedora sobre os desafios e complexidades enfrentados na comunicação de instituições públicas. Destaca a relevância de uma abordagem estratégica na gestão da visibilidade institucional, reconhecendo a necessidade de equilibrar a transparência com a administração cuidadosa da exposição pública. Isso se torna crucial para instituições, sejam elas governamentais, organizações não governamentais ou empresas, pois estão constantemente sob o escrutínio da sociedade e da opinião pública.

Para alcançar este tipo de abordagem estratégica é necessário a formulação de planos deliberados e pensados para gerenciar a visibilidade da instituição e isso não se trata apenas de divulgar informações, mas de entender como, quando e quais informações devem ser comunicadas para atender às necessidades da instituição, além do que a estratégia deve considerar a imagem pública desejada, os valores institucionais, bem como as preocupações e interesses dos diferentes públicos envolvidos.

Portanto, uma abordagem estratégica na gestão da visibilidade institucional busca encontrar um equilíbrio sensato entre divulgação de informações transparentes e a gestão cuidadosa da exposição pública. Isso não apenas fortalece a confiança e a credibilidade, mas também protege os interesses da instituição, garantindo uma imagem consistente e autêntica perante a sociedade e o público em geral.

Pertinente ao tipo de comunicação desenvolvida nas universidades públicas, o leque de discussão aumenta e vem reforçar o papel da comunicação como um todo e o das universidades na sociedade, visto que essas instituições têm como missão principal produzir,

disseminar e aplicar conhecimento, contribuindo assim para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social do país.

A administração universitária e a comunicação social estão intimamente ligadas, já que esta última é parte essencial do processo de gestão universitária. Brandão destaca que “(...) a produção e a difusão do conhecimento científico incorporaram preocupações sociais, políticas, econômicas e corporativas que ultrapassam os limites da ciência pura e que obrigam as instituições de pesquisa a estender a divulgação científica além do círculo de seus pares” (Brandão, 2012, p. 4)

Além disso, a comunicação universitária tem uma dimensão pedagógica, já que promove a cultura da comunicação e a formação de uma consciência crítica em relação à comunicação e às tecnologias de informação. Seguindo o raciocínio delineado, desempenha um papel crucial na promoção da educação, pesquisa e inovação, permitindo que as pessoas compartilhem ideias, trabalhem em conjunto e discutam questões acadêmicas e administrativas. Como aponta Oliveira:

A comunicação não é um processo que reflete mecanicamente as respostas e as interpelações de um indivíduo ou grupo para outro e sim que, através da ação, produzem um mundo compartilhado. Agindo compartilhadamente, eles estabelecem e interagem de maneira dialógica (ou conflitiva) para enfrentar e responder aos desafios sociais, grupais ou individuais. (2004, p. 68)

As investigações e construções teóricas estão em desenvolvimento e as mudanças na comunicação ocorrem na medida em que ela assume seu papel no processo de produção de sentido e insere-se no cenário tensionado pela realidade social, que é diretamente influenciada pelo campo político e econômico. A comunicação universitária estabelece uma relação de diálogo e interação entre as instituições de ensino superior e a sociedade em geral, tendo como objetivo promover a comunicação, a informação e o diálogo por meio de estratégias de comunicação que promovam a transparência, a divulgação de informações e a promoção da imagem institucional (Almeida e Bolfe, 2021).

A comunicação, de forma estratégica, envolve definir objetivos claros, entender o público-alvo, escolher canais apropriados, criar uma mensagem clara e consistente para assim conseguir medir e avaliar o sucesso. É necessário criar uma ponte entre a universidade e a sociedade, contribuindo para a democratização do conhecimento e para o fortalecimento da imagem da instituição (Brandão, 2012).

As universidades são importantes centros de produção de conhecimento e a comunicação universitária pode contribuir para a disseminação dessas informações, seja por

meio de veículos próprios (como jornais, revistas e sites) ou de parcerias com veículos de comunicação do mercado. Além disso, a inserção da comunicação universitária na sociedade capitalista enfrenta desafios, como a falta de recursos financeiros e de autonomia em relação ao mercado. Isso pode limitar a capacidade das universidades de produzir e disseminar informação de qualidade, assim como de estabelecer diálogos significativos com a sociedade em geral (Almeida e Bolfe, 2021).

Na contemporaneidade, as diversas áreas de estudo da comunicação passaram por transformações que alteraram por completo o comportamento institucional das organizações. A comunicação passou a ser considerada de outra maneira: começou a ser encarada como algo fundamental e como uma área estratégica (Ruão, 2005). Outro fator a ser reputado diz respeito à importância da reflexão crítica sobre a ação dos processos políticos, sociais e econômicos, a fim de que possam gerar caminhos mais abrangentes para a diversidade e democratização da comunicação.

Kunsch caracteriza a comunicação como “[...] um poder transversal que perpassa todo o sistema social global, incluindo neste âmbito as organizações” (2014, p. 37). Além disso, a mesma autora também faz menção ao poder das organizações na sociedade contemporânea que, por sua vez, se consolidaram no século XX. Equivalente a essa concepção, Mosco (2009) chama atenção para a necessidade de ir além da simplicidade das definições, da mesma forma que ressalta Macamo (2016) ao afirmar que, sob o ponto de vista epistemológico, um dos avanços da área é não só estudar a perspectiva crítica, mas também incorporar a ideia de estudar os fenômenos com o objetivo de conhecer as suas causas e sobre elas agir.

1.4 Forças, tensões e enfrentamentos

A EPC, como já mencionado, é uma abordagem conceitual que busca analisar as relações entre as estruturas políticas, econômicas e culturais, a produção, distribuição e consumo de bens e serviços midiáticos. Essa abordagem se baseia nas teorias da economia política e da teoria crítica da comunicação e leva em consideração questões de propriedade, controle, regulação e concentração de mercado, bem como o papel dos consumidores na construção da cultura e do mercado (Bolaño, 2008).

Diante disso, é notório que as duas correntes teóricas aqui apresentadas podem ser interligadas ao contexto do tecido social que é moldado considerando a realidade de análise a qual ele é submetido. Logo, é necessário compreender as vertentes possíveis e suas mais diversas consequências para que as informações e opiniões a serem repassadas ao público

possam ser acompanhadas de veracidade e compromisso com a sociedade, uma vez que informações distorcidas ou fragmentadas podem afetar as percepções e o comportamento das pessoas (Oliveira, 2004).

Dentro do escopo econômico midiático desenrolado em associação às estratégias de enfrentamento à pandemia da COVID-19 pela UFPI é necessário questionar-se, também, sobre as correntes de políticas de saúde e de educação que foram diretamente envolvidas, visto que a pandemia obrigou as universidades públicas brasileiras a se adaptarem rapidamente a novas formas de ensino e também novas forma de se comunicar, de fazer comunicação. Enquanto isso, ainda se destaca a importância de investir em tecnologia e treinamento para garantir que uma comunicação universitária eficaz e acessível mesmo em condições orçamentárias desafiadoras (Silva e Pires, 2020).

Como consequência da pandemia, muitas universidades foram forçadas a mudar para o ensino remoto, o que afetou a forma como se comunicavam com comunidade interna e externa e acelerou a adoção de ferramentas digitais de comunicação, como videoconferências e fóruns online para manter a comunicação entre universidades e sociedade (Panizzon; Costa; Medeiros; 2020)

Com base no ponto de vista da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA) — na publicação “Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões” —, ressalta-se que é importante observar os parâmetros da conjuntura atual e como o campo da comunicação e política oferecem relevantes contribuições especialmente ao contexto brasileiro que, além de se enfrentar a pandemia, enfrentam-se questões cotidianas, políticas e acadêmicas impostas pelo vírus e por um processo de negacionismo tanto por parte das elites políticas governamentais quanto da sociedade. Por sua vez, estes acontecimentos geram um momento social e político conturbado (Sampaio; Sarmiento; Chagas; 2021).

Na investigação em questão, encontramos uma intrincada malha de contendas, primordialmente centradas em disputas acerca das “veracidades” relativas à COVID-19. Estas divergências permeiam áreas que tangenciam o contágio, métodos terapêuticos, estratégias preventivas e programas de imunização. Tais debates ecoam através dos canais das redes sociais e da esfera digital, ecoando na esfera midiática, nos círculos científicos e nas manifestações governamentais de nível federal. (Baumgarten, Weber, 2021)

A análise se revela complexa pela interseção de dinâmicas que envolvem a competição entre os fundamentos democráticos, as prerrogativas capitalistas e as manifestações autoritárias. Esta interação conflituosa também traz à tona impasses relacionados a crises de

índole econômica, ambiental, social e comportamental. Paralelamente, o confinamento compulsório decorrente da pandemia exacerba a influência das tecnologias e das plataformas de redes sociais digitais, engendrando novos espaços de interação comunicativa e propagação de informações, sejam elas de caráter público ou privado.

Desta maneira, como afirma Baumgarten e Weber (2021):

A reflexão sobre informação e comunicação na sociedade atual, acuada pelos perigos na pandemia COVID-19, se impõe a partir de uma questão premente: qual é o papel da ciência e dos meios de comunicação (jornais, televisão, rádio, mídias digitais e redes sociais) nos processos atuais de distribuição, concentração de poder e de conhecimento em relação ao bem-estar social? (Baumgarten, Weber, 2021, p. 2)

Entretanto, a relação entre ciência e meios de comunicação nem sempre é direta ou isenta de desafios e a disseminação da informação enfrenta obstáculos, especialmente nas redes sociais digitais, o que pode distorcer a compreensão pública de questões científicas, minando a confiança na ciência. Além disso, os meios de comunicação podem influenciar a concentração de poder ao selecionar quais tópicos científicos são divulgados, como são apresentados e a quem são direcionados. A abordagem sensacionalista ou a busca por audiência muitas vezes podem resultar na ênfase em determinados aspectos científicos em detrimento de outros, impactando a percepção pública e, conseqüentemente, a distribuição do conhecimento.

É fundamental uma interação mais colaborativa e responsável entre a ciência e os meios de comunicação e para que isso aconteça, inclui o fortalecimento da alfabetização científica na sociedade, a promoção de práticas jornalísticas éticas e responsáveis, bem como o fomento à transparência e à comunicação clara por parte da comunidade científica, daqueles que fazem a comunicação pública. Esses esforços conjuntos podem contribuir para uma distribuição mais equitativa do conhecimento e do poder, capacitando as pessoas a tomar decisões informadas que os impactem positivamente.

O mais preocupante é que diante do cenário da pandemia, as notícias passaram a ser produzidas de forma ainda mais rápida, pois a cada segundo existia uma atualização, o que favoreceu a “desinfodemia”, que descreve a disseminação generalizada e prejudicial de desinformação em grande escala, especialmente durante crises globais, como uma pandemia. Refere-se à propagação massiva de informações falsas, enganosas ou incorretas relacionadas a questões de saúde, medidas de segurança, políticas governamentais ou outros tópicos relevantes durante um cenário de pandemia. (Posetti *et. al.*, 2020)

De acordo com os citados autores, este termo destaca a propagação rápida e abrangente de informações enganosas através de várias plataformas de mídia, especialmente nas redes sociais e na internet, onde a desinformação pode se espalhar rapidamente e alcançar um grande número de pessoas.

Muitas vezes, a desinfodemia oculta as inverdades em meio a informações verdadeiras, e se disfarça em vários formatos conhecidos. Ela recorre a métodos conhecidos – que vão desde memes enganosos e fontes falsas, até fazer com que pessoas cliquem em links ligados a atividades criminosas de phishing. O resultado é que a desinformação sobre a COVID-19 afeta todos os conteúdos de maneira geral, incluindo aqueles sobre: a origem, a propagação e a incidência da doença; seus sintomas e tratamentos; e as respostas dos governos e outros atores (Posetti *et. al.*, 2020, p. 5).

Combater esta disseminação, requer esforços conjuntos de governos, instituições de saúde, plataformas de mídia e indivíduos para promover a educação midiática, verificação de fatos, divulgação de informações precisas e desenvolvimento de estratégias para desencorajar a disseminação de informações falsas. A mitigação da desinformação é fundamental para garantir que as pessoas tenham acesso a informações confiáveis e precisas, especialmente em momentos de crise global de saúde.

Ao fazer essa análise, descortina-se muitos fatores que estimularam o desencadeamento da crise sanitária instalada e desta forma a caracteriza como multidimensional e intersetorial devido à abrangência dos seus impactos presentes e futuros nas condições sociais e econômicas das populações afetadas (Schmidt; Mello; Cavalcante; 2020). Assim, o seu enfrentamento envolve uma perspectiva integrada dos diversos setores da sociedade e inúmeras áreas de atuações públicas para além da saúde, como economia, comércio, mobilidade urbana, infraestrutura, dentre outras. Nesse sentido, ratifica-se que:

O grande desafio para a ação governamental nesses momentos é elaborar estratégias que reúnam a um só tempo: capacidade de abarcar diferentes dimensões do problema; mecanismos de diálogo e articulação com os múltiplos atores com competência para afetar as medidas colocadas em ação e a velocidade de resposta condizente com a urgência dos efeitos decorrentes da pandemia. (Schmidt; Mello; Cavalcante; 2020, p. 11)

Vale refletir, contudo, que as sucessivas crises econômicas, intensificadas pela pandemia da COVID-19, têm acentuado os cortes no orçamento público, especialmente nas universidades públicas (Ferrari, 2019). O impacto desses cortes pode ser significativo na capacidade das universidades de realizar uma comunicação pública eficaz, abrangendo

aspectos como contratação de pessoal, investimento em tecnologias, realização de campanhas, bem como preparação para crises de comunicação.

No aspecto da saúde, a pandemia colapsou diversos sistemas de saúde em todo o mundo, gerando desafios em termos de equipamentos, insumos e recursos humanos, além de trazer consequências diretas e indiretas à saúde física e mental das pessoas, consequências estas que perduram até hoje. Inclusive, a OMS divulgou em agosto de 2020 que a pandemia de COVID-19 estava causando um impacto significativo na saúde mental das pessoas em todo o mundo e estimou que a prevalência global de ansiedade e depressão aumentou cerca de 25% no primeiro ano da pandemia em comparação com os números anteriores à mesma. Esse aumento foi atribuído a uma série de fatores, incluindo o isolamento social, o medo da infecção e a incerteza econômica⁵.

Além disso, a incerteza sobre o futuro contribuiu para o aumento do estresse, ansiedade, depressão e outros problemas de saúde mental. O impacto emocional das perdas familiares, o sentimento de medo, a falta de socialização e a instabilidade no trabalho aumentaram o nível de estresse e sofrimento psíquico dos brasileiros⁶. No âmbito econômico, a pandemia afetou profundamente as atividades produtivas, o emprego e a renda das pessoas, especialmente em setores mais vulneráveis, como o comércio, a indústria, o turismo e a cultura. (Vicari; Selbach; Magnus, 2020)

Atingiu a educação, com o fechamento de escolas, universidades e a necessidade de adaptação as novas formas de ensino; a convivência social com o distanciamento físico e restrições à circulação; a cultura com o cancelamento de eventos e atividades culturais e a segurança alimentar com a interrupção das cadeias produtivas, redução da oferta e qualidade dos alimentos. Também revelou e potencializou desigualdades sociais e de acesso aos serviços de saúde, educação e tecnologia, além de ocasionar mais desafios para o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos com o aumento de medidas autoritárias e de restrição às liberdades individuais (Sampaio; Sarmiento; Chagas, 2021).

Diante dos problemas causados e da abrangência deles, o enfrentamento da crise requer esforços conjuntos e integrados de diferentes áreas e setores da sociedade para superá-la. A EPC e a CP, têm ligações importantes, pois ambas buscam compreender e influenciar o papel da comunicação. Ambas têm em comum o compromisso com a promoção de uma

⁵ <https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em> (Acesso em 02/02/22)

⁶ http://www.cofen.gov.br/brasil-enfrenta-uma-segunda-pandemia-agora-na-saude-mental_103538.html#:~:text=Lapsos%20de%20memória%2C%20depressão%20e,da%20Organização%20Mundial%20da%20Saúde (Acesso em 10/06/2023)

comunicação mais plural, diversa e democrática, em contraposição ao modelo hegemônico de comunicação que prevalece na sociedade capitalista.

Dessa forma, a CP pode servir como um contraponto importante ao modelo de comunicação dominante ao oferecer alternativas à lógica do mercado e ao promover a produção e disseminação de informações de qualidade, plurais e comprometidas com a promoção do bem comum (Costa e Veiga, 2017). “As instituições públicas por meio das suas estruturas de comunicação têm sempre um grande desafio à sua frente: fazer com que a informação que ela detém possa circular entre os seus integrantes e, sobretudo, extramuros” (2017, p. 8).

Bonho e Morais afirmam que “uma universidade pública inserida em um local contribui para este de maneira singular, transformando o espaço geográfico ao qual tem influência, caracterizando assim um instrumento de mudança socioambiental e econômica” (2017, n.p). Fica evidente, então, que uma das principais estratégias disponíveis no contexto da universidade pública, com vistas ao incremento de sua participação na localidade em que se insere, é a gestão da comunicação.

Estas instituições públicas promovem a pesquisa, a produção de conhecimento e a formação de profissionais qualificados em diversas áreas. As Instituições de Ensino Superior (Ifes) atuam como centros de inovação e empreendedorismo, impulsionando o progresso tecnológico e o desenvolvimento social, desempenhando um papel relevante nas comunidades em que estão inseridas, tanto em termos de desenvolvimento educacional quanto econômico (Bonho e Morais, 2017)

Não obstante, um dos principais problemas enfrentados pelas universidades públicas é o desafio orçamentário. Muitas instituições de ensino superior enfrentam dificuldades financeiras devido à falta de recursos adequados. O financiamento insuficiente afeta negativamente a qualidade do ensino, a infraestrutura, a pesquisa e a inovação, o que pode levar à redução da oferta de cursos, à falta de investimento em laboratórios e equipamentos atualizados, à diminuição da contratação de professores qualificados e à falta de incentivos para a pesquisa científica.

Os cortes orçamentários nas universidades federais representam um desafio crítico para o sistema educacional brasileiro. Desde 2015, tem-se observado um aumento significativo na frequência e magnitude desses cortes, o que impactou drasticamente o financiamento das instituições de ensino superior. Especificamente, a redução de recursos destinados à educação pública experimentou uma queda alarmante de quase 40% em um período de seis anos, culminando no ano de 2021 com o patamar mais baixo registrado.

Em dezembro de 2021, o Congresso Nacional aprovou o montante de R\$ 5,32 bilhões destinados às universidades federais para o exercício financeiro de 2022. Este valor representa um aumento de cerca de 18% em comparação ao período anterior. Apesar do incremento, é importante ressaltar que essa quantia ainda se mostra insuficiente para garantir a plena manutenção e funcionamento adequado das instituições de ensino superior públicas no país.

Analisando a evolução dos recursos nos últimos anos, em 2019, o orçamento destinado à Universidade foi de 374 milhões. Esta cifra diminuiu para 299 milhões em 2021 e em 2022 alcançou a marca de 320 milhões. A princípio, observa-se um aumento nos números, no entanto, ao considerar a realidade prática, constata-se que o valor atual é 14% inferior em relação ao período anterior à pandemia. Diante do contexto de elevação da inflação e do retorno às atividades presenciais, embora o aporte financeiro deste ano tenha sido superior, ele não consegue suprir integralmente as demandas e necessidades das Ifes.

Os cortes orçamentários nas universidades federais não apenas impactam o presente, mas também têm consequências de longo prazo. Eles podem comprometer o papel dessas instituições como agentes de transformação social e desenvolvimento econômico, afetando a competitividade do país no cenário global. Essa situação demanda uma reflexão crítica sobre as políticas de financiamento da educação pública no Brasil.

Diante do quadro apresentado referente as dificuldades orçamentárias enfrentadas pelas universidades públicas no Brasil, é possível fazer sua correlação como um dos inúmeros fatores que dificultaram o enfrentamento da COVID-19. Com orçamentos apertados, muitas universidades públicas passaram por dificuldades para adquirir equipamentos de proteção individual (EPIs), testes para diagnóstico, entre outros materiais necessários (Sampaio; Sarmiento; Chagas, 2021).

Ainda sobre esse ponto, e em conformidade com os pesquisadores mencionados, as universidades tiveram que encontrar soluções criativas para enfrentar a pandemia, como a busca por parcerias e apoio financeiro externo, além do uso de tecnologias e estratégias inovadoras. No entanto, um investimento maior por parte do governo era essencial para garantir que elas pudessem cumprir seu papel no enfrentamento da pandemia e, conseqüentemente, na promoção da educação e da pesquisa científica no país.

A pandemia também afetou a colaboração científica entre universidades e instituições de pesquisa, pois muitos eventos e viagens foram cancelados ou adiados, o que levou a uma maior dependência de plataformas digitais para compartilhar informações e colaborar em projetos de pesquisa. Em geral, obrigou as universidades públicas brasileiras a se adaptarem

rapidamente a novas formas de ensino e destacou a importância de investir em tecnologia, mesmo em condições desafiadoras. (Vicari; Selbach; Magnus, 2020).

Apesar de todos os problemas enfrentados, com cortes orçamentários, sucateamento das estruturas físicas, desvalorização dos professores, falta de incentivo para pesquisa e extensão, as universidades conduziram campanhas de conscientização sobre a pandemia, com informações sobre medidas de prevenção, como lavagem frequente das mãos e uso de máscaras, informações sobre os riscos e o papel de cada pessoa na prevenção da propagação do vírus. Passaram a fornecer atualizações frequentes e precisas sobre a situação da pandemia em suas instalações, fechamentos, cancelamentos de aulas e protocolos de saúde e segurança, incluindo ações/serviços sobre saúde mental, suporte financeiro e recursos acadêmicos.

Ao valorizar a propagação das informações científicas é preciso destacar a relevância das políticas de saúde que são de extrema importância em qualquer momento, mas durante a crise da COVID-19 elas se tornaram ainda mais cruciais, pois envolvem uma série de medidas tomadas pelos governos e suas instituições de saúde para controlar e prevenir a propagação da doença, tratar os pacientes infectados e minimizar os impactos na sociedade.

As correntes de políticas de saúde e educação são áreas que possuem relação direta com a economia, a mídia e a política, especialmente em momentos de crise. No âmbito da saúde, as políticas públicas envolvem a alocação de recursos econômicos para a compra de equipamentos de proteção, insumos médicos, medicamentos, a ampliação do número de leitos hospitalares, a contratação de profissionais de saúde, entre outras medidas. Essas políticas são influenciadas pela mídia e pela opinião pública, que podem pressionar os governos para tomarem decisões e adotarem medidas mais eficazes no combate à pandemia (Silva e Pires, 2020).

Não existe uma única — nem a melhor — definição sobre o que sejam políticas públicas. Podemos citar que são decisões e ações tomadas pelo Governo para enfrentar problemas ou desafios específicos em uma sociedade. Essas políticas são criadas com o objetivo de atender às necessidades e demandas da população, promover o bem-estar social e melhorar as condições de vida das pessoas com ações que devem ser analisadas de forma independente por pesquisadores e especialistas, numa avaliação rigorosa do desempenho do governo em relação aos seus objetivos e metas (Ferreira e Cusin, 2019). Os autores ainda pontuam que:

No âmbito das organizações públicas, o gerenciamento informacional é consolidado mediante as substâncias nas políticas públicas dadas pelas ações sociais voltadas para o atendimento das necessidades do cidadão, a fim de garantir seus direitos

através das políticas, programas, projetos e serviços sociais. (Ferreira e Cusin, 2019, p. 164)

No campo da educação, a pandemia trouxe desafios para a continuidade do ensino em todo o mundo com a necessidade de adaptação a novas formas de ensino, implementação da educação à distância, garantia de acesso à tecnologia e conectividade para estudantes e professores. Esses desafios exigem a alocação de recursos econômicos para a implementação de políticas públicas que possam mitigar os impactos, além da articulação entre diferentes atores, como governos, instituições de ensino, empresas e organizações da sociedade civil (Patrício *et al.*, 2020).

A mídia também tem um papel importante na construção da narrativa sobre essas políticas, podendo influenciar a opinião pública e a tomada de decisão dos governos. Assim, a relação entre essas correntes políticas dentro do escopo econômico midiático é complexa e dinâmica, envolvendo diferentes atores e interesses (Patrício *et al.*, 2020). Segundo Gusso *et al.* (2020), é importante promover um debate crítico sobre essas políticas, levando em consideração as diferentes perspectivas e os impactos socioeconômicos e culturais das decisões tomadas.

É de suma importância fomentar uma discussão crítica acerca dessas políticas, tendo em vista que, próximas ao cerne administrativo estariam esferas independentemente estruturadas, porém intimamente ligadas ao governo, como universidades, câmaras, organizações beneficentes e fundações, entre outras. Num segundo patamar, encontram-se associações com orientação política voltadas para moldar opiniões ou, conforme descrito por Habermas (1997), organizações que desempenham funções coordenadoras em áreas sociais que carecem de regulamentação, como grupos de interesses, instituições culturais, ativistas ambientais, igrejas, e assim por diante.

Com base neste ponto, volta-se também a ideia de Rancière (1996) quando discute a ideia de que a política genuína acontece quando aqueles que são considerados sem voz, sem lugar ou sem capacidade política reivindicam sua presença no espaço público, interrompendo as divisões e hierarquias preexistentes. Ele propõe a emancipação política como um ato que desafia a ordem estabelecida, redistribuindo o sensível e reconfigurando as fronteiras do que é visível, audível e dizível na esfera pública.

De maneira geral, uma esfera pública emerge por meio da interação comunicativa, onde diferentes grupos de pessoas se organizam em redes de comunicação interligadas para debater temas ou causas de interesse coletivo, expressar suas opiniões e tomar posições. Nessa visão, a concepção de esfera pública não se baseia exclusivamente em um espaço físico e

institucionalizado, mas sim nas interações discursivas e nos fluxos de comunicação estabelecidos entre indivíduos que procuram compreender ou resolver os problemas que os afetam. Este conceito, segundo Habermas (1997), está mais ligado às interações discursivas do que a um local institucionalizado e concreto.

Posto isso, a análise crítica da mídia e das empresas de comunicação pode ajudar a identificar como certas narrativas e discursos foram produzidos e difundidos durante a pandemia. Esta observação pode ser importante para garantir o acesso da população à informação e, com isso, desmistificar informações falsas e desinformação que possam agravar a crise (Vicari; Selbach; Magnus, 2020).

No âmbito da comunicação, crise é definida como uma situação inesperada e potencialmente prejudicial que afeta a imagem, a reputação ou o relacionamento de uma organização com seu público de interesse. As crises podem ter várias causas e são caracterizadas por um período de instabilidade, incerteza e mudança e, muitas vezes, pode levar a uma sensação de desespero ou desesperança. No entanto, também podem oferecer oportunidades para o crescimento e mudança, bem como para o desenvolvimento de soluções criativas para problemas urgentes.

No campo comunicacional, a gestão de crises pode ajudar a minimizar os danos e a proteger a imagem e a reputação da organização. Esse gerenciamento envolve uma série de ações coordenadas que visam lidar com a emergência ou instabilidade de forma eficaz e adequada (Patrício *et al.*, 2020). Em resumo, a comunicação eficaz é um componente da gestão de crises, permitindo que a organização se comunique com seus públicos de forma adequada e minimize os danos à sua imagem e reputação.

Com esses conceitos em mente, as organizações podem estar melhor preparadas para enfrentar e superar crises. Cabe observar que, fundamentado nos conceitos apresentados, é possível afirmar que essas teorias tiveram sua parcela de contribuição para o enfrentamento da pandemia de COVID-19, pois ajudaram a garantir o acesso à informação, a disseminar conhecimentos baseados em evidências científicas e a combater a desigualdade social.

As universidades passaram a ter um papel ainda mais crucial na produção de conhecimento e a disseminação de maneira acessível e compreensível, ajudando a população a entender a complexidade da pandemia e a adotar medidas preventivas adequadas. Portanto, as pesquisas desenvolvidas nas universidades são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade por meio da educação, pesquisa, inovação, extensão, engajamento comunitário e preservação do conhecimento e das culturas (Almeida e Bolfe, 2021).

Brandão (2012, p. 4) destaca que “a produção e a difusão do conhecimento científico incorporaram preocupações sociais, políticas, econômicas e corporativas que ultrapassam os limites da ciência pura e que obrigam as instituições de pesquisa a estender a divulgação científica além do círculo de seus pares”. Entretanto, é importante observar que a confiança na ciência e nas instituições não é um dado automático, ela precisa ser constantemente cultivada e merecida. A transparência, a comunicação clara, a honestidade e a prestação de contas são fundamentais para manter e fortalecer essa confiança. Quando a informação científica é mal interpretada, politizada ou manipulada, isso pode minar a confiança pública e dificultar a capacidade de resposta eficaz a situações emergenciais.

Nesta realidade, embora esteja sofrendo com os cortes no orçamento e os diversos impactos negativos que isso causa, as universidades têm contribuído para a análise de políticas públicas relacionadas à COVID-19. No entanto, diante dos cortes orçamentários, entra também em destaque a importância do financiamento adequado para garantir a eficácia e a equidade dessas políticas públicas, bem como a compreensão e a consideração do conceito de vulnerabilidade são cruciais nas políticas de saúde e assistência social desenvolvidas pelas universidades públicas, especialmente em momentos de cortes orçamentários e em meio à pandemia.

O cerne da comunicação pública, especialmente no contexto da governança, reside na promoção e facilitação de uma interação mais participativa e interativa entre os que governam e os governados. Nessa perspectiva, a comunicação pública amplia seu compromisso ao inserir-se numa política de gestão pública que adota um modelo democrático e participativo. Conforme salientado por Bueno (2015), ela engloba não somente o exercício da autoridade política, econômica e administrativa em níveis federal, estadual e municipal, mas também a articulação dos cidadãos na defesa de seus interesses e na prática de seus direitos e deveres. Logo, a participação do cidadão no contexto da gestão pública emerge como condição primordial para a efetivação da democracia.

Desta forma, para que sejam estruturados estes princípios da instituição é necessário definir as políticas de comunicação, que constituem conjuntos de diretrizes, estratégias e práticas definidas por organizações, governos ou instituições para gerir e orientar os processos comunicativos. Essas políticas visam estabelecer direcionamentos claros para a comunicação interna e externa, incluindo o uso de mídias, linguagens, processos de difusão de informações e interações entre diferentes públicos.

Bueno (2015) aponta que uma parcela dos gestores incorre no equívoco de pensar que ter conhecimento sobre normas e princípios já configura uma Política de Comunicação. O

autor ressalta que, na realidade, a política de comunicação não se restringe meramente a uma intenção declarada, mas representa um compromisso assumido, visto que ela não se estabelece apenas no discurso, mas requer um engajamento sério e uma construção coletiva.

No entanto, existe também o cenário oposto, em que entidades e órgãos se esforçam para documentar uma política de comunicação, porém esta não é devidamente adotada pelos gestores. Esta situação tende a ocorrer quando a comunicação é relegada a um plano secundário fora da perspectiva estratégica da organização e quando há falta de interesse em promover e desenvolver uma cultura de comunicação. (Bueno, 2015)

2. 2020, O ANO QUE COMEÇA E NÃO TERMINA

2.1 Situação pandêmica – Mundo e Brasil

Em dezembro de 2019 uma pandemia avassaladora se espalhou pelo planeta, trazendo consigo mudanças profundas nos aspectos da economia, política e sociedade. Com início na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, o primeiro caso relatado foi o de um paciente que apresentou sintomas semelhantes aos de pneumonia, mas não respondia aos tratamentos usuais. Posteriormente, descobriu-se que esse paciente estava infectado por um novo tipo de coronavírus, que foi denominado SARS-CoV-2.

Este vírus é pertencente à família dos coronavírus, que inclui outros agentes patogênicos conhecidos, como o SARS-CoV e o MERS-CoV. Os coronavírus são vírus de RNA comuns em animais, mas que ocasionalmente podem ser transmitidos aos seres humanos, causando doenças respiratórias. Acredita-se que sua origem esteja relacionada ao comércio ilegal de animais selvagens em um mercado em Wuhan, onde se vendiam diversos tipos de animais vivos. Essa hipótese ganhou força, pois a maioria dos primeiros casos de COVID-19 estava associada a pessoas que frequentaram esse mercado⁷.

A partir desse primeiro caso, a doença começou a se espalhar rapidamente na cidade e nas regiões próximas, sendo transmitido principalmente por meio de gotículas respiratórias produzidas quando uma pessoa infectada tosse, espirra, fala ou respira, além de ser possível a transmissão pelo contato direto com superfícies contaminadas e por estar próximo de uma pessoa infectada. Devido à alta taxa de transmissibilidade, a pandemia de COVID-19 se espalhou pelo mundo de forma exponencial e a OMS declarou a doença como uma pandemia em 11 de março de 2020, quando já havia casos confirmados em vários países⁸.

A evolução da pandemia variou de acordo com as medidas de saúde pública adotadas em cada país e, em alguns lugares, medidas de contenção — como o distanciamento social, o uso de máscaras, a higienização frequente das mãos e o fechamento de estabelecimentos não essenciais — foram implementadas de forma efetiva, o que ajudou a reduzir a disseminação do vírus. Em outros locais, a falta de ações coordenadas e a demora na implementação de medidas levaram a um rápido aumento no número de casos, com sistemas de saúde sobrecarregados, falta de leitos hospitalares, levando a um aumento na mortalidade e na gravidade dos casos (Santos, 2020).

⁷ <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus> (Acesso em 30/03/2023)

⁸ <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic> (Acesso em 17/08/2022)

O vírus se espalhou rapidamente por todo o globo, ocasionando uma crise de saúde mundial sem precedentes, que afetou as regiões de maneiras variadas. Altamente letal, provocou, apenas no ano de 2020, 1,8 milhão de óbitos⁹. Até o final do primeiro trimestre de 2021 já havia sido registrada a perda de 2,9 milhões de vidas e a infecção de cerca de 70,62 milhões de pessoas em todo o mundo¹⁰. A Ásia, especialmente a China, foi a primeira a lidar com o surto, o que resultou em medidas rigorosas de contenção, incluindo bloqueios e restrições de viagens. Embora essas medidas tenham ajudado a controlar a propagação do vírus na China, outros países asiáticos também enfrentaram desafios significativos.

Na Europa, a pandemia se espalhou rapidamente no início de 2020, levando a um alto número de casos, inclusive com mortes em países como Itália, Espanha, França e Reino Unido, tendo sobrecarregado os sistemas de saúde e exigido a implementação de medidas de contenção, como bloqueios nacionais e restrições de movimento. Nos Estados Unidos, a pandemia teve um impacto devastador. O país registrou o maior número de casos e mortes em todo o mundo e as consequências econômicas também foram graves, com milhões de pessoas perdendo seus empregos e empresas enfrentando dificuldades financeiras.

Em várias regiões da América Latina, como Brasil e México, a pandemia também teve consequências significativas. Estes países enfrentaram desafios na implementação de medidas de contenção devido a questões sociais, econômicas e políticas, resultando em altos números de casos e mortes. Países africanos também enfrentaram problemas, especialmente devido à falta de recursos de saúde e infraestrutura adequada. Contudo, alguns países tomaram medidas proativas e eficazes de contenção, limitando assim a sequela em comparação com outras partes do mundo.

É indiscutível o quanto a doença abalou as estruturas da sociedade, pois o número de mortes foi significativo e as consequências econômicas e sociais foram profundas, com setores inteiros enfrentando dificuldades e muitas pessoas sofrendo perdas financeiras e emocionais. No entanto, é importante destacar que a resposta à pandemia também trouxe à tona a importância da colaboração científica global e a adoção de medidas de saúde pública para mitigar os efeitos da crise.

Os danos econômicos da pandemia foram severos, com várias indústrias sendo afetadas de maneira significativa. O fechamento de empresas, restrições de viagens, bloqueios e medidas de distanciamento social tiveram um resultado negativo nas economias globais. No

⁹ <https://brasil.un.org/pt-br/127361-oms-mundo-pode-ter-tido-12-milhao-mais-de-mortes-por-covid-19-em-2020> (Acesso em 14/05/2022)

¹⁰ <https://covid.saude.gov.br> (Acesso em 20/06/2022)

campo político, os governos em todo o mundo tiveram que tomar medidas drásticas para conter a propagação do vírus.

A gestão da crise da pandemia tornou-se uma prioridade para alguns líderes políticos e foi acompanhada de debates sobre as estratégias mais eficazes de resposta e a distribuição equitativa de recursos médicos. Em consonância a este cenário político, a pandemia também teve um peso profundo na vida social das pessoas, pois o distanciamento social, o uso de máscaras faciais e outras medidas preventivas tornaram-se parte do cotidiano. As interações sociais foram limitadas e muitas atividades, como eventos esportivos, culturais e reuniões familiares, foram suspensas ou realizadas virtualmente.

Importante mencionar que, antes do advento do SARS-COV-2, era amplamente reconhecido que o mundo estava intrinsecamente interconectado por meio do processo de globalização. Este fenômeno global buscava primordialmente a expansão dos mercados em escala planetária, impulsionando a acumulação flexível e redefinindo as forças produtivas. Além disso, a globalização desencadeou mudanças significativas no papel do Estado em relação ao mercado e nas obrigações relacionadas aos direitos sociais.

De acordo com os pensamentos de Bolaño (2013), a globalização pode ser vista como um processo complexo que envolve a crescente interconexão e interdependência entre países, especialmente no que diz respeito à economia, comunicação e cultura. Ela também trouxe consigo desafios como o aumento da desigualdade, o surgimento de formas precárias de trabalho e a erosão de garantias trabalhistas e sociais, levando a debates sobre a necessidade de repensar o papel do Estado na garantia e na proteção dos direitos sociais em um contexto globalizado.

Para Bolaño (2000, 2016), a chamada globalização é um componente da transformação atual do sistema capitalista mundial, que, quando observado isoladamente ou a partir de uma visão monodisciplinar, tende a ser absorvida como um dos lemas da ideologia neoliberal. Ele enfatiza que a comunicação está intrinsecamente ligada à economia e, portanto, não pode ser compreendida como um elemento isolado.

A comunicação é mais do que uma simples troca de informações; é uma estrutura essencial de poder que permeia todas as sociedades e aqueles que controlam a comunicação exercem influência em uma esfera de poder crucial. Os estudos de comunicação são profundamente afetados pelas tensões de poder existentes na sociedade. É crucial reconhecer que diferentes paradigmas e intenções estão em conflito nesse campo, que é extremamente central como estrutura de poder e de acordo com a abordagem da EPC, esses processos estão imersos numa luta contra hegemônica, que busca revelar as desigualdades de acesso, a

concentração de propriedade nos meios de comunicação e os discursos que servem aos interesses de poucos em detrimento da diversidade e pluralidade de vozes na sociedade. Isso implica desafiar não apenas a estrutura de poder, mas também os modelos de negócios e as narrativas midiáticas que perpetuam desigualdades sociais, econômicas e políticas.

Na discussão desse ponto, é importante destacar, ainda, que a globalização econômica foi (e é) impulsionada pela internacionalização do capital e tem se valido do neoliberalismo, o qual propõe um conceito de Estado mais flexível e cujo objetivo central é facilitar o avanço dos interesses privados e implementar mecanismos necessários para promover políticas que garantam a expansão do sistema de acumulação capitalista em escala global (Bolaño, 2013).

Nesse cenário, também cabe apontar a influência das mudanças climáticas e do capitalismo — que não são diretamente responsáveis pela ocorrência da COVID-19, mas tiveram sua parcela de contribuição no surgimento e na disseminação do vírus — tendo em vista que têm impactos significativos no planeta e sua biodiversidade. Baseado nas argumentações de Queissada e Pacheco (2021), a destruição de *habitats* naturais e a interferência humana nos ecossistemas podem aumentar o risco de doenças emergentes, já que há a exploração de recursos naturais, o que facilita o aumento de exposição a animais selvagens e a patógenos desconhecidos, potencializando a transmissão de doenças de animais para humanos.

Vale lembrar que embora não haja evidências conclusivas de que as mudanças climáticas tenham causado especificamente a COVID-19, o desmatamento e a degradação ambiental podem contribuir para o surgimento de doenças infecciosas. Torna-se crucial reconhecer a interconexão entre as atividades humanas, as mudanças ambientais e o surgimento de epidemias. A conservação dos ecossistemas naturais e a adoção de práticas sustentáveis que contribuam para a conservação da biodiversidade são fundamentais para preservar a saúde do planeta e prevenir futuras crises de saúde pública.

Entretanto, tratar dessa problemática não envolve apenas um viés médico e/ou biológico, uma vez que se trata de uma questão complexa que está atrelado a um sistema de produção que prioriza o enriquecimento, a exploração desenfreada e o consumo, sem considerar, por vezes, o bem-estar das diferentes formas de vida do planeta e o papel de integrante do ser humano enquanto ser que faz parte de um “todo”. (Queissada e Pacheco, 2021, p. 44)

Frente a essas circunstâncias, outro fator que precisa ser ressaltado nesse processo, tendo em vista o papel significativo no mesmo, é a comunicação. Cabe apontar que na disseminação e nos impactos da COVID-19, a globalização, que se refere à interconexão e

interdependência das economias e sociedades ao redor do mundo, contribuiu para a rápida propagação do vírus. Tomando por base os parâmetros da conjuntura apresentada, os avanços tecnológicos e a conectividade global permitiram a rápida disseminação de informações e o compartilhamento de dados.

Desta maneira, as redes sociais, os aplicativos de mensagens e as plataformas de videoconferência tornaram possível a transmissão de informações atualizadas e medidas preventivas, muitas vezes em tempo real (Panizzon; Costa; Medeiros; 2020). O que não se pode abandonar, entretanto, é que de forma concomitante aconteceu a disseminação de informações errôneas e as teorias da conspiração também foram aceleradas pela comunicação global.

As redes sociais e os canais de comunicação instantânea permitiram que informações não verificadas se espalhassem rapidamente, gerando confusão e desinformação entre as pessoas ao passo em que dificultou o combate à pandemia, pois as mensagens falsas e enganosas minaram a confiança nas medidas de prevenção recomendadas pelas autoridades de saúde (Silva e Pires, 2020). De acordo com Rêgo e Paulino (2022), a transmissão instantânea de informações não verificadas ou imprecisas destacou a necessidade de uma abordagem responsável e crítica em relação às informações compartilhadas.

Agregado ao panorama descrito acima, é preciso levar em conta a dupla pandemia enfrentada pelo mundo contemporâneo e que aumenta as possibilidades de propagação desinformativa. Por um lado, há mais de dois anos, há filtros no acesso à informação em função dos riscos sanitários consequentes do coronavírus e de como grupos anti-vacina, anti-ciência etc aproveitaram o momento para difundirem suas ideias. (Rêgo e Paulino, 2022, p. 43)

Ao receber uma informação, as mentes processam e interpretam os sinais, levando em consideração suas experiências, valores, crenças e conhecimentos prévios. Esse processamento da informação influencia a formação dos pontos de vista e perspectivas individuais. À medida em que as pessoas interagem e debatem sobre essas ideias no espaço público, ocorre um constante fluxo de informações e influências mútuas, moldando e transformando os pontos de vista ao longo do tempo. A importância desse fluxo é inegável, pois afeta vários aspectos, incluindo economia, política, ciência, cultura e comunicação.

A partir dos anos 1960, várias tecnologias foram desenvolvidas e difundidas de forma desigual pelo mundo, alterando a maneira como as pessoas se comunicam, compartilham informações e constroem pontos de vista. Existem disparidades no acesso à internet e nas habilidades digitais, o que pode resultar em desigualdades no acesso à informação e na

participação no espaço público. As TIC's têm permitido uma conectividade global e instantânea, superando as barreiras geográficas e temporais, possibilitando que pessoas de diferentes partes do mundo tenham acesso a uma variedade de perspectivas e fontes de informação.

É nesse contexto que pensamos a tecnologia como algo não neutro e as plataformas como estruturas de um capitalismo neoliberal totalitário cuja imobilidade se anuncia como perniciosa à sociedade global, diante de todo o mal que a desinformação que circula em seus espaços virtuais tem causado ao planeta. (Rêgo e Leal, 2023, p. 6)

Diante disso, é inegável notar que a desinformação, longe de ser apenas uma falha, representa uma forma peculiar das funções da informação dentro do sistema capitalista e mitigar seus efeitos negativos requer um leque de estratégias. É preciso ferramentas para a verificação de fatos, incentivar a transparência nas práticas de comunicação e estimular uma cultura de pensamento crítico.

Destaca-se assim a transição da sociedade industrial para a era da informação e, conseqüentemente, as mudanças estruturais e os desafios enfrentados pela sociedade no final do século XX. A sociedade industrial, caracterizada pela produção em massa, pela organização hierárquica e pelo poder concentrado nas instituições, enfrenta uma crise impulsionada por uma série de fatores, incluindo mudanças tecnológicas, globalização, instabilidade econômica e desafios sociais.

Castells (2018), em seu livro “Ruptura: A Crise da Sociedade Industrial”, descreve a emergência de uma nova configuração social, denominada por ele como a “sociedade da informação”. Ele argumenta que a tecnologia da informação e a comunicação têm um papel central na reorganização das estruturas sociais, econômicas e culturais. Nessa nova era, o conhecimento, a informação e a conectividade são elementos-chave que moldam a economia, a política e as interações sociais.

Outro ponto importante examinado pelo autor é a análise da globalização e da formação de redes globais, ao destacar como as redes de comunicação e informação têm o poder de transcender fronteiras geográficas, permitindo a interconexão e interdependência entre diferentes partes do mundo. Examina as implicações sociais, econômicas e políticas dessa interconexão global, sendo uma das principais observações a perda de confiança e credibilidade nas estruturas tradicionais de poder e nos sistemas políticos. Argumenta também que essa falta de confiança é resultado de diversos fatores, incluindo a percepção de que as instituições políticas não representam adequadamente os interesses e necessidades dos cidadãos, a corrupção institucionalizada, a influência do poder econômico sobre as decisões

políticas e a incapacidade do sistema democrático representativo em se adaptar às demandas e desafios contemporâneos. (Castells, 2018)

Além disso, as redes sociais contribuem para a polarização política ao criar bolhas informacionais. Estas bolhas expõem os usuários a opiniões e informações que confirmam suas visões de mundo, fragmentando a sociedade em grupos com perspectivas divergentes e diminuindo o diálogo construtivo entre diferentes pontos de vista. Outro fator relevante é o uso de algoritmos de personalização de conteúdo nas plataformas de redes sociais. Esses algoritmos criam uma personalização em massa, expondo as pessoas principalmente a informações que reforçam suas crenças, contribuindo ainda mais para a polarização. (Castells, 2018)

A desigualdade social resultante entre valorizados e desvalorizados é a mais alta da história recente. E mais, a lógica irrestrita do mercado acentua as diferenças entre capacidades segundo o que é útil ou não às redes globais de capital, de produção e de consumo de tal modo que, além de desigualdade, há polarização; ou seja, os ricos estão cada vez mais ricos, sobretudo no vértice da pirâmide, e os pobres cada vez mais pobres. (Castells, 2018, p. 18)

Compreender esses desafios auxilia a desenvolver estratégias que promovam uma comunicação transparente, incentivem o pensamento crítico e estabeleçam a responsabilidade na divulgação de informações nas redes sociais. Para Castells (2018), essa crise de legitimidade tem impactos profundos na relação entre governantes e governados. A falta de confiança nas instituições políticas resulta em uma desconexão entre os líderes políticos e a população, gerando uma sensação de alienação e descontentamento em relação ao processo político.

Para compreender a ligação entre a nova estrutura midiática e sua relação com a ciência e a tecnologia, é essencial reconhecer como as redes sociais e as tecnologias subjacentes que as sustentam têm um impacto significativo. Para isso, é preciso pensar sobre como a ciência, a tecnologia e a sociedade estão entrelaçadas, influenciando as formas atuais de existência e produção humana através do desenvolvimento tecnológico, além de ser importante investigar quais interesses predominam nas dinâmicas dessas interconexões.

Contextualizando para realidade pandêmica e para a situação vivenciada no Brasil, desde o início foi desencadeada uma série de desafios políticos, econômicos e sociais. A situação política foi marcada por polarização e controvérsias, houve tensões entre o Governo Federal e outros poderes, como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, sobre

questões como medidas de isolamento social, uso de medicamentos não comprovados cientificamente e a distribuição de recursos para combate à pandemia.

O presidente à época, Jair Bolsonaro, adotou uma postura inicialmente cética em relação à gravidade da pandemia, o que gerou divergências com governadores e especialistas em saúde. Conforme Monteiro (2020), em conjunto com essas questões políticas, a pandemia também acentuou disparidades sociais e econômicas existentes no país, com impactos mais severos sobre os grupos mais vulneráveis, como pessoas de baixa renda, trabalhadores informais e comunidades marginalizadas.

No Brasil, houve divergências de opiniões sobre a eficácia dessas medidas, com algumas pessoas defendendo a necessidade de restrições mais rigorosas para conter a propagação do vírus e outras questionando os impactos econômicos e sociais do isolamento. Surgiram, assim, diversas controvérsias em relação ao uso de medicamentos sem comprovação científica para o tratamento da COVID-19, entre eles, destacou-se a hidroxicloroquina, que inicialmente foi promovida como uma possível solução, mas estudos subsequentes não confirmaram sua eficácia no combate ao vírus.

Durante a pandemia, houveram debates sobre a necessidade de garantir uma distribuição equitativa dos recursos de forma a atender às demandas urgentes e às desigualdades sociais agravadas pela crise. Também foram levantadas preocupações sobre a transparência na gestão desses recursos e a efetividade das ações implementadas. Cabe ressaltar que as medidas de enfrentamento à pandemia são complexas e a ciência tem desempenhado um papel fundamental no embasamento das decisões relacionadas ao combate à COVID-19. Portanto, é importante seguir as orientações dos órgãos de saúde confiáveis e baseados em evidências científicas (Monteiro, 2020).

Entretanto, tendo em vista a realidade do país antes da chegada da pandemia, é possível destacar que os impactos sentidos foram mais profundos ao considerarmos as vulnerabilidades preexistentes. A conjuntura complexa do Brasil lembra que, além de uma crise sanitária, é preciso abordar a crise capitalista de um modelo neoliberal falido. E, para conseguir se recuperar, foram e são necessários esforços conjuntos, incluindo medidas de saúde eficazes, políticas de proteção social, estímulo econômico e ações para mitigar as desigualdades que foram ainda mais exacerbadas (Patrício et al, 2020).

As medidas de restrição impostas para conter a propagação do vírus resultaram em uma queda acentuada da atividade econômica. O governo implementou programas de auxílio

financeiro, como o auxílio emergencial, para ajudar a população mais vulnerável¹¹. No entanto, essas medidas tiveram um custo elevado para as contas públicas, aumentando os desafios fiscais do país. A crise também revelou a fragilidade do sistema de saúde brasileiro, com falta de leitos hospitalares, escassez de equipamentos médicos e problemas na distribuição de recursos. Dentre os inúmeros setores afetados está a educação, que com a suspensão das aulas presenciais e desafios no acesso ao ensino remoto, afetou especialmente estudantes de famílias de baixa renda.

Sob esta ótica, se antes do vírus o crescimento econômico já era baixo, tendo em vista o progresso de apenas 1,1% do PIB. Em 2019, e no primeiro trimestre de 2020, o PIB do Brasil teve retração de 1,5%, conforme o IBGE. Além disso, o índice de desemprego atingiu 12,6% no trimestre encerrado em abril de 2020.

Pode-se, então, fazer uma relação aos pensamentos de Amartya Sen (2010) quanto aos impactos promovidos pelo baixo crescimento econômico e como eles atingem setores estruturantes da sociedade, uma vez que o desenvolvimento econômico está intrinsecamente ligado ao progresso social, que envolve a satisfação das necessidades básicas das pessoas, como nutrição, saúde e habitação. No entanto, o progresso social não se limita apenas a essas necessidades básicas, mas também abrange outros aspectos fundamentais para uma existência humana plena, como acesso universal à educação, liberdade civil e participação política.

Sen (2010) argumenta, ainda, que o desenvolvimento não deve ser medido apenas em termos econômicos, mas também levando em consideração a capacidade e liberdade das pessoas. Ele destaca a importância do acesso universal à educação como uma ferramenta vital para capacitar os indivíduos a exercerem suas liberdades e participarem plenamente da sociedade, visto que a educação proporciona habilidades e conhecimentos que ajudam na tomada de decisões, a buscar oportunidades de emprego e a contribuir ativamente para o desenvolvimento de suas comunidades.

As configurações do sistema capitalista em nível global geram consideráveis tensões, resultando em uma variedade de solicitações por políticas e mecanismos de regulação social e econômica. Estes, por sua vez, demandam conhecimentos abrangentes sobre os desafios, exigências e capacidades das diversas comunidades compostas por diferentes grupos sociais. Sen (2010) argumenta que a democracia e a justiça social estão intrinsecamente entrelaçadas e defende uma concepção mais ampla de justiça que vai além da distribuição de recursos materiais e se concentra na capacidade dos indivíduos de viverem vidas dignas.

¹¹ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/30/coronavirus-senado-aprova-auxilio-emergencial-de-r-600> (Acesso em 24/02/ 2023)

Em sua teoria das “capacidades”, o autor enfatiza a importância de avaliar a qualidade de vida das pessoas não apenas com base no acesso a bens e serviços, mas também nas liberdades e oportunidades que têm para fazer escolhas significativas em suas vidas. Na atual mudança de paradigma, é essencial nutrir uma mentalidade que abrace a complexidade e as interconexões e dentro do campo da epistemologia complexa, é relevante impulsionar o movimento em direção a uma forma de realismo que leve em conta as relações, a relatividade e a multiplicidade.

Ao garantir a participação de todos na esfera pública, a democracia pode ajudar a reduzir desigualdades e promover o bem-estar social, visto que ela não é apenas um sistema político, mas também um valor intrínseco à justiça. Uma democracia eficaz permite que as pessoas expressem suas necessidades, preocupações e demandas, influenciando as políticas públicas para atender às diversas aspirações e demandas da sociedade e isso implica não apenas em garantir necessidades básicas, como saúde e educação, mas também em capacitar as pessoas para que possam participar ativamente na vida social, econômica e política.

Ao retomar este debate, o objetivo é destacar a íntima e inseparável ligação entre teoria, método e técnicas como um requisito fundamental para considerar as oportunidades geradas pelas novas metodologias de informação na pesquisa em ciências sociais. Nesta perspectiva, reconhece-se o papel desempenhado pelo crescimento econômico na melhoria das condições de vida das pessoas, pois proporciona recursos financeiros para investimentos em áreas como infraestrutura, saúde e educação. Contudo, é necessário ir além para que possa haver o reconhecimento da necessidade de se ultrapassar as barreiras econômicas e, assim, se visualizar o desenvolvimento e, conseqüentemente, a globalização como um processo de transformação social.

Percebia-se que estas transformações vinham se difundindo de forma desigual, aprofundando os desequilíbrios entre países e entre classes sociais, ao mesmo tempo em que os grandes grupos econômicos tornavam-se cada vez mais protagonistas da geopolítica e da economia global. (Cassiolato, Falcón, Szapiro, 2021, p. 53)

O conceito de desenvolvimento adquiriu destaque significativo, especialmente no período após a Segunda Guerra Mundial, em meio a mudanças profundas no cenário político e econômico internacional, como o processo de descolonização e outras transformações de grande escala. Esse contexto histórico trouxe à tona a necessidade de repensar e buscar formas de enfrentar os desafios sociais, econômicos e políticos em nível global.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a crescente independência de muitos países colonizados, o tema do desenvolvimento emergiu como uma questão crucial. Nações recém-independentes buscavam maneiras de se fortalecer economicamente, afirmar sua identidade nacional e garantir o bem-estar de suas populações. Esse período viu o estabelecimento de várias organizações internacionais, como a ONU e a UNESCO, que se envolveram na promoção do desenvolvimento e na redução das desigualdades globais. (Santos *et. al.*, 2012)

Historicamente, o avanço econômico, mensurado pelo PIB, foi considerado um ponto central do desenvolvimento. Entretanto, essa abordagem tem sido alvo de crescentes críticas por negligenciar a qualidade de vida e o bem-estar social. Adicionalmente, o crescimento econômico frequentemente acarreta consequências ambientais graves, desencadeando discussões acerca da viabilidade de um progresso contínuo e sustentável. A crítica ao conceito de desenvolvimento surge da observação de que o desenvolvimento, um ideal proeminente no período pós Segunda Guerra Mundial, especialmente no contexto de descolonização, tem suas raízes na ênfase iluminista do progresso, percebido como uma força inerente e natural na vida humana. Contudo, essa perspectiva tem sido alvo de críticas devido à sua inclinação ao reducionismo, à naturalização e à individualização dos processos que expõem as populações à vulnerabilidade. (Santos *et. al.*, 2012)

A discussão sobre a extensão do crescimento e as críticas ao próprio conceito de desenvolvimento constituem um domínio de estudo em contínua mutação, no qual surgem regularmente novas abordagens e questionamentos. Muitas teorias do desenvolvimento adotam uma visão linear e evolutiva, pressupondo uma trajetória unidirecional de sociedades primitivas em direção à modernidade. Essa abordagem desconsidera a complexidade das sociedades e das mudanças sociais, além de ignorar as possíveis regressões ou ciclos não lineares de desenvolvimento.

A narrativa do desenvolvimento tornou-se um discurso predominante, especialmente nos países centrais, tendo influenciado significativamente o imaginário social e político. Este discurso estabeleceu novas práticas e estratégias para lidar com nações consideradas subdesenvolvidas, fomentando a percepção de que o desenvolvimento é uma busca inquestionável e vital. (Sen, 2010)

Essas questões são, contudo, contrastantes a perspectiva de Marx sobre o desenvolvimento, visto que para ele a questão é ampla e intrincada, abarcando uma compreensão aprofundada das complexidades do sistema capitalista e uma crítica à ideia de desenvolvimento que prioriza unicamente a acumulação de capital. Para Marx, o desenvolvimento não pode ser avaliado somente pelo crescimento econômico ou pela

expansão dos meios de produção, mas deve ser compreendido também pela análise das relações de classe, das estruturas sociais e das contradições inerentes ao sistema capitalista. Sua visão vai além do aspecto econômico, destacando a necessidade de uma transformação social radical para alcançar um verdadeiro desenvolvimento humano e igualdade social. (Santos *et. al*, 2012)

O interesse de autores como Marx estava em compreender a prosperidade de uma nação resultante da teoria do crescimento, que se concentra na evolução do sistema de produção, acumulação de riqueza e avanço técnico dentro do âmbito da economia. No entanto, ao tentar explicar o subdesenvolvimento e, conseqüentemente, a pobreza, é que emergiram as teorias do desenvolvimento. Nestas teorias, o conceito de desenvolvimento está associado ao grau de atendimento das necessidades humanas, expandindo o debate para além da economia e abrangendo outros campos do conhecimento, como Sociologia, Ciência Política e Antropologia.

Apesar das críticas, o discurso do desenvolvimento persiste como um paradigma dominante. Suas práticas e políticas continuam a moldar as estratégias adotadas para lidar com questões socioeconômicas nos países considerados em desenvolvimento. Assim, a busca pelo desenvolvimento permanece enraizada no imaginário coletivo e no discurso político, mesmo que tenha enfrentado desafios teóricos e críticas profundas ao longo do tempo.

Não se pode negar, também que é salutar que se renovem os paradigmas da sociedade capitalista — centrada nas articulações dos meios de produção e dos meios de acumulação de bens — e se passe a enxergar o desenvolvimento no seu sentido transformador, associado à liberdade de compreender o contexto social em suas diversas vertentes. As transformações sociais decorrentes deste processo são amplas e complexas, afetando a economia, a cultura, a comunicação, a mobilidade e as desigualdades globais. Compreendê-las, portanto, é basilar para analisar criticamente os impactos da globalização e buscar abordagens que promovam um desenvolvimento social mais justo. (Cassiolato, Falcón, Szapiro, 2021)

A restauração da democracia e o subsequente surgimento de novas formas de práticas democráticas têm gerado uma demanda crescente por informações que contribuam para o desenvolvimento da cidadania. Nesse contexto, a concepção de cidadania está evoluindo, passando a ser compreendida de maneira mais ativa e engajada, sendo percebida como a plena realização dos direitos e responsabilidades, uma condição que só é alcançada quando há acesso a informações e meios de comunicação adequados.

O Brasil passou por diferentes fases, com variações na gravidade da situação e nas respostas governamentais. Ressalta-se que diversas pesquisas e estudos foram realizados para

analisar e compreender mais profundamente os efeitos causados pela pandemia, além de ser necessário considerar que a situação política, econômica e social é dinâmica e está sujeita a mudanças constantes.

2.2 Delimitação territorial – Piauí e Teresina

O Piauí, localizado na região Nordeste do Brasil, é um estado de rica história, cultura diversificada e belezas naturais encantadoras. Com uma área total de aproximadamente 251.529 km², possui 224 municípios, sendo Teresina a sua capital. É o 10º maior estado brasileiro em termos de extensão territorial e 17º estado mais populoso do país, com uma população estimada de 3,3 milhões de habitantes, de acordo com os dados do IBGE.

Ainda segundo estimativas do IBGE, a população da capital é de cerca de 868 mil habitantes, tornando-a a cidade mais populosa do estado e a 21ª cidade mais populosa do Brasil, com uma área territorial de aproximadamente 1.809,75 km². A questão econômica, tanto do estado, como de Teresina, é diversificada e baseada principalmente nos setores de comércio, serviços, indústria e agronegócio. Possui polo industrial e comercial significativo, com destaque para segmentos como alimentos, vestuário, construção civil, tecnologia da informação, saúde e educação. A administração pública também desempenha um papel importante na economia, devido à presença de órgãos governamentais e instituições de ensino superior.

Retomando para à questão do objeto em análise, é notável que no contexto do Brasil a pandemia de COVID-19 foi (e tem sido) desafiadora. O país enfrentou um número significativo de casos e alguns com óbitos, tendo sido um dos mais afetados pelo vírus em termos absolutos. O sistema de saúde brasileiro sofreu pressões consideráveis devido ao aumento da demanda por leitos hospitalares, logística e adesão às medidas de prevenção, vacinação e recursos médicos. No entanto, como afirma Monteiro (2020, p. 2), “a crise de desabastecimento que o mundo enfrentou é praticamente permanente quando se trata do Brasil”.

A diferença entre as classes evidenciou essas desigualdades e, nesse cenário, quem pertencia a um status mais alto teve acesso mais facilitado e quem estava em situação de vulnerabilidade social precisou enfrentar mais desafios. De modo geral, é importante reforçar que alcançar o acesso a serviços de saúde, nesse contexto crítico, foi essencial para a vida de muitos indivíduos. O desamparo do povo brasileiro descortina o valor e a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) que, apesar de suas fragilidades históricas, agiganta-se diante

do desafio e enfrenta a pandemia. Isso porque as insuficiências e as dificuldades, que já eram visíveis pelo subfinanciamento crônico do Sistema, foram brutalmente agravadas pela Emenda do Teto dos Gastos (EC-95), que congela por 20 anos os investimentos em políticas públicas, incluindo saúde, educação e assistência social. Segundo o Conselho Nacional de Saúde, o SUS perdeu, somente em 2019, antes da pandemia, R\$ 20 bilhões com a EC 95¹².

No caso da saúde, esse congelamento orçamentário tem repercussões significativas, já que a demanda por serviços de saúde geralmente cresce devido ao aumento populacional, ao envelhecimento da população e à evolução das tecnologias médicas. No entanto, com o limite imposto pela EC 95, os recursos destinados à saúde não conseguem acompanhar adequadamente essa demanda crescente, resultando em insuficiências e dificuldades no sistema de saúde. Dessa forma, a restrição orçamentária afeta negativamente a capacidade de investimento em infraestrutura de saúde, a contratação de profissionais de saúde, a compra de medicamentos e equipamentos, além da qualidade e abrangência dos serviços oferecidos à população. Também pode resultar em uma maior sobrecarga nos serviços públicos de saúde, levando a filas de espera mais longas, falta de leitos hospitalares e dificuldades no acesso a tratamentos e procedimentos médicos.

A chegada da pandemia corroborou ainda mais com as consequências da restrição orçamentária, visto que demandou investimentos urgentes e significativos na área da saúde. No entanto, o congelamento dos gastos dificultou a resposta adequada e ágil diante da emergência sanitária. Existem diferentes perspectivas em relação à Emenda, alguns argumentam que a medida é necessária para controlar os gastos públicos e promover a sustentabilidade fiscal, enquanto críticos salientam que ela compromete os investimentos em áreas prioritárias e afeta negativamente os serviços públicos essenciais.

Como afirma Santos (2020, p. 04), “a devastação causada pelo coronavírus como que aponta para um apocalipse em câmara lenta. O coronavírus alimenta a vertente pessimista da contemporaneidade”. A velha tensão entre ampliar o acesso e transformar as práticas e as instituições de saúde segue atual. Na mesma linha, a certeza de que não basta garantir o acesso universal e igualitário aos brasileiros é cada vez mais latente, evidenciando que as práticas de cuidado possam estar fortemente voltadas para dar a resposta ao sofrimento das pessoas ou para evitar esse sofrimento. Vale mencionar, aqui, que a discussão acerca das diferentes formas de organizar sistemas e serviços de saúde expandiu-se para além dos

¹² <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-causa-da-ec-95-2016#:~:text=Desde%20que%20a%20Emenda%20Constitucional,da%20União%20com%20a%20Saúde.> (Acesso em 16/07/2022)

especialistas, alcançando um amplo espaço tanto na mídia comercial e nas redes sociais quanto nas conversas do dia a dia durante a pandemia. No contexto brasileiro, é possível observar uma sequência de políticas de desmantelamento que estão associadas a um cenário de significativa redução de recursos financeiros destinados ao SUS.

Para o Piauí não foi diferente, pois o estado enfrentou diversos desafios para conter a propagação do vírus e proteger a saúde da população. Esses desafios abrangem diferentes aspectos, desde a capacidade de resposta do sistema de saúde até à implementação de medidas de prevenção e conscientização. Desde os primeiros casos registrados, as autoridades estaduais adotaram medidas de contenção, como estabelecido no Art. 2º do Decreto 18.884, de 16 de março de 2020:

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I – Isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do novo coronavírus: e

II – Quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do novo coronavírus. (PIAUI, 2020)

No entanto, apesar dos esforços empreendidos, o estado enfrentou momentos críticos ao longo da pandemia. Esta mesma realidade foi vivenciada na cidade de Teresina, visto que, dois dias após o decreto estadual, o prefeito (à época), Firmino Filho, baixou o Decreto 19.531/2020 – PMT e estabeleceu emergência pública no município. Na oportunidade, destaca-se o Art. 15, que estabelece: “o Município de Teresina desenvolverá, através de ampla campanha publicitária, ações de conscientização em massa sobre as medidas de enfrentamento a proliferação do COVID-19”.

A conscientização da população sobre as medidas de prevenção também representou um desafio. O governo do Piauí desenvolveu campanhas de comunicação para educar e conscientizar a população sobre o uso de máscaras, a higiene das mãos e o distanciamento social. Foram criadas algumas ferramentas de comunicação dedicadas à divulgação de informações sobre a COVID-19, com o intuito de ser um canal centralizado no qual as pessoas pudessem encontrar informações atualizadas sobre a doença, diretrizes de segurança, recomendações de saúde e outros recursos relevantes¹³.

A criação de um site dedicado à divulgação de informações sobre a COVID-19 possui inúmeros benefícios, incluindo o acesso fácil às informações, à comunicação eficiente, à

¹³ <http://coronavirus.pi.gov.br> (Acesso em 28/10/2022)

transparência e ao alcance amplo. Todavia, pautados pelo imediatismo, os acontecimentos tornavam-se obsoletos de forma muito rápida e, assim, além de informar era importante garantir a precisão e a veracidade das informações fornecidas, além de combater a desinformação por meio de atualizações constantes e verificação de fontes confiáveis.

É preciso aqui fazer um adendo no tocante a evolução das plataformas tecnológicas e a mudança nos modelos de negócios, visto que o mercado de mídia passou por profundas transformações que afetaram significativamente a forma como se consome informações, assim como a potência e o papel do jornalismo na sociedade contemporânea.

As mídias sociais, por exemplo, proporcionaram um espaço para a construção de novas formas de sociabilidades. As pessoas se conectam, interagem e compartilham experiências em uma escala global, ultrapassando barreiras físicas e culturais. Essas plataformas digitais permitem que indivíduos de diferentes partes do mundo se comuniquem instantaneamente, formem comunidades e expressem suas identidades de maneiras diversificadas.

O mercado de mídia passou por transformações profundas e na atual conjuntura, o conceito da “nova dieta da mídia” abarca a adaptação dos padrões de consumo midiático por parte das pessoas, uma resposta direta às transformações tecnológicas e sociais em curso. Essa mudança de paradigma envolve uma série de práticas, como a utilização crescente de novas plataformas digitais de comunicação, a procura por fontes de informação mais variadas e confiáveis, e a crescente necessidade de discernir entre informações precisas e a disseminação de desinformação.

No entanto, é possível argumentar que essa discussão ainda não foi explorada na medida necessária, especialmente no que diz respeito aos problemas fundamentais enfrentados pelo povo brasileiro. Na área da EPC, por exemplo, a abordagem difere um pouco, pois analisa as tecnologias considerando os processos de dominação, concentração e seu potencial democratizante e libertador de maneira mais realista, afastada de perspectivas utópicas. (Bolaño, 2008)

Geralmente, o debate sobre tecnologias acontece de maneira desvinculada da realidade brasileira, o que, na opinião de Bolaño (2008), representa uma lacuna significativa. É essencial considerar a relação das tecnologias com a democratização do país, especialmente os problemas associados à concentração de poder na área da comunicação, chegando a ser um equívoco acreditar que a mera existência da internet resolveu, como muitos supõem, a questão do controle da mídia no Brasil.

De acordo com a visão do mencionado autor, em muitos casos, a reflexão sobre tecnologias surge como uma forma de ocultar a realidade. Em vez de esclarecer, o pensamento muitas vezes reforça uma tendência de encobrir a verdadeira ideologia por trás do desenvolvimento tecnológico. Portanto, as transformações no mercado de mídia, especialmente impulsionadas pelas estratégias das corporações tecnológicas, têm gerado debates cruciais sobre a distribuição de receitas, o papel das plataformas na disseminação da desinformação e a responsabilidade das empresas em controlar e mitigar os efeitos negativos de suas práticas na sociedade e na esfera pública. Essas questões colocam em evidência a necessidade de uma regulamentação mais eficaz e de um debate amplo sobre o papel das mídias sociais e das organizações jornalísticas na era digital

A emergência de novas plataformas e tecnologias digitais transformou significativamente a maneira como as pessoas consomem informações e interagem entre si, resultando em uma nova dieta de mídia. Essa nova dieta não se refere apenas ao tipo de conteúdo consumido, mas também às formas de interação, sociabilidades e afetividades manifestadas nesse ambiente digital em constante evolução.

Com essa reflexão, fica evidente os impactos causados na produção jornalística por meio das mudanças aqui já detalhadas, assim como é notável a amplitude do papel do profissional dentro da sociedade, o comprometimento com a verdade que é um dos principais pontos éticos que devem ser seguidos no exercício profissional (Miranda, 2021). Contudo, embora a internet tenha um alcance amplo, algumas pessoas podem enfrentar dificuldades para acessar um site dedicado à COVID-19 devido às limitações de conectividade ou falta de habilidades tecnológicas.

No entanto, o problema da vulnerabilidade socioeconômica de uma parcela significativa da população dificultou a adesão a medidas de prevenção e controle da doença e múltiplos são os fatores que agravaram a situação no estado do Piauí e em Teresina. Além disso, muitos piauienses dependem de trabalhos informais, o que tornou ainda mais desafiador o cumprimento das restrições e o isolamento social. Outro aspecto preocupante foi a sobrecarga do sistema de saúde, visto que houve um aumento expressivo na demanda por leitos hospitalares, equipamentos médicos e, o Piauí, assim como outros estados brasileiros, enfrentou dificuldades para suprir essas necessidades, resultando em situações críticas, como a escassez de leitos de UTI e a falta de insumos hospitalares¹⁴.

¹⁴ <https://www.mppi.mp.br/internet/2020/06/covid-19-mppi-ingressa-com-acp-para-regularizacao-no-fornecimento-de-remedios-e-insumos-ao-hgv/> (Acesso em 21/11/2022)

Após a identificação dos primeiros casos de COVID-19 no Piauí, foram adotadas diversas medidas de distanciamento social de forma descentralizada pelos municípios. O fechamento de escolas e estabelecimentos não essenciais foi implementado independentemente, uma vez que não havia uma recomendação unificada proveniente da entidade federativa do país. Cada município optou por seguir abordagens intervencionistas próprias, levando em consideração as circunstâncias locais e as orientações disponíveis naquele momento.

De acordo com os dados fornecidos pelo Comitê de Operações Emergenciais da Fundação Municipal de Saúde (COE/FMS)¹⁵, até setembro de 2020 já havia um total de 28.635 casos confirmados de COVID-19 na cidade, com 969 óbitos registrados. Além disso, 12.998 pessoas já haviam se recuperado da doença. Considerando o Boletim de Saúde Piauí, produzido pela SESAPI¹⁶, entre 26 de abril e 15 de setembro de 2020, o número de leitos de UTI em Teresina aumentou de 142 para 267. Essa expansão significativa na capacidade de leitos de UTI foi uma resposta às necessidades de tratamento dos pacientes com COVID-19 na cidade.

No entanto, mesmo diante das iniciativas governamentais alguns desafios persistiram e as ações não foram suficientes para resolverem todos os problemas. É difícil prever e responder rapidamente a uma crise de saúde global dessa magnitude, bem como acompanhar o ritmo da disseminação do vírus ou das variantes subsequentes. A complexidade da COVID-19 e sua ampla gama de impactos exigem um esforço contínuo e uma abordagem multifacetada para superar completamente essa crise mundial.

Como uma das iniciativas para alcançar esse propósito, os governos buscaram estabelecer parcerias e colaborar com outras instituições: trabalharam em conjunto com o Ministério da Saúde (MS), investiram na ampliação da capacidade hospitalar, trocaram informações, compartilharam diretrizes e direcionamentos, permitindo uma maior coordenação entre os diferentes níveis de governo e uma distribuição mais eficiente dos recursos. O Governo do Piauí buscou apoio de instituições de saúde e pesquisa, como universidades e centros de pesquisa, para obter expertise técnica e científica no enfrentamento à pandemia.

Dito isso, reitera-se que a pandemia impactou a economia e a sociedade de Teresina e do estado do Piauí, assim como em diversas partes do mundo. A relação entre os óbitos provocados pela doença e os impactos econômicos e sociais que foram causados é algo

¹⁵ <https://pmt.pi.gov.br/tag/coe/> (Acesso em 14/03/2023)

¹⁶ <http://www.saude.pi.gov.br> (Acesso em 14/03/2023)

complexo e multifacetado. Ao analisar os dados apresentados no gráfico abaixo, o número de casos coloca uma pressão adicional nos sistemas de saúde. No ano de 2020, de acordo com o Painel COVID-19 Teresina, foram notificados 50.050 casos e registrados 1.230 óbitos.

Desta forma, para compreender melhor a realidade de Teresina e do Piauí, é necessário analisar os dados locais, as políticas adotadas e o contexto socioeconômico específico da região, visto que os impactos variam de acordo com o país e a região, dependendo da resposta adotada pelos governos, da disponibilidade de recursos de saúde, fatores socioeconômicos, além de levar em consideração que cada localidade tem suas particularidades e respostas específicas.

Outro ponto que merece destaque é referente à campanha de vacinação, pois as pessoas vacinadas têm menos probabilidade de contrair e transmitir a doença, o que ajuda a quebrar as cadeias de transmissão e a controlar a propagação da COVID-19. O Governo Federal é responsável por fornecer doses de vacinas aos estados que, por sua vez, distribuem para os municípios. Entretanto, o fornecimento de vacinas variou ao longo do tempo, dependendo da disponibilidade nacional e do ritmo de produção e distribuição das fabricantes.

POR SEMANA EPIDEMIOLÓGICA - ANO 2020

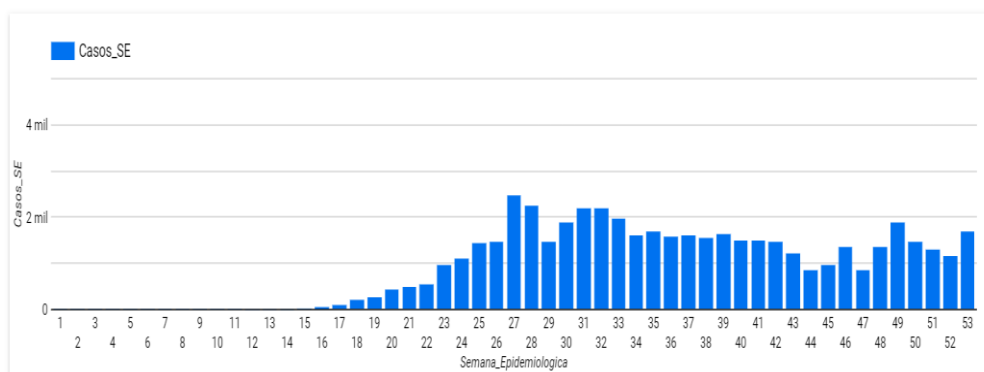


Figura 1 – Fonte: PAINEL COVID-19 TERESINA¹⁷

O Piauí recebeu do MS, 61.160 doses da vacina CoronaVac e começou a vacinar a população em 18 de janeiro de 2020. De acordo com a SESAPI, inicialmente foram 28.651 mil doses para profissionais da saúde, 10 para pessoas com deficiência institucionalizadas, 460 doses para pessoas com mais de 60 anos que vivem em instituições de longa permanência e 21 para indígenas vivendo em terras demarcadas.

¹⁷ <https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/bc29048d-463b-4f02-914e-79aa7754cd55/page/915uB> (Acesso em 23/04/2023)

A estratégia seguiu as diretrizes do Plano Nacional de Imunização, priorizando grupos de risco e profissionais de saúde na primeira fase e, posteriormente, expandindo para outros grupos populacionais. Todavia, só no mês de abril de 2021, conforme dados do gráfico abaixo, foram registrados 439 óbitos, o que mostrou que a campanha de vacinação precisava ser intensificada, visto que quanto mais pessoas se vacinassem, maior seria a redução nos números da doença e mais controle da pandemia.

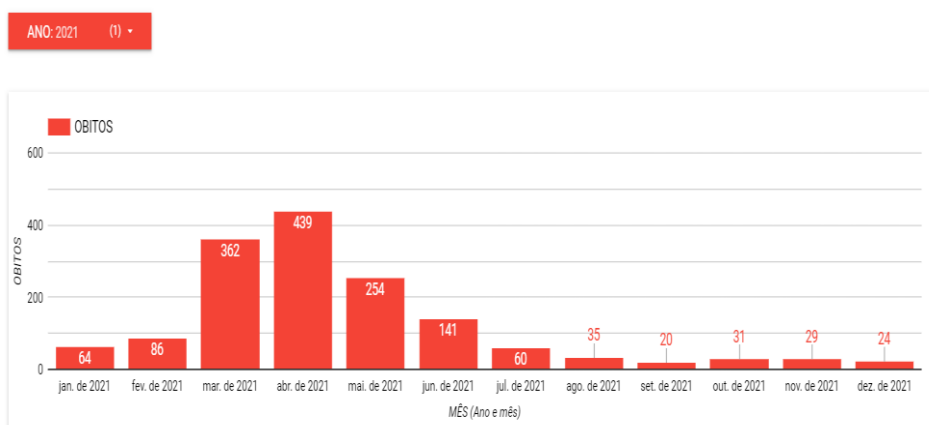


Figura 2 – Fonte: PAINEL COVID-19 TERESINA¹⁸

Mesmo que o conjunto dessas ações tenha trazido resultados positivos, não se pode esquecer que o enfrentamento da pandemia é um desafio contínuo. O sucesso depende da manutenção e adaptação das estratégias de acordo com a evolução da situação epidemiológica e científica, bem como do engajamento da população em aderir às medidas preventivas e assim ajustar as estratégias por meio de campanhas de conscientização, orientações claras e programas de educação pública.

2.3 Comitê Gestor de Crise – CGC/UFPI

Vistas como instituições essenciais para a formação de profissionais qualificados, avanço da pesquisa científica e fornecimento de serviços à comunidade, as universidades — durante a pandemia — precisaram responder a uma série de desafios, que em alguns casos, eram completamente desconhecidos, como a adaptação para o ensino remoto, suporte aos estudantes afetados emocionalmente, continuidade de projetos de pesquisa e busca de soluções que iam além da crise sanitária.

¹⁸ <https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/bc29048d-463b-4f02-914e-79aa7754cd55/page/9I5uB> (Acesso em 21/06/2023)

Conforme o pensamento de Gusso *et al.* (2020), as instituições de ensino superior se encontraram em um ambiente com temáticas diversas e complexas, sendo chamadas a repensar seu papel na sociedade de forma profunda e imediata. Esta mudança abrupta exigiu uma rápida adaptação e adoção de tecnologias digitais para garantir a continuidade do ensino e da aprendizagem. As instituições de ensino superior foram reconhecidas como centros de conhecimento e expertise, capazes de gerar evidências científicas confiáveis e influenciar políticas públicas e a participação ativa no combate à pandemia revelou o potencial transformador das universidades e reforçou seu papel na sociedade. (Panizzon; Costa; Medeiros; 2020)

A transição para o ensino à distância revelou tanto as limitações quanto as oportunidades dessa modalidade, destacando a importância da infraestrutura tecnológica e do acesso equitativo à internet para estudantes e professores.

Universidades, departamentos acadêmicos e cursos universitários precisarão se adequar para reduzir danos pedagógicos e riscos à saúde pública, garantindo a manutenção de uma educação em nível superior de qualidade e segura. Compete às instâncias deliberativas das IES decisões fundamentais que subsidiarão as decisões de professores quanto à forma de conduzir suas disciplinas. Ajustes precisarão ser feitos nos planos de desenvolvimento institucional, nos projetos pedagógicos de cursos e no gerenciamento departamental, a fim de lidar com a situação de emergência. (Gusso *et al.*, 2020, p. 3)

Contudo, é importante destacar que o acesso à educação superior é um direito de todos os cidadãos e as universidades públicas têm um papel fundamental na democratização desse acesso, proporcionando oportunidades de formação e desenvolvimento para todos, independentemente de sua condição social ou econômica. Por isso, é essencial que o Estado invista na manutenção e expansão das universidades públicas, garantindo assim o acesso ao conhecimento e à educação para todos.

No entanto, um fator determinante para alcançar esses objetivos é a questão de disponibilidade orçamentária, uma vez que muito precisava ser investido. Mais do que as mudanças nas formas de ensino e pesquisa, as Ifes também foram desafiadas por problemas financeiros decorrentes da crise. A restrição orçamentária, resultante de cortes de recursos, acentuou a escassez financeira, o que pode ter vindo a prejudicar a capacidade das universidades em fornecer respostas eficazes e implementar medidas adequadas para mitigar os impactos negativos da pandemia (Panizzon; Costa; Medeiros; 2020).

Em congruência ao cenário apresentado e visto que a pandemia colocou as universidades em um contexto desafiador e multifacetado, exigindo uma resposta rápida e

adaptativa, a UFPI buscou, em parceria com outras instituições, auxiliar e colaborar com os diversos setores da sociedade na solução dos problemas. Por meio de pesquisas científicas, assistência à saúde, ações de extensão e adaptação ao ensino remoto, a Universidade mostrou seu compromisso em apoiar a sociedade e, com isso, desempenhou um importante papel no enfrentamento à pandemia de COVID-19 no estado do Piauí.

A administração da Instituição, em conjunto com professores, pesquisadores e estudantes de diversas áreas do conhecimento, uniu esforços para investigar a epidemiologia, a transmissão e os efeitos da doença, assim como desenvolveu ações de extensão junto à comunidade piauiense e realizou campanhas de conscientização sobre a importância das medidas preventivas.

A UFPI começou, então, a articular estratégias para que fosse possível responder à comunidade interna e à sociedade de forma efetiva e eficiente. Dentre as iniciativas está a elaboração do plano de contingência, que é um documento que estabelece as medidas e ações a serem tomadas para enfrentar os desafios e crises decorrentes da pandemia, tendo como objetivo principal minimizar os efeitos negativos da doença, proteger a saúde e a segurança das pessoas e garantir a continuidade das operações essenciais.

Importante reforçar que o plano, no contexto da COVID-19, deve ter como proposta abranger várias áreas e aspectos, incluindo medidas para prevenir a disseminação, diretrizes e procedimentos visando proteger a saúde e a segurança das pessoas, gerenciar recursos e suprimentos, como serviços de emergência, assistência médica, transporte público, abastecimento de alimentos e serviços básicos, mesmo diante de restrições e interrupções. E não menos importante: deve conter estratégias de comunicação claras e precisas para fornecer informações atualizadas sobre a situação da doença, orientações de saúde, medidas de segurança e outras informações relevantes para a população.

Durante a crise da COVID-19 muitas instituições de ensino e organizações governamentais, em todo o mundo, estabeleceram comitês de crise para lidar com os desafios relacionados à pandemia. Na intenção de atingir os objetivos propostos no plano de contingência foi definido estruturação, atribuições e composição do CGC, que deve ser formado por um grupo multidisciplinar, de diferentes áreas e níveis hierárquicos da organização, com conhecimentos e experiências variada e visão abrangente da crise para facilitar a tomada de decisões. No caso do plano da UFPI foram estabelecidos os seguintes objetivos:

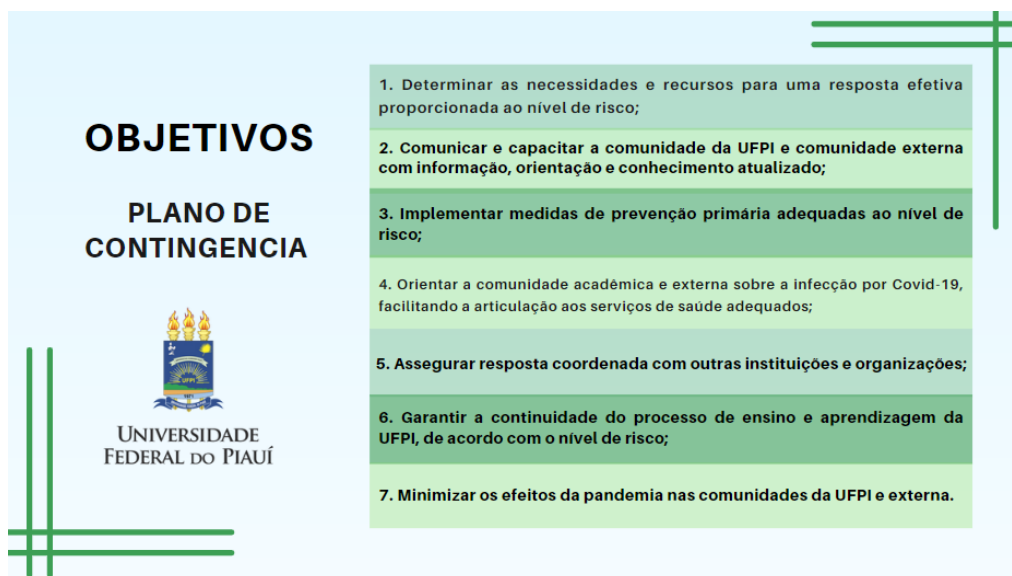


Figura 3 – Fonte: (UFPI, p. 5, 2020c)

Acompanhar a evolução da pandemia, analisar os dados epidemiológicos e manter-se atualizado sobre as diretrizes e recomendações das autoridades de saúde, elaborar planos de contingência para diferentes cenários, considerando a possibilidade de novos surtos da doença, mudanças nas diretrizes governamentais ou quaisquer outros eventos imprevistos, são algumas das responsabilidades do Comitê.

Quanto ao gerenciamento da comunicação — interna e/ou externa durante a crise, como estabelecido nos objetivos —, se chegou à estratégia de que é preciso fornecer informações claras e atualizadas para as partes interessadas, como funcionários, clientes, fornecedores, mídia e público em geral. Como afirma Kunsch (2014), a comunicação eficaz é essencial para transmitir mensagens consistentes, evitar rumores e manter a confiança do público. Isso porque o acesso à informação de qualidade atua positivamente para a realização de outros direitos, como o direito à saúde e à educação. Porém, mesmo evidenciando o poder da informação, é necessário esclarecer que “a simples disponibilização de informações públicas pelos governos não garante a transparência dos dados e não garante o principal para o enfrentamento da doença: o envolvimento da sociedade, mobilizada por uma comunicação pública” (Silva e Pires, 2020).

No plano da UFPI, foram detalhadas as estratégias e táticas da comunicação, definidas no item 6.5:

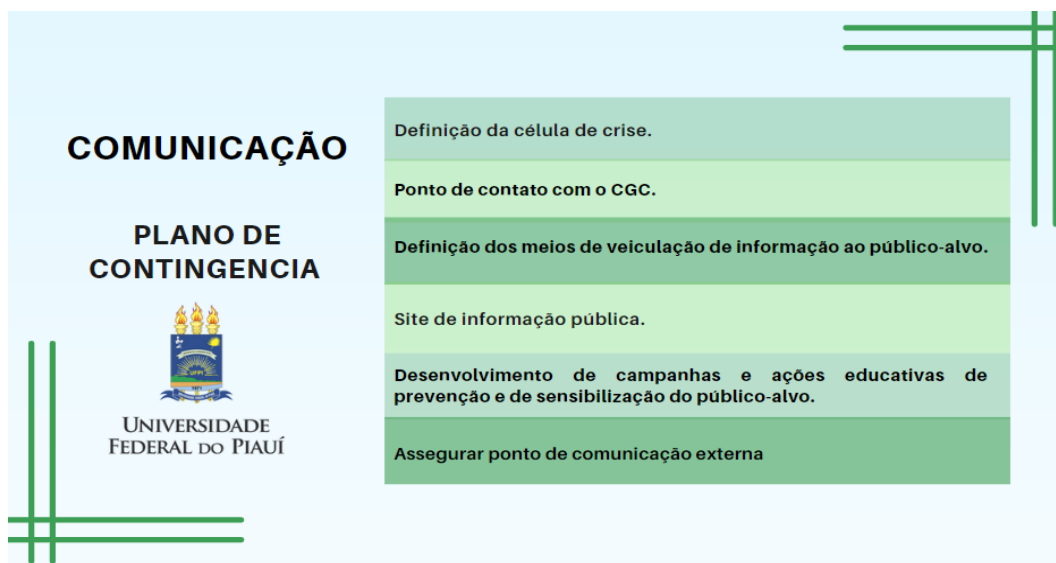


Figura 4 – Fonte: (UFPI, p. 16, 2020c)

Dentre as medidas adotadas destaca-se a criação do site de informação pública *hotsite* (www.ufpi.br/coronavirus)¹⁹ com as ações e um vasto conteúdo de informações sobre a temática, com vistas a subsidiar e capacitar tanto a comunidade acadêmica como as entidades de saúde. No *hotsite*, era possível acessar informações como: a) painéis de monitoramento; b) boletins farmacológicos; c) cartilhas e orientações técnicas; d) webconferências e *podcasts*; e) orientações institucionais; dentre outros. O plano foi estruturado em quatro áreas de atuação centradas na comunidade da UFPI e desta forma visava atender às necessidades do seu público.



Figura 5 – Fonte: (UFPI, p. 8, 2020c)

¹⁹ <https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35820-ufpi-lanca-site-com-informacoes-sobre-prevencao-e-riscos-do-coronavirus> (Acesso em 10/06/2022)

Dentro das especificidades do plano, foi constituído o CGC que foi responsável por coordenar e implementar ações para garantir a segurança e o bem-estar da comunidade acadêmica. Também foi responsável por tomar decisões estratégicas, monitorar a situação da pandemia e fornecer diretrizes claras para lidar com os desafios relacionados à COVID-19, conforme estabelecido: “as ações de toda a comunidade acadêmica devem observar as recomendações apresentadas no Plano de Contingenciamento e Notas Informativas emitida pelo CGC, bem como suas eventuais atualizações, considerando o dinamismo da pandemia” (UFPI, 2020^a).

O Comitê de Crise, teve a princípio a Superintendente de Comunicação Social, à época a Professora Dra. Jacqueline Lima Dourado, como sua presidente e a tomada de decisões levou em consideração as orientações das autoridades de saúde e considerou o impacto nas atividades acadêmicas. Além de ser responsável por pontuar que a transparência e clareza são essenciais para garantir a confiança e cooperação de todos os membros da comunidade, passou a ter autoridade para tomar decisões rápidas e efetivas em resposta a situações emergenciais, incluindo o fechamento temporário de instalações, suspensão de atividades presenciais, adoção de ensino remoto, restrições de viagens, entre outras medidas.

A educação e conscientização contínuas sobre a importância das medidas preventivas são essenciais nesse processo, bem como a colaboração com outros comitês gestores de crise em universidades e instituições para compartilhar as melhores práticas e lições aprendidas. As contribuições do governo estadual e municipal do Piauí — assim como as da UFPI — no enfrentamento à pandemia de COVID-19 foram e continuam a ser relevantes para proteger a saúde da população, fortalecer o sistema de saúde e buscar soluções científicas para lidar com os desafios impostos pela crise sanitária. Entretanto, as políticas públicas precisam sair das emendas para possibilitar articulação entre o estado e os setores que compõem a sociedade, uma vez que estas são imprescindíveis para resolver o problema público.

Assim, diante do contexto geopolítico e histórico, é percebido um elo entre a realidade apresentada em consequência da pandemia e a construção ativa da sociedade no processo social, o que resulta numa rede de conflitos e interesses que precisa ser discutida à luz de uma corrente teórica que abranja os fenômenos históricos, políticos, econômicos e comunicacionais sob um olhar crítico dos objetos da comunicação, interligando os seus agentes e as mudanças sociais construídas (Dourado, 2013).

Neste cenário, a pandemia interfere diretamente na educação e, assim, ocasiona um despertar para reformulações necessárias ao atendimento do novo a fim de melhor atender ao

seu público interno — enquanto comunidade acadêmica — e externo, tendo em vista o seu papel social. Em face das mudanças que aconteceram e que atingiram as organizações universitárias, tornou-se necessário repensar na comunicação que vinha sendo desenvolvida pelas universidades, marcando, assim, a adoção de um novo e infundável paradigma comunicacional (Ruão, 2005).

Conforme descrito no plano de contingência, na seção da comunicação: “Este plano de contingência para a COVID-19 prevê informações confiáveis e precisas, com o maior alcance possível, para atender às comunidades acadêmica e externa e a mídia”. (UFPI, p. 17, 2020c) Considerando esta afirmativa, é interessante, ao estudo aqui proposto, apresentar o detalhamento estratégico da UFPI, as ações de comunicação, táticas internas e externas, planejamento e estruturação das atividades desenvolvidas descritas no citado plano. Entretanto, essa temática será abordada com mais profundidade na parte metodológica da análise do corpus de pesquisa.

2.4 Reflexos orçamentários e políticos

Os cortes orçamentários têm causado um impacto significativo no Brasil, afetando diretamente as universidades do país. A redução de recursos financeiros compromete a qualidade da educação superior, dificulta a pesquisa científica e prejudica a formação de profissionais qualificados. As instituições de ensino lutam para manter suas atividades básicas, enfrentando desafios como a falta de infraestrutura, cortes em bolsas de pesquisa e demissões de docentes. O cenário reflete a urgente necessidade de investimentos adequados na área da educação para garantir o desenvolvimento e o progresso do país.

Conforme estabelecido no artigo 212 da Constituição Brasileira de 1988, a União possui a obrigação de destinar, no mínimo, 18% da receita proveniente de impostos, incluindo as transferências, para a manutenção e desenvolvimento do ensino superior. Além disso, esse dispositivo constitucional garante a autonomia das universidades federais em relação à gestão financeira e patrimonial.

A autonomia conferida às universidades federais implica na liberdade dessas instituições para gerir seus recursos financeiros e patrimoniais de maneira independente. Isso significa que elas têm a capacidade de tomar decisões internas relacionadas ao uso dos recursos disponíveis e à administração de seu patrimônio. Essa autonomia proporciona a oportunidade de buscar a excelência acadêmica, promover pesquisas, contratar professores e funcionários qualificados, bem como realizar investimentos em infraestrutura.

A educação superior brasileira enquadra-se como participante ativa da dinâmica social de transformações inerentes às sociedades contemporâneas, com avanços e recuos em suas políticas educacionais mediadas pela atuação governamental e pelas forças econômicas e sociais, refletindo uma série de desafios e mudanças no contexto do país (Gusso *et al.*, 2020). Contudo, o desenvolvimento da educação superior no Brasil é um processo complexo, que requer esforços e investimentos consistentes para superar os desafios e alcançar uma educação superior de qualidade e acessível para todos.

É importante ressaltar que esses avanços não são estáticos e podem variar ao longo do tempo, dependendo das políticas governamentais, das demandas sociais e dos investimentos na área da educação, que tem passado por uma série de desafios, como os cortes nos investimentos públicos que têm afetado negativamente as instituições de ensino. Ademais, as instituições de ensino superior no Brasil enfrentam um excesso de burocracia e falta de autonomia administrativa e financeira, entraves que dificultam a implementação de projetos inovadores, a tomada de decisões ágeis e a adaptação rápida às mudanças do ambiente acadêmico.

Na perspectiva de distribuição e alocação dos recursos orçamentários, por exemplo, a etapa do planejamento visa determinar a melhor maneira de utilizar e distribuir o dinheiro arrecadado por meio de tributos. Um planejamento estruturado envolve a definição de metas e indicadores de desempenho, o estabelecimento de programas e projetos, bem como a determinação dos recursos necessários para sua implementação, abraçando objetivos claros, definindo prioridades, levando em consideração necessidades e demandas da sociedade. Essa etapa envolve também a aprovação da Lei do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) (Santos, 2017).

De forma exemplificativa, Santos (2017) discorre sobre a função e o objetivo de cada uma das mencionadas leis. Para viabilizar a ação pública, o PPA declara as políticas e metas previstas para um período de quatro anos, assim como os caminhos para correlacioná-las. A LDO e a LOA devem estar alinhadas às políticas e metas presentes no PPA que, por sua vez, são elaboradas anualmente. De fato, a LOA é que norteia o orçamento anual e é elaborada detalhando todos os gastos que serão realizados em áreas do Governo, como saúde, educação e segurança pública.

Estabelecida com base na LOA e conforme Decreto nº 7.233/2010 que “dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária”, a Secretaria de Educação Superior (SESU), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), adota

uma Matriz de Alocação de Recursos Orçamentários para fazer jus às despesas de custeio e investimento das IFES.

A Matriz Orçamentária é uma ferramenta utilizada no processo de alocação de recursos financeiros com o objetivo de garantir precisão técnica e transparência na distribuição, estabelecendo diretrizes e indicadores de qualidade e produtividade para orientar a alocação dos recursos, buscando atender às necessidades e demandas das instituições envolvidas. Um dos principais indicadores utilizados na Matriz Orçamentária é o “aluno equivalente”, que está relacionado aos custos de manutenção das instituições e é utilizado para quantificar o número de alunos em um determinado programa ou instituição (MEC, 2023).

Para o MEC, a utilização do indicador de “aluno equivalente” na distribuição dos recursos orçamentários busca garantir uma alocação mais precisa e equitativa. Ao considerar não apenas o número de alunos, mas também outros fatores que afetam os custos de manutenção das instituições, é possível ter uma distribuição mais justa e adequada às necessidades específicas. Além disso, a alocação dos recursos também é feita com base em indicadores de qualidade e produtividade, ou seja, as instituições que apresentam melhores resultados em termos de qualidade do ensino, desempenho dos alunos e produtividade, recebem uma maior parcela dos recursos orçamentários.

É papel da sociedade acompanhar e avaliar a eficiência e a equidade da distribuição dos recursos, por isso os critérios e procedimentos utilizados nessa distribuição precisam ser claros e compreensíveis, pois desempenham um papel crucial na forma como uma sociedade funciona e como as necessidades das pessoas são atendidas. Quando os critérios são claros, compreensíveis e baseados em princípios equitativos, é mais provável que a distribuição seja percebida como justa e que as necessidades da sociedade sejam atendidas de maneira adequada.

De fato, este é um fator que requer observações mais tecnicamente detalhadas, tanto em relação aos valores que são distribuídos quanto a como as instituições os utilizam. Existem algumas regras e conceitos a serem ressaltados, por exemplo, o que é considerado como despesa obrigatória ou discricionária. Entretanto, esses não são compreendidos pela grande parcela da população. Por lei, o Governo é obrigado a transferir às instituições recursos para pagamento de salários, o que está dentro do orçamento chamado de obrigatório, cabendo às universidades a responsabilidade de administrarem o discricionário.

O MEC manda uma estrutura pré-montada, com a distribuição dos valores por ação orçamentária. No caso da UFPI, é a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) que faz a

distribuição entre os tipos de despesas e as unidades que devem ser atendidas, enviando posteriormente para aprovação do Conselho Diretor da Universidade. As IFES podem decidir sobre a destinação do orçamento que, como mencionado anteriormente, é referente ao discricionário, o qual pode ser subdividido em bens de custeio (que cobrem as despesas com terceirizados, água, energia, realização de serviços e compra material de almoxarifado) e bens de capital (que são os valores destinados para compra de equipamentos de uso permanente, como móveis e bens de tecnologia).

Cabe às universidades administrar esses recursos de acordo com suas necessidades e prioridades, dentro das limitações orçamentárias estabelecidas. Muitas vezes, elas dependem desses recursos discricionários para o pleno funcionamento de suas atividades acadêmicas e de pesquisa. A restrição não se limita apenas aos recursos destinados ao funcionamento e investimento das universidades públicas federais, pois todo o sistema de formação de professores e pesquisadores, bem como os incentivos à ciência e tecnologia, são severamente afetados, resultando em consequências igualmente prejudiciais para as universidades públicas.

Desta forma, considerando o recorte temporal de 2016 — primeiro ano de gestão do reitor Prof. Dr. Arimatéia Dantas Lopes e da vice-reitora Profa. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira — até 2023, é notável que a distribuição orçamentária passou por mudanças que impactaram a administração. Diante dos dados apresentados na figura 6 (abaixo), constata-se, numa primeira análise, que as alterações não foram substanciais, caso seja considerado apenas o valor nominal do repasse no qual a inflação da economia não tem influência direta.

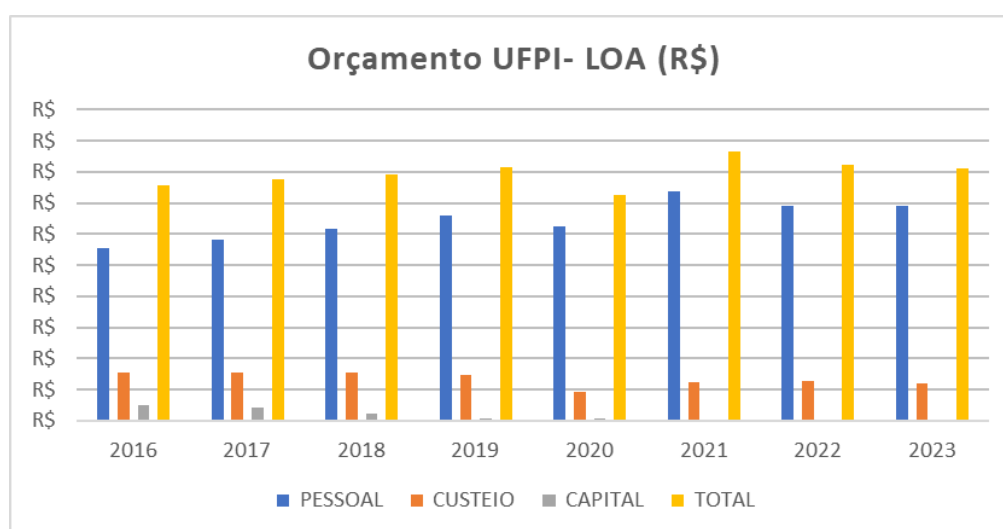


Figura 6: Orçamento UFPI 2016/2023

Entretanto, ao analisar no contexto de crise e das contrarreformas do Estado e das políticas de austeridade fiscal, observa-se o quanto a desvalorização da economia tem reflexo

na depreciação do valor da moeda do país. De acordo com os valores estabelecidos na LOA de 2016, o valor total destinado à UFPI foi R\$ 757.699.131,00, sendo que 73,17% é orçamento destinado para pagamento de pessoal. Ao verificar a LOA 2023, o valor total foi de R\$ 812.424.287,00 e 85,21% referente a pessoal e apenas 14,49% para custeio, o que equivale a R\$ 117.730.669,00.

Caso se inclua a inflação aos dados expostos, será possível observar que ela impacta de forma geral o orçamento destinado para a UFPI, bem como os órgãos públicos e a população em geral, tendo em vista que terá efeitos diretos na renda, nas taxas de emprego e nos preços dos produtos e serviços. O problema da perda orçamentária se dá em razão da queda do valor do dinheiro, que ocasiona instabilidade econômica cujos efeitos reverberam nas questões políticas e sociais.

Em valores percentuais, na figura 7 (abaixo), fica evidente que cerca de 70% a 80% do orçamento destinado à UFPI é para o pagamento de pessoal, fazendo parte do orçamento obrigatório, no qual a instituição não possui autonomia para administrar. Por outro lado, a figura mostra, também, que ao longo dos anos analisados a porcentagem referente a capital não chega nem a 10% do total. Em 2023, sendo o equivalente a 0,30%.

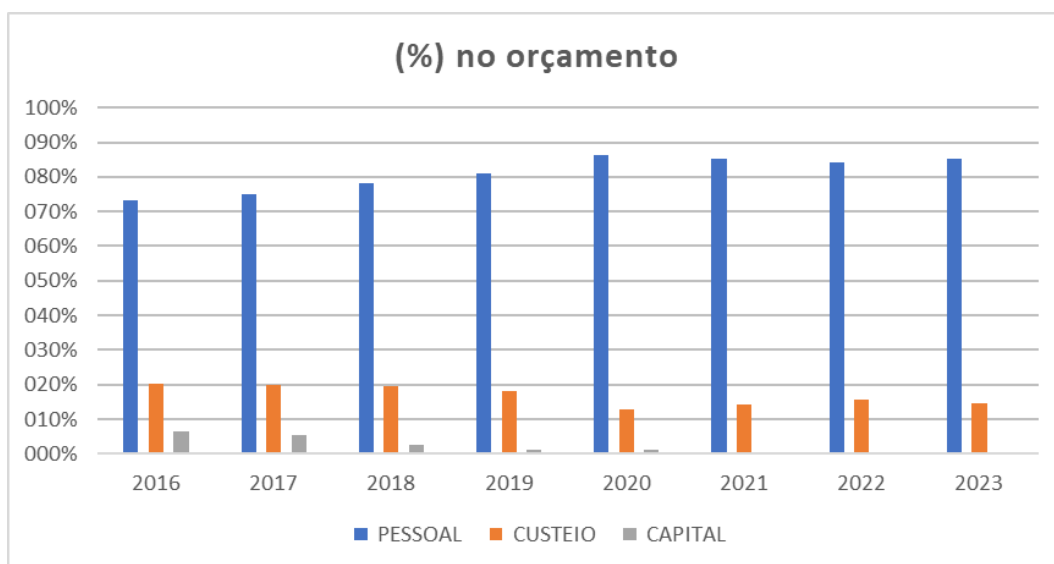


Figura 7: Percentual/ Rubrica em relação ao total do orçamento

Conforme os dados verificados, os cortes orçamentários não levam em consideração a inflação do período, o que prejudica a política de expansão de vagas no ensino superior público, resultando em um acesso ainda mais distante para muitos jovens, comprometendo o funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão já existentes. Além disso, esses

cortes rapidamente levam ao sucateamento das estruturas físicas e equipamentos devido às dificuldades de manutenção e reposição.

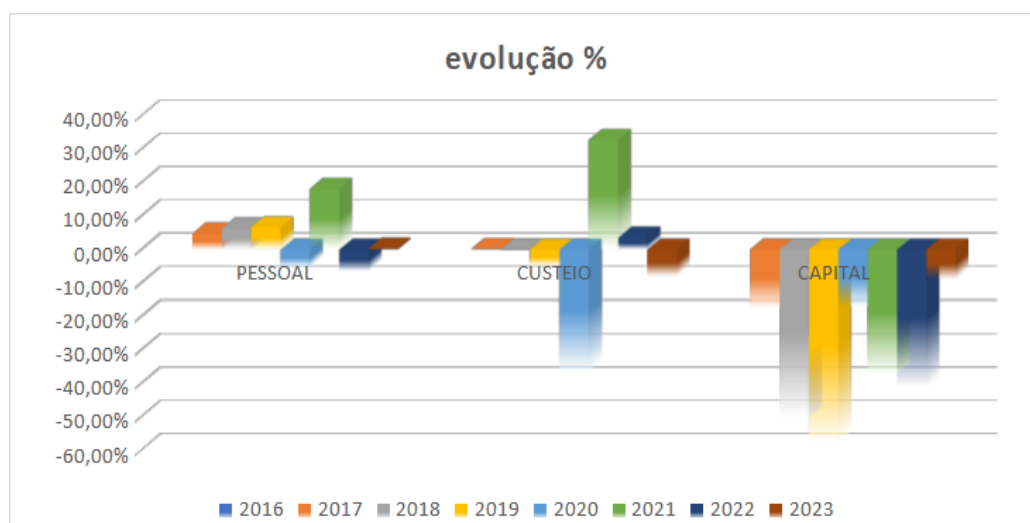


Figura 8: Evolução percentual dos valores

Na figura 8, que mostra a evolução percentual dos valores, é possível observar que eles tiveram uma involução, em especial os recursos destinados a aquisições de bens de capital. Faz-se oportuno ressaltar que os efeitos desses cortes não se restringem apenas à comunidade interna, pois afetam diversos setores da sociedade em relação à continuidade dos projetos de pesquisa e extensão em andamento. Por isso, a comunidade universitária e a sociedade em geral precisam ficar atentas a essas questões e buscar formas de engajamento para defender a importância do investimento na educação e no conhecimento científico. O diálogo entre os diversos setores da sociedade, incluindo governos, universidades, empresas e organizações civis, pode contribuir para encontrar soluções que permitam conciliar a necessidade de contenção de gastos com o investimento nas áreas adequadas.

Diante dos dados, os desafios orçamentários enfrentados nos últimos anos são de grandes proporções. Essas questões impactam em diversas áreas as universidades, como pesquisa, infraestrutura, assistência estudantil, contratação de professores e técnicos, entre outros. Em 2018, como visto na figura 8, os investimentos em capital foi -57,53%. No ano inicial da pandemia, 2020, em valores proporcionais ao ano anterior de investimento em custeios a figura mostra que foi de -36,43%.

Concomitante a isso, é fundamental compreender que os valores efetivamente executados pelas instituições públicas podem ser diferentes dos valores previstos na lei e que isso ocorre porque, durante a execução orçamentária, podem surgir variações nas receitas, necessidades emergenciais, alterações nas prioridades governamentais, entre outros fatores.

Frisa-se, novamente, que as instituições têm certa flexibilidade para ajustar a alocação de recursos dentro dos limites estabelecidos pela LOA e podem redistribuir verbas entre diferentes programas e atividades, desde que respeitem as regras e limitações impostas pela legislação orçamentária.

Durante o ano, é possível que as prioridades do Governo mudem devido a eventos imprevistos, emergências ou modificações nas necessidades da sociedade, o que pode levar a realocações de recursos orçamentários e resultar em uma diferença entre o orçamento planejado e o executado. Também podem ocorrer contingenciamentos, bloqueios temporários de parte dos recursos previstos, que podem ser realizados pelo Governo como medida de controle fiscal ou em resposta a situações econômicas adversas, como o que aconteceu na pandemia da COVID-19.

Muitos governos implementaram pacotes de estímulo econômico para fornecer suporte financeiro direto às pessoas e empresas afetadas pela pandemia. Além disso, alguns direcionaram recursos adicionais para fortalecer o sistema de saúde e, assim, responder às necessidades emergenciais durante a crise sanitária. Isso incluiu a expansão da capacidade hospitalar, aquisição de equipamentos médicos, suprimentos e investimento em pesquisas para o desenvolvimento de vacinas e tratamentos. Outra medida foi quanto à flexibilização de algumas regulamentações e prazos — para ajudar as empresas a lidarem com as dificuldades financeiras —, como extensões de tempo para o pagamento de obrigações fiscais, arrefecimento de regras de licenciamento e regulamentação. No Brasil, outro ponto foi as medidas de controle fiscal, como redução de gastos públicos e contenção de despesas a fim de equilibrar os orçamentos e controlar o endividamento do país.

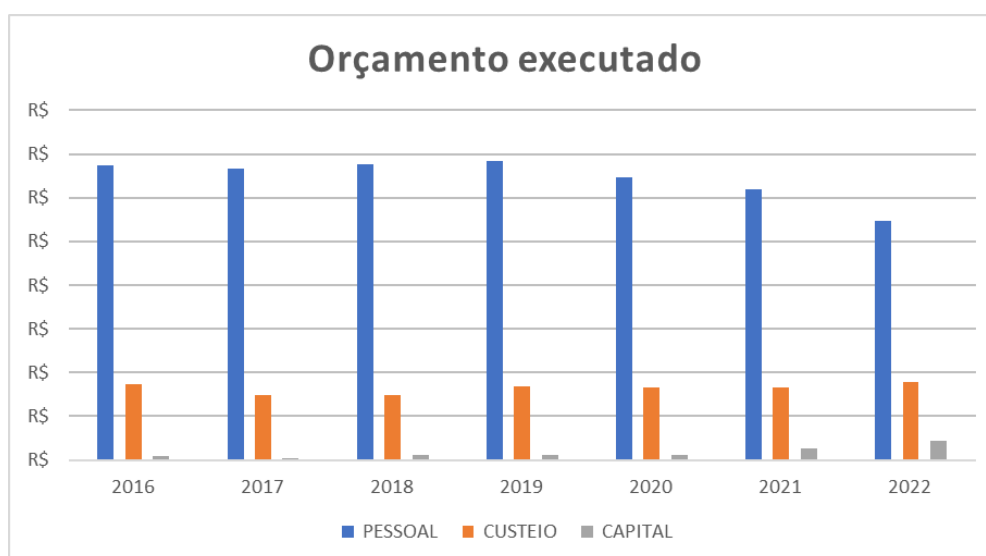


Figura 9: Valores executados (empenhados) por rubrica em cada ano (elaborada pela autora)

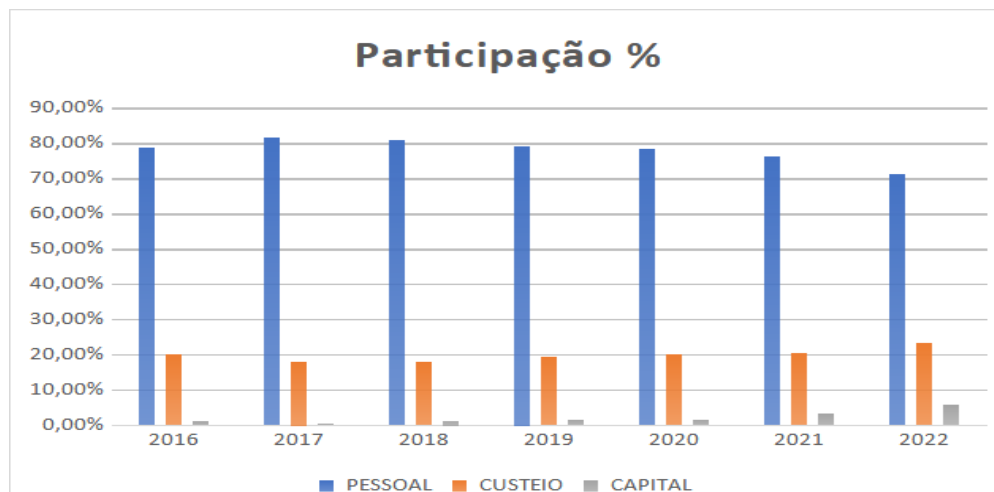


Figura 10: Percentual (%) de cada rubrica em relação ao total por ano (elaborada pela autora)

Ao realizar a análise dos dados apresentados, não há como dissociar as limitações orçamentárias dos desafios impostos à educação antes, durante e depois da pandemia, uma vez que o investimento na educação e no desenvolvimento das habilidades e conhecimentos das pessoas é fundamental para o crescimento econômico e social. Ao promover uma educação de qualidade, que capacite os indivíduos e os prepare para o mercado de trabalho, é possível criar uma força de trabalho mais produtiva e, ao mesmo tempo, melhorar as perspectivas de vida das pessoas (Gusso *et al.*, 2020)

É necessário encontrar um equilíbrio entre as demandas do sistema econômico e a garantia de condições dignas e saudáveis para todos, pois a proteção e preservação da vida são valores fundamentais e devem estar acima de qualquer interesse econômico. A pandemia mostrou de forma trágica como a saúde e o bem-estar das pessoas são indispensáveis para o funcionamento da sociedade como um todo. Afinal, são os indivíduos saudáveis e vivos que formam a base sobre qualquer tipo de desenvolvimento econômico e social que pode ser construído. Como argumenta Santos:

O coronavírus é nosso contemporâneo no sentido mais profundo do termo. Não o é apenas por ocorrer no mesmo tempo linear em que ocorrem as nossas vidas (simultaneidade). É nosso contemporâneo porque partilha conosco as contradições do nosso tempo, os passados que não passaram e os futuros que virão ou não. (Santos, 2020, p. 01)

Através dessas perspectivas apresentadas, busca-se compreender como os interesses econômicos e políticos influenciaram na forma como as informações foram produzidas, selecionadas e apresentadas ao público no contexto da pandemia, tendo como alicerce as correntes teóricas estudadas, que destacam a importância das estruturas de propriedade dos

meios de comunicação, das relações entre empresas de comunicação e atores políticos, bem como das dinâmicas de mercado na determinação do conteúdo midiático.

Fundamentada teoricamente, é possível então investigar como as iniciativas de comunicação desenvolvidas pela UFPI, de forma mais específica, promoveram a divulgação do conhecimento científico, cultural e acadêmico para a sociedade em geral, apesar das dificuldades orçamentárias. A universidade foi responsável pela produção de conteúdos informativos, acessíveis ao público em geral e que abordaram diversos aspectos da COVID-19, como os avanços na pesquisa, as variantes do vírus e os impactos na saúde pública.

Ao longo do período foram promovidos debates e discussões científicas sobre a doença, reunindo especialistas de diversas áreas para compartilhar conhecimentos e experiências, permitindo a participação da sociedade, estimulando a reflexão crítica e o engajamento público na busca por soluções conjuntas. No ano de 2021, dentre os projetos de pesquisa e extensão cadastrados, que tiveram como palavras-chave “pandemia ou COVID”, foram contabilizados 13 projetos de pesquisa e 36 ações de extensão entre cursos, projetos e eventos. Em 2022, com as mesmas palavras-chave, foram registrados 6 projetos de pesquisa. Já em 2023 foram cadastradas 19 ações de extensão.

Outros pontos estratégicos foram as parcerias com órgãos de saúde para fornecer suporte técnico e científico, o que também tem contribuído para a capacitação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de planos de vacinação. Além disso, é imprescindível retomar nas últimas linhas deste capítulo que as correntes teóricas estudadas — tanto a EPC quanto a CP — questionam o papel dos meios de comunicação na sociedade e buscam promover uma maior democratização da informação. Ambas enfatizam a importância da transparência, do acesso igualitário à informação e da promoção do pensamento crítico, assim como estão interessadas em combater a concentração de poder na mídia e garantir a diversidade de vozes e perspectivas.

3. OBSERVANDO O OBSERVÁVEL

Neste capítulo, serão analisadas as estratégias adotadas pela UFPI para o enfrentamento da COVID-19 e como estas pautaram as produções jornalísticas e, conseqüentemente, serviram de apoio na disseminação de conhecimentos: para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral. Para compreender o fenômeno em questão, foram coletados dados por meio de diferentes fontes, como documentos internos, relatórios e publicações no site institucional e em portais. O caminho metodológico terá como base a pesquisa bibliográfica, qualitativa, descritiva, analítica e crítica, estruturada nos aspectos teóricos e metodológicos do método histórico-dialético.

O advento das Ciências Sociais originou-se de um processo complexo, englobando transformações ideológicas e alterações materiais correlacionadas à expansão da comercialização. No campo ideacional, observou-se um movimento de contestação das estruturas estabelecidas, impulsionando a busca por novos paradigmas na compreensão da sociedade. Esse impulso foi fortalecido pelo crescimento do pensamento filosófico e científico, os quais gradualmente desafiaram as concepções tradicionais, por meio das explicações embasadas na razão e na evidência empírica. (Minayo *et al.*, 1994)

Nesse contexto, ressalta-se que as estruturas sociais não são entidades estáticas e a análise crítica destaca a necessidade de considerar as dimensões subjetivas e intencionais das ações humanas ao analisar as estruturas sociais, rompendo com abordagens mais determinísticas e reconhecendo a complexidade da interação entre os indivíduos e as sociedades.

Para abordar a questão de pesquisa apresentada, empregou-se a metodologia de trabalho da pesquisa bibliográfica fundamentada nos pressupostos teórico da EPC e da CP. Com o propósito de atingir os objetivos, neste trabalho utilizou-se a análise qualitativa e descritiva, tendo em vista que consiste em descrever e apresentar os aspectos e características do objeto de estudo de forma objetiva e imparcial, permitindo estabelecer uma base sólida de informações, entender a situação atual, identificar tendências e padrões.

Além disso, também foi influenciado pela contribuição analítica dos dados, que envolve a identificação de relações de causa e efeito, a compreensão das conexões entre diferentes variáveis e a busca por interpretações mais aprofundadas (Köche, 2011). Para avaliar de forma reflexiva e questionadora os resultados obtidos, aplicou-se os fundamentos da abordagem crítica, levando em consideração diferentes perspectivas, como a discussão de eventuais limitações da pesquisa e a apresentação de argumentos fundamentados. Desta

forma, através da combinação destes elementos, pretende-se obter uma compreensão abrangente do tema estudado, encontrando respostas na sua análise em partes, como também na sua relação com o todo.

Conforme Köche (2011), “não existe um modelo com normas prontas, definitivas, pelo simples fato de que a investigação deve orientar-se de acordo com as características do problema (...)”. Ou seja, levando em consideração as características de cada objeto de pesquisa, o pesquisador deve adaptar sua abordagem, visto que a diversidade de métodos de investigação reflete a natureza complexa e multifacetada do processo de pesquisa, isso porque “(...) há tantos métodos quantos forem os problemas analisados e os investigadores existentes.” (Köche, 2011, p. 68)

Baseando-se em evidências concretas e observáveis para responder às perguntas de pesquisa, foi realizada uma coleta sistemática de dados e a aplicação de métodos científicos para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados, utilizando-se dos mecanismos da pesquisa empírica para “aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente” (Marconi e Lakatos, 2003, p. 188) e estabelecer uma relação entre teoria e metodologia, além de favorecer uma “pesquisa futura mais precisa” (Marconi e Lakatos, 2003, p. 188).

3.1 O método

O estabelecimento da pesquisa empírica, a delimitação do objeto de estudo e a definição dos procedimentos metodológicos, assim como a articulação entre teoria e metodologia, demandam a concepção do método não apenas como uma ferramenta simples, mas como um elemento condicionado pelos pressupostos teóricos, pela predominância de particularidades ou modelos.

O método dialético reconhece que o pensamento não é separado da realidade objetiva, mas, ao contrário, é moldado e influenciado por ela. Nessa perspectiva, a natureza não é apenas um objeto de estudo, mas parte integrante do processo dialético. As mudanças na natureza influenciam a forma como pensamos, assim como as transformações no pensamento humano podem ter impactos sobre a maneira como interagimos com o ambiente natural. (Lefebvre, 1991)

As determinações sociais são consideradas como resultantes das interações complexas entre diferentes elementos e forças presentes na sociedade. Os sujeitos sociais, enquanto agentes ativos nesse contexto, desempenham um papel crucial na transformação dos fenômenos sociais. Suas ações, motivadas por interesses, valores e relações de poder,

contribuem para a dinâmica social e para a emergência de novas contradições, superando visões simplistas e unilaterais, buscando capturar a complexidade intrínseca às dinâmicas sociais.

De acordo com Minayo *et. al.* (1994), a abordagem dialética considera a historicidade dos fenômenos sociais, compreendendo que as determinações e transformações não ocorrem de maneira atemporal, mas estão inseridas em um contexto histórico específico. Partindo dessa premissa, optou-se por adotar o método materialista histórico-dialético (Engels, 1978) como arcabouço referencial, considerando sua capacidade de conceber o conhecimento a partir de interpretações ativas da realidade, construídas pela experiência social única para cada indivíduo, que proporciona o raciocínio lógico essencial para interpretar as regras intrínsecas ao ambiente investigado.

De acordo com Lefebvre (1991), o método dialético oferece uma abordagem que busca superar visões reducionistas e estáticas, promovendo uma compreensão mais profunda e integrada das interações entre o pensamento humano e a natureza. Na corrente filosófica marxista, o ser humano emerge como elemento essencial do desenvolvimento. Anteriormente, a ordem das coisas era concebida como transcendente, mas a partir desse ponto, abandonou-se esse viés idealista, filosófico, desprovido de bases científicas e com inclinação metafísica, para adotar o materialismo.

A abordagem da Dialética faria um desempate nas correntes colocadas anteriormente. Ela se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói, o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. A Dialética pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; ea interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos. (Minayo *et al.*, 1994, p. 25,)

Ao se adotar a dialética como abordagem, a pesquisa busca compreender os fenômenos e as relações sociais como processos dinâmicos e em constante transformação, baseando-se na ideia de contradição e na superação de opostos, permitindo uma análise mais complexa e crítica das questões investigadas. A partir disso, e em diálogo contínuo entre o que é observado no objeto de estudo e o pensamento crítico da pesquisadora, a intenção é promover uma interação entre ambos.

Para se ter uma compreensão mais abrangente e aprofundada dos processos comunicativos, assim como da sua interação entre as diferentes disciplinas e tecnologias, pode-se relacionar estes processos com o conceito de interdisciplinaridade na busca por

preencher lacunas epistemológicas, seja através do cruzamento de disciplinas diversas ou da criação de novas áreas de estudo.

Enquanto ciência das leis que regem as macroestruturas sociais, o materialismo histórico-dialético é capaz de clarificar cientificamente os problemas gerais e cardinais do chamado mundo da vida, desde seu conjunto quanto de qualquer um de seus aspectos separadamente. Em outras palavras, considera a sociedade enraizada num todo, não se tratando da análise accidental ou isolada de objetos ou fenômenos, mas sim destas relações interligadas organicamente, dependendo umas das outras e condicionando-se reciprocamente. (Kalikoske, 2011, n.p)

Se o mundo é dialético e, por vezes, contraditório, é preciso um método, uma teoria de interpretação que consiga servir de instrumento para a sua compreensão — e este instrumento lógico pode ser o método dialético tal qual pensou Marx. Compreender o método é instrumentalizar-se para o conhecimento da realidade e, no caso desta pesquisa, a realidade apresentada pela pandemia e como suas transformações afetaram (e ainda afetam) a sociedade e seus indivíduos (Pires, 1997).

Tendo em vista que este método não se limita à análise teórica, mas também busca orientar a ação política e a transformação social, no contexto da pandemia, isso envolveria analisar como as desigualdades sociais, a falta de acesso a serviços de saúde e as políticas públicas impactaram diferentes grupos de pessoas, exacerbando as disparidades e agravando os efeitos da crise.

Com a intenção de analisar os reflexos das estratégias comunicacionais da UFPI, o método favorece o embasamento histórico das transformações ocasionadas e o reflexo dessas nos fatores econômicos e políticos na tentativa de trazer para a realidade as abstrações acerca do imaginário popular sobre a COVID-19 e seus desdobramentos. Neste sentido, possibilitou o entendimento de como a pandemia afetou e transformou as estruturas sociais, as relações de trabalho, as produções jornalísticas, os sistemas de saúde e outros aspectos da vida em sociedade e, com isso, forneceu uma abordagem crítica e analítica que permitiu compreender as causas socioeconômicas, as contradições sociais, as mudanças em curso.

No âmbito comunicacional, o materialismo histórico dialético permite analisar como as novas tecnologias e meios de comunicação foram cruciais para a disseminação de informações sobre a pandemia. Contudo, também evidencia como o acesso desigual à tecnologia aprofundou as divisões sociais, contribuindo para disparidades no acesso à informação e aos recursos digitais.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a pandemia não apenas revelou desigualdades sociais existentes, mas também acelerou transformações sociais e

comunicacionais. A dinâmica complexa entre as estruturas sociais e as mudanças decorrentes da crise global evidencia como o método dialético pode ser um quadro conceitual valioso para entender as nuances e as interações complexas durante eventos históricos significativos como a pandemia da COVID-19.

Através da investigação científica, busca-se compreender e explicar fenômenos naturais e sociais, testar teorias existentes e desenvolver novas por meio de uma abordagem rigorosa para garantir que os resultados sejam confiáveis e reproduzíveis. À medida que a pesquisa avança, o conhecimento científico vai sendo construído com base nas descobertas e tornando-se confiável e válido devido ao processo de investigação que o sustenta e do “desejo de fornecer explicações sistemáticas que possam ser testadas e criticadas através de provas empíricas e da discussão intersubjetiva” (Köche, 2011, p. 29).

3.2 UFPI em pauta

Instituição pública de ensino superior localizada no estado do Piauí, fundada em 1968, pela Lei nº 5.528, de 12.11.1968, a UFPI tem como missão principal promover a formação de profissionais qualificados, desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas e contribuir para o desenvolvimento social e cultural da região. Dentre os seus objetivos está: “promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicação ou de outras formas de comunicação” (UFPI, 2023).

Com campi distribuídos por cidades do estado do Piauí: Teresina (sede), Floriano, Picos e Bom Jesus, cada um com sua própria infraestrutura, prédios acadêmicos, laboratórios, bibliotecas, centros de pesquisa e espaços de convivência estudantil, a Instituição oferece uma gama de cursos de graduação em diferentes áreas do conhecimento, abrangendo ciências humanas, ciências exatas, ciências biológicas, ciências da saúde, engenharias, entre outras áreas de conhecimento através de programas de fomento à pesquisa, grupos de pesquisa, laboratórios especializados e parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, o que tem contribuído para o avanço do conhecimento em áreas como saúde, energia renovável, agronomia, engenharia, literatura, história e outras.

“A UFPI tem como missão promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional” (UFPI/PDI-2020/2024). Através de projetos e programas de extensão, a Universidade busca aplicar o conhecimento produzido em suas atividades acadêmicas para beneficiar a comunidade, promover a cidadania e melhorar a

qualidade de vida das pessoas, valorizando a extensão universitária como forma de conectar a academia com a sociedade.

Como instituição de ensino e pesquisa, que contribui para o desenvolvimento social e cultural da região onde está inserida, a Universidade fez parte das instituições que serviram de base e fundamentação para o enfrentamento da pandemia, desempenhando um papel estratégico em várias frentes e contribuindo significativamente para a compreensão da doença, a formação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de estratégias de combate à pandemia.

Vale dizer que a UFPI concentrou esforços de pesquisa na compreensão do vírus, na identificação de tratamentos eficazes e no desenvolvimento de vacinas. Muitos professores e pesquisadores estiveram envolvidos em estudos sobre o SARS-CoV-2, epidemiologia, genômica viral e testes diagnósticos. A Instituição atuou na formação de profissionais de saúde, incluindo médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e outros trabalhadores da linha de frente, adaptou seu currículo e metodologias de ensino para garantir a continuidade do aprendizado durante a pandemia, oferecendo aulas online e treinamentos práticos em ambientes controlados.

Dentre os papéis desempenhados, ainda desenvolveu trabalhos de comunicação pública, divulgando informações sobre a pandemia e promovendo a conscientização sobre medidas preventivas através de campanhas educativas, programas de rádio, televisão e parcerias com órgãos de saúde, contribuindo para a disseminação de conhecimentos científicos e combate à desinformação. Durante a pandemia, a atuação estratégica das universidades, especialmente através de seus profissionais de saúde, revelou-se crucial para a assistência à comunidade.

Enfrentando restrições orçamentárias severas, as universidades mobilizaram recursos humanos e materiais para proporcionar atendimento médico, realizar triagens, testagens e campanhas de vacinação. Esse envolvimento direto com a saúde pública não apenas aliviou a sobrecarga dos sistemas de saúde locais, mas também demonstrou o valor inestimável das instituições acadêmicas em momentos de crise. Profissionais de saúde da Universidade, aproveitando seu conhecimento especializado e acesso a recursos educacionais, puderam oferecer cuidados de qualidade, orientar a população sobre medidas preventivas e realizar intervenções rápidas e eficazes.

As Universidades desempenharam um papel fundamental na mobilização de recursos e na formação de parcerias para garantir a disponibilidade de equipamentos de proteção individual (EPIs) e outros suprimentos médicos essenciais. Apesar das limitações financeiras,

essas instituições foram capazes de reunir esforços conjuntos com setores públicos e privados, organizações não governamentais e a própria comunidade acadêmica para suprir as necessidades emergentes. A doação de EPIs e suprimentos não apenas protegeu os profissionais de saúde na linha de frente, mas também assegurou a continuidade dos serviços médicos em um período crítico.

Em conclusão, a capacidade das universidades de se adaptarem rapidamente e de se envolverem ativamente em ações de assistência durante a pandemia sublinha a importância de um financiamento adequado e contínuo para essas instituições. Mesmo diante de restrições orçamentárias, a atuação proativa e colaborativa das universidades destacou sua função vital na resposta a crises sanitárias. É importante ressaltar que investir em universidades não é apenas investir em educação, mas também em um sistema robusto de apoio comunitário que pode ser mobilizado eficientemente em situações de emergência e esta experiência deve servir como um argumento contundente para a reavaliação das políticas de financiamento das universidades públicas, garantindo que estejam sempre preparadas para desempenhar um papel estratégico em futuras crises.

3.3 O observável

O período analisado foi de março de 2020 a 2022, considerando o início do cenário pandêmico, a mudança de administração da Universidade e as alterações estruturais vivenciadas pela Instituição. A escolha justifica-se também pelos acontecimentos vivenciados à época, uma vez que no início o mundo pouco sabia da doença e as instituições de saúde, bem como as universidades, como formadoras de conhecimento, tiveram sua parcela de contribuição.

A princípio o estudo seria feito com base nos dados disponibilizados no hot site <https://coronavirus.ufpi.edu.br/>. No entanto, em 18 de agosto de 2022, foi encaminhado à Superintendência de Comunicação Social (SCS) da UFPI o Memorando Eletrônico 1/2022 e e-mail, solicitando as matérias e dados disponibilizados no site, visto que o citado site era uma das principais ferramentas do CGC para a divulgação das suas ações. Contudo, devido à falta de respostas oficiais foi possível obter, de forma não oficial, a informação de que o site não estava mais acessível ao público.

Dentre as estratégias de estruturação e delimitação do objeto de pesquisa, um caminho alternativo foi entrar em contato com a Secretaria de Comunicação do Estado do Piauí. Isso aconteceu nos dias 29 de julho de 2022 e 18 de agosto de 2022 e, na oportunidade, foram

enviadas solicitações questionando sobre os sites e/ou portais que possuem maior abrangência no território estadual para que a análise aqui realizada pudesse abranger um corpus que auxilie na obtenção das respostas do estudo.

Tendo em vista que a citada Secretaria não deu retorno à solicitação, para que não houvesse mais prejuízo no avanço da pesquisa, ela foi direcionada para os portais: GP1 Piauí e Meio Norte²⁰. Na seleção dos portais foi considerada a participação desses veículos no mercado e a influência quanto abrangência, repercussão e audiência. A escolha foi fundamentada na avaliação do impacto que exercem no cenário regional, bem como na percepção pública em geral, levando em conta o papel desempenhado por esses no contexto político e social, considerando sua influência e alcance nos domínios específicos. Foram coletadas matérias nos sites jornalísticos já mencionados, mas somente as notícias em que a UFPI teve participação.

3.3.1 Limitações de pesquisa

Aspecto comum e inerente a qualquer investigação científica, que pode surgir de diversas fontes, como restrições de tempo, recursos financeiros limitados, dificuldades de acesso a determinados grupos de pesquisa ou amostras representativas, entre outros fatores, a limitação de pesquisa pode restringir a profundidade da análise e as possibilidades de vies nos resultados.

No entanto, reconhecer e transparentemente relatar as limitações de uma pesquisa é crucial para que os leitores e a comunidade científica compreendam as restrições inerentes ao estudo, o que permite uma análise mais crítica dos resultados e uma avaliação adequada do impacto e alcance das conclusões obtidas.

Na pesquisa aqui desenvolvida, pode-se afirmar que pelo menos dois fatores contribuíram para sua limitação, a perda da memória institucional do trabalho desenvolvido no hot site (<https://coronavirus.ufpi.edu.br/>) e a ausência das diretrizes da Política Pública de Comunicação da UFPI. No tocante a isto, a instituição acadêmica, enquanto núcleo de geração de conhecimento organizado, precisa dividir suas capacidades de estudo, análises, conversas e avanços em várias esferas do saber com o público. Isso se concretiza por meio de um sistema de comunicação que facilita a conexão e a participação entre as pessoas envolvidas. Ao engajar-se em conversas com outros participantes, a universidade se torna mais apta a adaptar-se ou transformar sua proposta de benefícios. (BUENO, 2021)

²⁰ Link dos portais estudados: <https://ufpi.br>, <https://www.gp1.com.br>, <https://www.meionorte.com>

Em consonância a esta questão é possível fazer referência aos fundamentos da Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), a qual estabelece diretrizes essenciais para garantir a transparência e a democratização da informação no Brasil. O acesso a informações de cunho público é um direito fundamental que fortalece a cidadania, permitindo que os indivíduos possam fiscalizar e participar ativamente da gestão pública. Essa transparência é crucial para combater a corrupção e promover uma administração pública mais eficiente e responsável. Além disso, em contextos de crise, como a pandemia de COVID-19, o acesso rápido e preciso às informações pode salvar vidas, orientando a população sobre medidas preventivas e políticas de saúde pública.

A perda de dados e informações de um site institucional pode representar uma significativa limitação para a pesquisa, acarretando várias consequências negativas, especialmente no que diz respeito à memória institucional e pode resultar na falta de acesso a informações históricas e documentais relevantes para a compreensão do passado, como registros de eventos, políticas institucionais, projetos realizados, entre outros. Isso pode afetar negativamente a capacidade de pesquisadores, acadêmicos e até mesmo da própria instituição em acessar registros que são essenciais para a análise histórica e para entender a evolução da organização ao longo do tempo.

Segundo os pensamento de Worcman (2004, p.23):

a memória de uma empresa é um marco referencial a partir do qual as pessoas redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos, criam empatia com sua trajetória e podem refletir sobre as expectativas dos planos futuros [...] e transformar a memória em conhecimento útil.

Durante a pandemia de COVID-19, a necessidade de preservação da memória institucional se tornou ainda mais proeminente para as organizações. Elas precisaram se adaptar rapidamente a um novo contexto, implementando mudanças operacionais e estruturais sem perder a integridade de sua identidade. Nesse cenário desafiador, os hotsites surgiram como ferramentas na disseminação de informações atualizadas e precisas sobre a pandemia.

Em muitas instituições de ensino, estas plataformas foram utilizadas para compartilhar informações cruciais relacionadas à crise sanitária. Por exemplo, para fornecer detalhes sobre afastamento, atestados, protocolos de isolamento, testagem diagnóstica e tratamentos disponíveis durante a pandemia. Elas serviram como canais de comunicação direta entre as instituições e o público, oferecendo dados confiáveis e orientações precisas para ajudar na compreensão da situação e na tomada de decisões informadas.

Em suma, a perda de dados e informações de um site institucional não apenas representa uma limitação para a pesquisa, mas também pode ter implicações mais amplas, afetando a transparência, credibilidade e a preservação da memória e identidade de uma instituição. Essa perda pode comprometer não só o presente, mas também a compreensão do passado e a projeção para o futuro dessa organização.

Para evitar essas consequências negativas, é decisivo que as instituições públicas priorizem a preservação da memória institucional. Isso envolve a implementação de práticas robustas de gestão de dados e registros, garantindo a coleta, organização e armazenamento adequados das informações, especialmente em situações críticas, como durante uma pandemia. O investimento em sistemas de arquivamento seguro e políticas claras de preservação de dados é fundamental para garantir a continuidade da memória institucional e a capacidade de aprendizado e aprimoramento contínuo.

Considerando o exposto, percebe-se que as organizações não simplesmente reproduzem o contexto social em que estão inseridas, não são apenas moldadas pelas condições ao seu redor, mas também desempenham um papel ativo na formação e sugestão de mudanças, deixando sua marca no desenvolvimento social ao longo de sua existência.

Segundo Duarte (2002), é fundamental aprimorar a administração organizacional para assegurar transparência, compreender as necessidades da sociedade, formular políticas públicas alinhadas com a comunidade, defender o interesse coletivo, fomentar a participação popular, fomentar discussões públicas, promover a cidadania, entre outros aspectos. Estes enfatizam a importância da CP nos dias atuais para energizar as dinâmicas de poder entre representantes e cidadãos. Zémor (1995) complementa essa visão ao afirmar que o uso efetivo deste tipo de comunicação pode contribuir significativamente para aumentar o conhecimento da população, facilitando, assim, debates públicos sobre assuntos cruciais para a sociedade.

Nesta interpretação, outro fator limitante da pesquisa foi a ausência da estruturação da política pública de comunicação. De acordo com Bueno (p. 177, 2021), “simplicadamente, podemos definir Política de Comunicação como o conjunto de diretrizes, posturas, estratégias e ações que objetiva orientar o relacionamento de uma empresa ou organização com seus públicos estratégicos.

Na estrutura organizacional da UFPI, consta o órgão suplementar da Superintendência de Comunicação Social, que conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020/2024) tem como objetivos:

“gerir a comunicação social da IFES; gerir crises de imagem organizacional e de reputação de credibilidade; assessorar à Reitoria sobre temas de comunicação estratégica; estabelecer projetos e normativos para a política de comunicação da Instituição na sua relação com a sociedade; produzir material e fornecer serviços para difusão da produção científica da UFPI no mercado editorial; estabelecer rotinas, normas e regimentos nos setores vinculados”. (UFPI, 2020, p. 97/98)

No citado plano, no eixo temático tecnologia e comunicação, destaca-se ainda a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que “desempenha um papel fundamental devido seu papel transversal, atuando em atividades acadêmicas e administrativas. Assim, a universidade deve fortalecer esse setor, em consonância com o que estabelece o seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) (UFPI, p. 60, 2020). Além de afirmar que a TIC “é fundamental na gestão das instituições públicas, pois gera informações essenciais para as tomadas de decisão, controle e monitoramento das atividades”. (UFPI, p. 38, 2020)

Levando em consideração o pensamento de Kunsch (2014), a disseminação dos conhecimentos produzidos nas instituições, tornando-os acessíveis e inclusivos, representa um papel de extrema importância desempenhado pelos setores de comunicação. Assim como a atual condição do ensino superior no Brasil, caracterizada pelo aumento significativo de incentivos à entrada no ambiente universitário por meio de estratégias como programas de acesso, apoio financeiro às instituições, investimentos em infraestrutura, ampliação do corpo docente e implementação de políticas de cotas, destaca a necessidade premente e a relevância de investigar a interação entre as instituições acadêmicas e a sociedade. É fundamental avaliar em que medida essas mudanças têm sido debatidas com os variados públicos, tanto internos quanto externos. (Bueno, 2021)

É preciso ir além, extrapolar os muros e tirar do papel as regulamentações, uma vez que a relação entre os meios de comunicação e as condições materiais que permitem a produção e reprodução da sociedade é fundamental para compreender o papel desses meios na dinâmica estrutural. Em outras palavras, a comunicação está intrinsecamente ligada ao contexto do capitalismo, à sociedade e ao Estado, formando uma intrincada rede de influências que moldam e são moldadas pelos bens simbólicos essenciais nas interações sociais.

Essa perspectiva, apresentada por Bolaño (2016) e Brittos (2008), destaca a interdependência entre a comunicação e as estruturas sociais mais amplas, apontando para a complexidade das relações que influenciam e são influenciadas pela produção e circulação dos conteúdos simbólicos nos meios de comunicação. Esses processos não apenas refletem a

realidade, mas também a constroem, contribuindo para a construção e manutenção de valores, normas e trocas culturais na sociedade contemporânea.

Ainda que no PDI esteja que “a articulação dos diferentes entes que compõem a comunicação da UFPI deve ser regida por uma política institucional, a qual deve levar em consideração a comunicação pública, a comunicação institucional e administrativa, e a comunicação científica”. (UFPI, p. 39, 2020) Entende-se aqui que diante da estruturação da UFPI muito ainda tem que ser feito, determinações relevantes são deixadas de lado, muitas vezes pela carga de trabalho, pela falta de pessoal ou pelas limitações de estrutura ou tecnologias, aspectos estes que não serão detalhados, em virtude da nossa delimitação em estudo. Entretanto é necessário registrar, assim como foi ressaltado como um dos fatores negativos do PDI, a ausência de formalização da política de comunicação social, mesmo que se tenha consciência que de muitos passos já foram dados em direção à eficiência na gestão dos recursos de TIC.

Esta é uma realidade de muitas Ifes, muitas não apresentam uma política de comunicação formalizada ou, no mínimo, não incluem informações sobre ela em seus sites oficiais ou nos documentos de gestão. O cenário atual do planejamento estratégico de comunicação nas universidades federais está significativamente afastado do padrão idealizado. A ausência de investimentos, aliada à escassez de recursos humanos e deficiências na estrutura física, pode oferecer uma explicação para a situação presente.

A institucionalização dessas políticas, por meio de leis, regulamentos e estruturas específicas, é decisiva para garantir que os princípios democráticos e os direitos fundamentais no campo da comunicação sejam protegidos e promovidos de forma consistente e duradoura. (Bueno, 2021)

Considerando as limitações apresentadas, a pesquisadora reafirma aqui a sua intenção de não apenas relatar fatos ou análise superficiais, a função é de questionar, analisar, refletir e sugerir novos caminhos em relação aos sistemas predominantes de abordagem da questão social e mostrar um conjunto de opções possíveis a serem traçadas, mesmo que desafiadoras. A discussão é essencial, pois dá a oportunidade de enxergar novos caminhos, embora não seja por si só o bastante, mas sob uma nova ótica beneficiará os atores envolvidos e dará a possibilidade de repensar e/ou de reconfigurar o serviço prestado.

4. UM OLHAR DIALÉTICO E HISTÓRICO

De acordo com Santos (2020), a pandemia trouxe à tona os efeitos no modo de vida que são adotados nos dias de hoje. A crise expôs as contradições do capitalismo enquanto modelo social e as políticas neoliberais que restringem a capacidade de resposta por parte dos Estados. Contudo, o autor também sugere que a aceitação passiva dos estilos de vida contemporâneos está sendo questionada, abrindo caminho para o surgimento de novos padrões nas relações de consumo e trabalho.

Diante disto e considerando os diferentes aspectos que favoreceram a construção e a disseminação de conteúdo jornalístico no combate à COVID-19, este estudo investiga de forma descritiva, analítica e crítica o cenário e ações comunicacionais adotadas pela UFPI, identificando as estratégias utilizadas pela administração, tendo como parâmetro as ações desenvolvidas pelo CGC, conforme já mencionado, as matérias produzidas no site da instituição e as veiculadas em portais de notícias.

Levando em consideração as delimitações de pesquisa já abordadas, alguns caminhos foram redirecionados, para que a proposta pudesse ser executada, desta forma, embasada nos pressupostos teóricos que norteiam esta pesquisa e nas constantes transformações da realidade social, o que se propõe é aceitar que as várias maneiras de enxergar os pontos de vista distintos e os interesses envolvidos na comunicação têm o potencial de criar atritos e discussões sobre o conhecimento. Entretanto, essas divergências não devem ser encaradas como barreiras ao saber, mas sim como fontes que agregam valor e ampliam a complexidade das questões. (Bolaño, 2016)

A maneira única pela qual a ciência se estrutura, inclusive sua suposta independência relativa, está intimamente conectada com os interesses sociais aos quais ela serve. Surgem rupturas no domínio da racionalidade, também se evidenciam mudanças marcantes no panorama da ciência. A ideia se sustenta na afirmativa de que o significado do trabalho intelectual não é unicamente estabelecido pelo pesquisador, mas sim que os indivíduos, coletivos, estruturado em comunidades conferem sentido e propósito às suas próprias ações, numa abordagem crítica da compreensão das Ciências Sociais. (Minayo *et al.*, 2011)

Consoante ao pensamento da citada autora, é preciso que haja a compreensão do tema investigado e assim correlacioná-lo com o cenário contemporâneo. Em sequência, para a estruturação da análise dos dados, a abordagem dialética, requer contextualização para uma apreensão mais precisa, sendo que este processo de compreensão inicia-se na essência do discurso e culmina na esfera da historicidade específica e abrangente que constitui o discurso.

É preciso seguir uma linearidade de pensamento, a construção científica se desenvolve mediante uma interação dinâmica entre a lógica dos pesquisadores e a vivência que emerge na realidade tangível, assim sendo, estrutura-se a análise por meio da ordenação, classificação e análise dos dados, com o objetivo de compreender os dados coletados e responder ou não as perguntas de pesquisa. Entretanto, mesmo que a ciência ainda seja vista por alguns como uma linha de pensamento linear, o que observa-se na prática, é uma interação dinâmica entre teoria e observação, sendo a análise dos dados uma parte crucial deste processo. (Gil, 2019)

É importante notar que nem sempre os dados coletados levarão a respostas diretas ou definitivas para as perguntas de pesquisa, às vezes, os resultados podem ser ambíguos ou inconclusivos, o que pode levar a novas perguntas e direções de pesquisa. Nesse sentido, o que pode-se afirmar é que a construção científica é um processo contínuo e iterativo, onde o conhecimento é constantemente refinado e revisado à luz de novas evidências e insights. (Gil, 2019)

4.1 Observações e perspectivas Plano de Contingência/UFPI

Considerando que o plano de contingência foi dividido em quatro áreas de atuação, conforme apresentado na página 94 deste trabalho, nesta seção será realizada análise da área de comunicação, em atendimento a delimitação do tema proposto. A estruturação do plano e, conseqüentemente, a criação do CGC, tem relevante contribuição diante dos desafios enfrentados, ao considerar que um plano bem elaborado oferece diretrizes e procedimentos específicos para lidar com situações de emergência, como a propagação do vírus, permitindo uma resposta mais rápida e coordenada.

Os planos de contingência para enfrentamento da COVID-19 foram elaborados com base em diversas teorias e fundamentações multidisciplinares. A comunicação desempenhou um papel central nesse processo, para informar a população e combater a desinformação. Na UFPI, não foi diferente, a comunicação auxiliou na promoção de comportamentos saudáveis e na redução da propagação do vírus e teorias. A modelagem matemática, baseada em princípios estatísticos, foi utilizada para prever tendências epidemiológicas, avaliar o impacto de intervenções e subsidiar decisões relacionadas ao distanciamento social, lockdowns e outras medidas de contenção da doença. A integração dessas abordagens multidisciplinares permitiu a elaboração de um plano de contingência abrangente e adaptável.

Em meio a crises de magnitude global, como a pandemia da COVID-19, a instituição de um CGC emerge como uma necessidade premente para organizações que buscam não

apenas sobreviver, mas prosperar em tempos desafiadores. Este comitê, ao assumir o papel de gestor e articulador, desempenha uma função insubstituível no gerenciamento de ações e na construção de pontes efetivas com o público interno e externo.

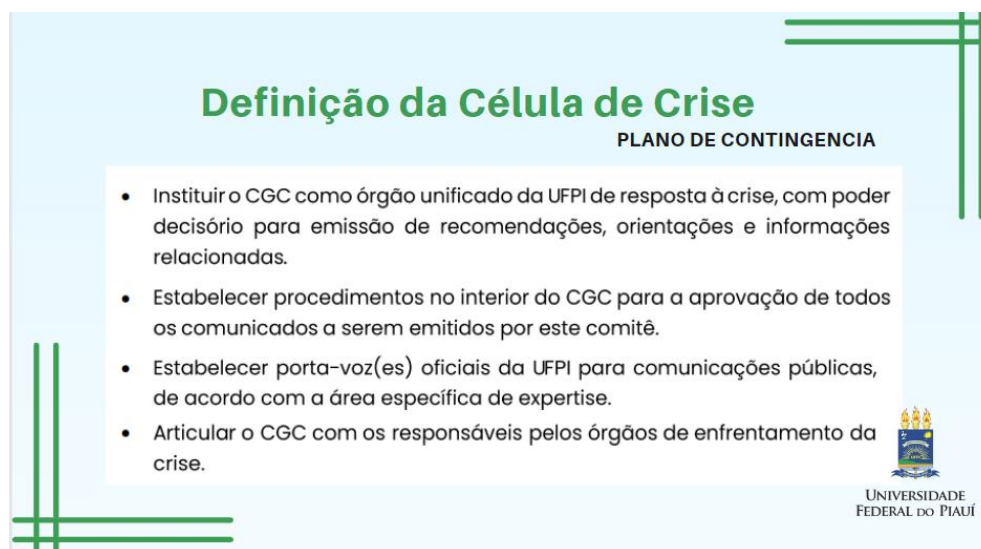


Figura 11 – Ponto 1 – Fonte: (UFPI, p. 17, 2020c)

No caso da UFPI, o Comitê foi institucionalizado em 18 de abril de 2020, por meio do Ato da Reitoria nº 363/2020 (UFPI, 2020^a) e foi composto por membros de setores estratégicos da Instituição, o que demonstrou, como estabelecido na figura 11, o quão essencial era reconhecer as estratégias de divulgação das ações e as medidas enunciadas pelo CGC, para que auxiliassem na interpretação de dados científicos, na elaboração de mensagens claras e na coordenação de esforços para fornecer informações precisas e atualizadas.

Em segundo lugar, a estruturação da célula de crise no plano de contingência proporciona uma abordagem organizada para enfrentar desafios específicos relacionados à comunicação, o que envolve a definição clara de responsabilidades, a criação de protocolos de comunicação e a identificação de canais eficazes para transmitir informações à equipe interna, aos colaboradores, aos clientes e ao público em geral.

A escolha cuidadosa de elementos como o e-mail institucional e o telefone de emergência desempenha um papel crítico na comunicação rápida e precisa de informações relevantes entre as partes envolvidas (figura 12). A utilização de um canal institucional formalizado proporciona mais uma via de acesso para a transmissão de diretrizes, atualizações e procedimentos, além do que, a escolha criteriosa desses pontos de contato contribui para a centralização das informações, evitando a disseminação de dados conflitantes, promovendo a coesão nas estratégias de contenção da doença.

Ponto de contato com o CGC
PLANO DE CONTINGENCIA

- Criar Email institucional: coronavirus@ufpi.edu.br para o acesso do público-alvo deste Plano de Contingência em caso de dúvidas, sugestões, dentre outros, as quais serão respondidas pelo CGC-UFPI.
- Utilizar *Hot-line*: DISQUE SAÚDE 136, do Ministério da Saúde.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Figura 12 – Ponto 2 – Fonte: (UFPI, p. 17, 2020c)

Neste ponto de análise, ainda é possível ressaltar, conforme o pensamento de Brandão (2012), o papel da CP no contexto organizacional e na construção e manutenção das relações entre a instituição e a sociedade em geral. À medida que os públicos se tornam mais conscientes e exigentes em relação aos laços estabelecidos com as organizações, é fundamental que estas assumam um compromisso transparente e responsável perante a comunidade. Isso implica em uma abordagem estratégica no planejamento da comunicação, orientada pela integração de políticas que visam conciliar os objetivos internos da organização, os processos administrativos, as tendências mercadológicas, as expectativas institucionais e as demandas sociais emergentes.

Definição dos meios de veiculação de informação ao público-alvo
PLANO DE CONTINGENCIA

- Definir o sistema de email como comunicação interna, complementado pela Rádio FM Universitária 96,7 e lista de transmissão de Whatsapp. Utilizar o endereço de email coronavirus@ufpi.edu.br para dúvidas.
- Utilizar redes sociais da universidade (Facebook, Twitter, Instagram) e da Rádio FM Universitária, que servirão também, pela sua natureza, como meios de comunicação externa (ver item *Medidas de Comunicação Externa*).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Figura 13 – Ponto 3 – Fonte: (UFPI, p. 17, 2020c)

Em termos científicos, a eficácia do plano está intrinsecamente ligada à rapidez e precisão da comunicação, bem como a designação apropriada dos pontos de contato é um componente fundamental nesse contexto, potencializando a capacidade de resposta e a mitigação dos impactos da pandemia. A utilização de diferentes meios de comunicação, permite alcançar diversos segmentos da população, adaptando a mensagem aos diferentes perfis de público. Essa abordagem multifacetada não apenas dissemina informações relevantes, mas também reforça a credibilidade das fontes, promovendo a confiança pública.

Quanto às medidas de comunicação externa, essa abordagem estratégica não apenas esclarece dúvidas, mas também promove a segurança, fortalecendo a resposta coletiva diante da pandemia, contribuindo para a mitigação de seus impactos. Ter pontos de contato designados, como centros de atendimento telefônico, sites informativos e autoridades de saúde pública, na época era de grande utilidade para fornecer orientação e assistência rápida às pessoas que precisam de informações ou ajuda relacionadas à pandemia, o que evitaria ainda disseminação de informações incorretas e passava mais segurança as pessoas para terem a instituição como referência e saberem onde procurar ajuda ou recursos.

Site de informação pública
PLANO DE CONTINGENCIA

- Criar sub-página web www.ufpi.br/coronavirus para compilar informações da Universidade Federal do Piauí e outros órgãos de enfrentamento da crise.
- Arquivar na página web toda a informação produzida pelo CGC (portarias, instruções normativas, comunicados, recomendações e outros documentos).
- Promover articulação entre páginas oficiais da UFPI e este endereço www.ufpi.br/coronavirus para divulgação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Figura 14 – Ponto 4 – Fonte: (UFPI, p. 18, 2020c)

É incontestável que as instituições públicas de ensino desempenharam um papel de destaque no combate à desinformação e dentre as estratégias adotadas está a criação de websites específicos para disponibilização de informações atualizadas, diretrizes de saúde e pesquisas científicas relacionadas à COVID-19, com o propósito de fortalecer a confiança da comunidade, interna e externa, fornecendo um canal transparente e com embasamento científico para esclarecimento de dúvidas. Como já mencionado na parte das limitações de

pesquisa, no website da UFPI era possível acessar diversas orientações institucionais, painéis de monitoramento, boletins farmacológicos, cartilhas e orientações técnicas.



Figura 15 (Elaborado pela autora)

Entretanto, como já dizia Heródoto “pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro”, é uma máxima que tem atravessado séculos e transcendendo gerações e, seguindo este pressuposto, no contexto das instituições, a dimensão histórica, assim como a memória, ganha uma nova relevância em tempos de pandemia.

A memória institucional, especialmente os estudos realizados pelas universidades durante esses períodos desafiadores, tornaram-se uma ferramenta crucial para orientar a resposta presente e preparar para futuras crises. Ao analisar os dados, pesquisas e experiências acumuladas ao longo do tempo, podem ser capazes de identificar padrões, pontos de intervenção eficazes e áreas que requerem maior atenção. Indo na contramão, a UFPI deletou o website (www.ufpi.br/coronavirus) e em uma análise crítica pode-se aferir que as conquistas e falhas apreendidas no período pandêmico, no caso passado, que auxiliaria a desvendar complexidades e padrões presentes, oferecendo insights para uma melhor compreensão dos desafios e oportunidades do futuro, foi destituído da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, que poderiam vir a usufruir dos conhecimentos adquiridos.

Ao considerar a importância dos processos historicizados e da investigação dos fenômenos para uma compreensão abrangente da realidade, é necessário reconhecer que o olhar para o passado não só proporciona uma compreensão retrospectiva, mas também inspira a visão de um futuro melhor. Nesse contexto, é crucial extrair lições aprendidas e levantar questionamentos, no caso em questão, muitos deles políticos e implícitos, sobre as causas subjacentes aos acontecimentos.

Tendo em vista que o quesito transcende os limites convencionais da pesquisa científica, as entrelinhas continuarão abertas, uma vez que, enquanto pesquisadora

participante, como técnica-administrativa e aluna da UFPI, o que reconhece-se é que embora queira compreender os fenômenos sociais, é preciso ter cautela também quanto aos desafios, visto que a subjetividade pode ampliar as lacunas interpretativas e metodológicas. Destaca-se a necessidade contínua de reflexão crítica e aprimoramento das práticas e entende-se que falhas sempre existirão e que o que deve prevalecer é o desejo de moldar um amanhã mais promissor, fundamentado em lições aprendidas e aspirações renovadas.

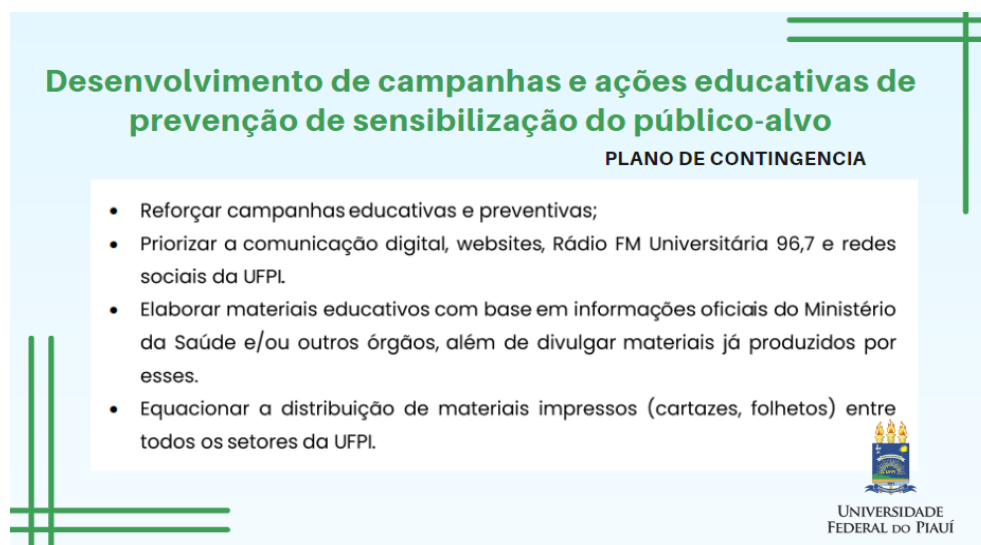


Figura 16 – Ponto 5 – Fonte: (UFPI, p. 18, 2020c)

Na figura 16, ao abordar a temática das campanhas educativas e elaboração de materiais informativos, o plano tem dentre os ponto chave de conscientização da população, uma vez que ao fornecer informações, capacita o indivíduo a tomar decisões mais conscientes sobre prevenção para sua saúde e a do outro e ainda a adotar práticas que reduzem a disseminação do vírus. Além disso, auxilia na redução do medo e do estigma associados à pandemia, promovendo uma compreensão mais ampla das causas e impactos da doença.

O que observa-se é que ao incentivar a adesão a diretrizes de saúde, tais esforços contribuem significativamente para a mitigação do impacto da pandemia, promovendo uma cultura de responsabilidade coletiva e solidariedade em meio a desafios de saúde pública, o que contribui tanto para comunidade interna, como externa. De acordo com Kunsch (2014), como sistemas dinâmicos e interconectados, as organizações participam de um processo contínuo de adaptação e transformação do ambiente que as cercam e a comunicação é um dos elementos estruturantes desse fluxo incessante de interações e influências dentro da organização e em seu entorno. Independentemente de sua configuração e estrutura

organizacional, as instituições representam espaços tanto internos quanto externos nos quais ocorre uma constante troca de informações.

Assegurar ponto de comunicação externa

PLANO DE CONTINGENCIA

- Instituir o CGC como ponto único de contato com os membros da comunicação social nacional e internacional, tanto na qualidade de receptor de pedidos de informação, quanto de emissor de informação à comunidade externa.
- Utilizar os meios já existentes e reconhecidos por jornalistas, como o email comunicacao@ufpi.edu.br e os telefones dos assessores de comunicação além do e-mail coronavirus@ufpi.edu.br, instituído para este fim.
- Assegurar a produção e envio de informes à mídia, sempre que necessário, de acordo com as decisões emanadas no CGC.
- Indicar porta-voz (expertise) da Universidade Federal do Piauí para tratar de temas específicos relativos à Covid-19.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Figura 17 – Ponto 6 – Fonte: (UFPI, p. 18, 2020c)

Nesta perspectiva, é preciso adotar uma visão abrangente da comunicação para enfatizar a responsabilidade social na tomada de decisões mais apropriadas para alcançar os objetivos estabelecidos e traçar um elo de ligação com a comunicação externa no plano de contingência foi visto como ponto relevante. A esfera pública, nesse contexto, se encontra entre o Estado e a Sociedade Civil, sendo atravessada pelos interesses das organizações que, em certa medida, também contribuem para o debate em torno do bem-estar coletivo. É inviável analisar as dinâmicas da comunicação organizacional de forma isolada, sem considerar o contexto mais amplo e complexo em que ela se insere. Aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos exercem influência significativa sobre as práticas comunicativas das organizações e devem ser levados em conta no desenvolvimento de estratégias eficazes de comunicação pública.

As organizações devem estar atentas não apenas às suas próprias metas e objetivos, mas também às expectativas e necessidades da sociedade em geral e o ponto 6 (figura 17) do plano de contingência tem como objetivo alcançar por meio dos meios de comunicação externa, seu público-alvo e assim ter uma comunicação estruturada e que de forma eficaz realmente cumpra com a missão de atingir o maior número de pessoas com informações embasadas cientificamente em dados e segurança.

No entanto, em síntese, mitigar os impactos da pandemia requer não apenas a implementação de estratégias específicas, mas também a capacidade de adaptação contínua. A

teoria da contingência aplicada aos planos de contingência e à comunicação durante a pandemia traz à tona a importância da flexibilidade, adaptabilidade e ciência na gestão de crises de saúde pública. Era preciso estar atento as mudanças, pois à medida que surgiam novas variantes do vírus, novas informações sobre sua transmissão e eficácia das vacinas, era essencial que os governos e as autoridades de saúde revisassem e atualizassem suas abordagens para garantir uma resposta eficaz e oportuna à pandemia.

Diante da análise realizada e tomando por base a rapidez e precisão da comunicação, aliadas à designação apropriada dos pontos de contato, desempenham um papel fundamental na eficácia da resposta durante uma pandemia, pode-se aferir que os elementos abordados no plano de contingência da UFPI foram basilares para mitigar a disseminação de informações incorretas, permitindo que as pessoas ajam de maneira informada. Além disso, fortaleceram a capacidade de resposta das autoridades e organizações envolvidas, facilitando a coordenação eficiente das medidas de saúde pública, distribuição de recursos e implementação de políticas de contenção.

4.2 Trajetória pandêmica – Notícias da UFPI

A delimitação do corpus de análise em uma pesquisa científica é um passo chave para a obtenção de resultados conclusivos e significativos. Esta prática, fundamentada em abordagens teóricas de diversos autores, constitui a definição dos parâmetros e limites do estudo. Ao delimitar o corpus, por meio de uma seleção cuidadosa, permite-se uma focalização adequada nos aspectos relevantes do problema de pesquisa, evitando dispersões e garantindo a consistência metodológica. (Gil, 2019)

Perante o exposto, na intenção de obter interpretações que favoreçam além de resultados confiáveis e significativas, mas também contribuam com o desenvolvimento da Instituição estudada, assim como para que seja objeto de posteriores estudos, delimitou-se a análise de pesquisa às notícias veiculadas no site da Instituição e nos portais GP1 Piauí e Meio Norte, com o recorte temporal de março de 2020, março de 2021 e março de 2022. A comunicação no contexto contemporâneo, conforme discutido por Sousa (2014) e influenciado por diversas correntes teóricas, desempenha um papel fundamental na reconfiguração das práticas e estudos comunicacionais. As tecnologias da informação e comunicação (TICs) emergem como elementos-chave, abrindo novas possibilidades epistemológicas para o campo jornalístico. Como uma instituição acadêmica, a UFPI

desempenhou seu papel ao fornecer informações embasadas cientificamente, derivadas de pesquisas e estudos conduzidos por especialistas no assunto.

Essa abordagem não apenas contribui para a compreensão precisa da situação, mas também ajuda a construir uma base sólida para a tomada de decisões informadas e ações eficazes. Diante dessas constatações, “é necessário abandonar o ponto de vista antropocêntrico, para formular hipóteses sobre a existência de objetos e fenômenos além da própria percepção de nossos sentidos, submetê-los à verificação planejada e interpretada com o auxílio das teorias” (Lakatos e Marconi, 2003, p. 75).

Consequentemente, estruturada de forma descritiva e analítica e ciente de que “o fim de um processo é sempre o começo de outro” (Lakatos e Marconi, 2003, p. 100), assim como “a ciência não é o único caminho de acesso ao conhecimento e à verdade” (Lakatos e Marconi, 2003, p. 75), as premissas foram trabalhadas com base nos procedimentos de análise crítica dos dados, com o intuito de abordar o conhecimento e suas singularidades e generalidades, uma vez que tudo está em constante processo de transformação e desenvolvimento.

Nesta investigação, as informações provenientes dos sites mencionados foram examinadas à luz do referencial teórico e documental pertinente ao tema em estudo. O objetivo foi buscar respostas para o problema de pesquisa, utilizando o método dialético de Marx como base para análise e interpretação da realidade. Segundo Netto (2011), “a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento)”. Este método foi empregado para revelar a essência do objeto de pesquisa, buscando reproduzir idealmente o movimento do real.

Aplicar o método dialético de Marx na análise da realidade implica uma abordagem teórico-crítica que visa captar suas contradições e sua evolução histórica e social. O objetivo é compreender os indivíduos dentro do contexto do sistema capitalista, que molda e influencia as características dos grupos, instituições, políticas sociais e relações sociais. O método de Marx, delineado por ele mesmo como contrastante ao método hegeliano, reflete uma abordagem materialista, em oposição à visão idealista de Hegel. Enquanto Hegel postula que o ideal, ou seja, o pensamento, molda a realidade, o método marxiano sustenta o contrário: o ideal é uma expressão do real.

Richardson et al. (2012) afirmam que a aplicação do método dialético de Marx permite ao pesquisador transcender as aparências superficiais do cotidiano, possibilitando uma análise teórica dos fenômenos sociais e uma abordagem crítica das formas como o objeto de estudo se manifesta na vida diária. Portanto, esse método foi empregado na análise dos dados coletados,

visando compreender a realidade estudada. Dessa forma, os resultados da pesquisa devem refletir uma síntese na qual o objeto de estudo permeia e influencia todo o texto.

4.2.1 Interpretações Bloco 1/ março 2020:

SITE INSTITUCIONAL UFPI – MARÇO DE 2020		
19/03/2020	https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35791-comite-gestor-de-crise-cgc-divulga-plano-de-contingencia-sobre-coronavirus	1. Comitê Gestor de Crise (CGC) da UFPI divulga plano de contingência sobre coronavírus
21/03/2020	https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35697-comunicado-sobre-a-reuniao-sobre-o-novo-coronavirus https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35714-ufpi-prepara-plano-para-enfrentar-novo-coronavirus https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35727-nota-informativa-3-cgc-anuncia-suspensao-de-atividades-e-outras-medidas https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35729-comunicado-sobre-o-funcionamento-dos-restaurantes-universitarios-de-teresina https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35730-cancelamento-da-calourada-institucional-2020-1 https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35749-prad-divulga-informativo-com-orientacoes-sobre-servicos-terceirizados https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35750-assessoria-internacional-informa-sobre-funcionamento https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35751-versao-em-libras-das-notas-informativas https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35756-prad-divulga-retificacao-do-informativo-com-orientacoes-sobre-servicos-terceirizados https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35758-comunicado-sobre-suspensao-das-atividades-de-atendimento-ao-publico-da-farmacia-escola-da-ufpi https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35759-	1. Nota Informativa 1: Suspensão das aulas presenciais em razão do COVID-19 2. UFPI prepara plano para enfrentar novo coronavírus 3. Nota Informativa 3: CGC anuncia suspensão de atividades e outras medidas 4. Comunicado sobre o funcionamento dos Restaurantes Universitários de Teresina 5. Cancelamento da Calourada Institucional 2020.1 1. PRAD divulga informativo com orientações sobre serviços terceirizados 7. Assessoria Internacional informa sobre funcionamento 8. Versão em Libras das notas informativas 9. PRAD divulga retificação do informativo com orientações sobre serviços terceirizados 10. Comunicado sobre suspensão das atividades de atendimento ao público da Farmácia Escola da UFPI 11. Aviso sobre funcionamento do

21/03/2020	<p>aviso-sobre-funcionamento-do-setor-de-pericia-medica</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35767-informe-hu-ufpi-suspensao-de-atividades-nos-ambulatorios-e-internacoes-hospitalares-eletivas</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35771-nota-informativa-sobre-suspensao-dos-estagios-curriculares</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35772-nota-1-preg-divulga-comunicado-sobre-suspensao-do-calendario-academico</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35775-nota-preg-3-comunicado-sobre-as-substituicao-de-aulas-presenciais-por-aulas-a-distancia-3</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35783-prexc-divulga-comunicado-referente-ao-funcionamento-das-atividades-de-extensao</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35785-propesqi-divulga-comunicado-referente-as-atividades-de-pesquisa</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35787-proplan-comunicado-referente-as-atividades-as-atividades-da-pro-reitoria-de-planejamento-e-orcamento</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35790-preuni-divulga-comunicado-sobre-atividades</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35792-comunicado-sobre-o-sistema-de-bibliotecas-da-ufpi</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35797-nota-4-preg-divulga-funcionamento-das-coordenacoes-de-graduacao</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35799-comissao-permanente-de-pessoal-docente-cppd-faz-comunicado</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35800-prad-divulga-plano-de-contingenciamento-frente-a-pandemia-do-novo-coronavirus</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35801-cead-ufpi-estabelece-1-plano-de-</p>	<p>setor de Perícia Médica da UFPI</p> <p>12. Informe – HU-UFPI suspensão de atividades nos ambulatorios e internações hospitalares eletivas</p> <p>13. NOTA PREG 3: Comunicado sobre suspensão do Estágio Curricular Obrigatório</p> <p>14. NOTA PREG 1: comunicado sobre suspensão do Calendário Acadêmico</p> <p>15. NOTA PREG 2: comunicado sobre substituição das disciplinas presenciais</p> <p>16. PREXC: comunicado referente às Atividades de Extensão</p> <p>17. PROPESQI divulga comunicado referente às atividades de pesquisa</p> <p>18. PROPLAN: comunicado referente as atividades da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento</p> <p>19. Comunicado sobre atividades da Prefeitura Universitária (PREUNI)</p> <p>20. Comunicado sobre o Sistema de Bibliotecas da UFPI</p> <p>21. NOTA 4: PREG divulga funcionamento das coordenações de graduação</p> <p>22. Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) faz comunicado</p> <p>23. Portaria Nº 59: PRAD estabelece plano de contingenciamento frente à pandemia do novo coronavírus</p> <p>24. CEAD/UFPI estabelece 1º plano</p>
------------	--	---

21/03/2020	<p>contingenciamento-frente-a-pandemia-do-coronavirus</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35807-informativo-sebtt</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35808-prpg-comunicado-referente-as-atividades-da-pro-reitoria-de-ensino-de-pos-graduacao</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35809-campus-de-picos-divulga-portaria-que-estabelece-medidas-para-combater-epidemia-do-coronavirus</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35814-informativo-sobre-ferias-no-periodo-de-contingenciamento-em-decorrencia-do-covid-19</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35816-nota-de-suspensao-das-atividades-do-hospital-veterinario-do-dia-21-de-marco-a-15-de-abril</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35817-nota-de-suspensao-do-atendimento-presencial-dos-gabinetes-da-reitoria-e-vice-reitoria-da-ufpi</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35818-nota-sobre-atividades-do-gabinete-da-reitoria</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35819-comunicado-sobre-a-selecao-para-colaboracao-estatistica</p>	<p>de contingenciamento frente à pandemia do coronavírus</p> <p>25. Informativo SEBTT</p> <p>26. PRPG: Comunicado referente às atividades da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação</p> <p>27. Campus de Picos divulga portaria que estabelece medidas para combater epidemia do coronavírus</p> <p>28. Informativo sobre férias no período de contingenciamento em decorrência do COVID-19</p> <p>29. Nota de suspensão das atividades do Hospital Veterinário do dia 21 de março a 15 de abril</p> <p>30. Nota de suspensão de atendimentos presenciais nos Gabinetes da Reitoria e Vice-Reitoria da UFPI</p> <p>31. Nota sobre atividade remota dos Gabinetes da Reitoria e Vice-Reitoria</p> <p>32. Comunicado sobre a seleção para Colaboração Estatística</p>
22/03/2020	<p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35724-nota-informativa</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35820-ufpi-lanca-site-com-informacoes-sobre-prevencao-e-riscos-do-coronavirus</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35821-plano-de-contingencia-e-outras-acoes-do-comite-gestor-de-crise-cgc-da-ufpi</p>	<p>1. Nota Informativa 2: Plano de trabalho para atividades administrativas</p> <p>1. UFPI lança site com informações sobre prevenção e riscos do coronavírus</p> <p>3. Plano de Contingência e outras ações do Comitê Gestor de Crise (CGC) da UFPI</p>
	<p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35784-praec-comunicado-referente-as-atividades-da</p>	<p>1. PRAEC: comunicado referente às atividades da</p>

23/03/2020	<p>assistencia-estudantil-na-ufpi</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35825-fadex-lanca-campanha-fundo-de-enfrentamento-ao-coronavirus-no-piaui</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35827-portaria-sobre-atividades-da-superintendencia-de-recursos-humanos</p>	<p>Assistência Estudantil na UFPI</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fadex lança campanha “Fundo de Enfrentamento ao Coronavírus no Piauí” 1. Portaria sobre atividades da Superintendência de Recursos Humanos
24/03/2020	<p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35828-estudante-de-enfermagem-da-ufpi-participa-da-campanha-fique-em-casa-promovida-pela-red-iberoamericana</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35833-nucleo-de-pesquisa-em-jornalismo-e-comunicacao-da-ufpi-lanca-a-pagina-nujocsolidariedade-site</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35834-plano-de-trabalho-da-pro-reitoria-de-extensao-e-cultura</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35835-plano-de-trabalho-para-atividades-administrativas-do-cca</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35836-suspensao-das-atividades-de-roco-e-varricao-no-campus-de-teresina</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudante de Enfermagem da UFPI participa da campanha “fique em casa” promovida pela Red Iberoamericana 1. Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação da UFPI lança a página nujocsolidariedade.site 1. Plano de Trabalho da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura 1. Plano de trabalho para atividades administrativas do CCA 5. Suspensão das atividades de roço e varrição no Campus de Teresina
25/03/2020	<p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35838-a-ufpi-cede-equipamentos-para-auxiliar-de-forma-mais-rapida-os-teste-do-covid-19</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A UFPI cede equipamentos para auxiliar de forma mais rápida os teste do COVID – 19
26/03/2020	<p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35880-hu-ufpi-promove-aco-es-para-possibilitar-atendimento-a-casos-suspeitos-ou-confirmados-de-covid-19</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35881-nucleo-de-pesquisa-em-jornalismo-e-comunicacao-da-ufpi-lanca-mais-uma-pagina-nujoc-checagem</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. HU-UFPI promove ações para possibilitar atendimento a casos suspeitos ou confirmados de Covid-19 1. Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação da UFPI lança mais uma página: NUJOC Checagem
	<p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35884-comunidade-da-ufpi-se-mobiliza-para-auxiliar-no-enfrentamento-do-novo-coronavirus-no-</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Comunidade da UFPI se mobiliza para auxiliar no enfrentamento do novo

27/03/2020	<p>estado</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35885-ufpi-produz-video-sobre-coronavirus-em-libras</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35886-hu-ufpi-disponibilizara-servico-de-telessaude-no-enfrentamento-a-covid-19</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35887-psicologos-da-cacom-praec-criam-canal-para-apoio-e-interacao-com-a-comunidade-academica-durante-a-pandemia-por-covid-19</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35899-ufpi-cede-ginasio-de-badminton-para-servir-de-hospital-de-campanha-no-enfrentamento-da-covid-19-em-teresina</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35903-hu-ufpi-recebe-governador-para-apresentar-estrutura-de-atendimento-a-pacientes</p>	<p>coronavírus no estado</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. UFPI produz vídeos sobre Coronavírus em Libras 1. HU-UFPI disponibilizará serviço de telessaúde no enfrentamento à Covid-19 1. Psicólogos da CACOM/PRAEC criam canal para apoio e interação com a comunidade acadêmica durante a pandemia por covid-19 1. UFPI cede Ginásio de Badminton para servir de Hospital de Campanha no enfrentamento da Covid-19 em Teresina 6. HU-UFPI recebe governador para apresentar estrutura de atendimento a pacientes
28/03/2020	<p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35900-chamamento-da-comunidade-academica-para-a-producao-de-projecoes-e-propostas-cientificas-para-questoes-relativas-a-pandemia-do-covid-19</p> <p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35907-capes-reduz-numero-de-bolsas-de-pos-graduacao-da-ufpi</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. PROPESQI divulga chamamento para a produção, de projeções e propostas científicas para questões relativas à pandemia do Covid-19 2. CAPES reduz número de bolsas de Pós-Graduação da UFPI
30/03/2020	<p>https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35913-espaco-virtual-para-atendimento-psicologico-online-e-gratuito</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Espaço virtual para atendimento psicológico online e gratuito

Quadro 1: Site UFPI – março/2020

PORTAL MEIO NORTE – MARÇO DE 2020		
16/03/2020	<p>https://www.meionorte.com/coronavirus/reitor-da-ufpi-apresenta-suspeita-de-coronavirus-e-aulas-sao-suspensas-384155</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Coronavírus: Reitor da UFPI está em isolamento e aulas são suspensas

27/03/2020	https://www.meionorte.com/noticias/hu-ufpi-disponibilizara-servico-de-telessaude-em-combate-a-covid-19-385172	1. HU-UFPI disponibilizará serviço de telessaúde em combate à Covid-19
29/03/2020	https://www.meionorte.com/coronavirus/professor-universitario-testa-positivo-para-coronavirus-em-teresina-385352 https://www.meionorte.com/noticias/covid-19-piauienses-criam-adaptacao-de-ventilador-mecanico-385358	1. Professor universitário testa positivo para coronavírus em Teresina 1. Covid-19: Piauienses criam adaptação de ventilador mecânico
30/03/2020	https://www.meionorte.com/noticias/covid-19-hu-ufpi-promove-teleconsultoria-e-treinamento-em-laboratorio-385424 https://www.meionorte.com/noticias/professor-da-ufpi-esta-em-estado-grave-e-aguarda-exame-do-covid-19-385451	1. Covid-19: HU-UFPI promove teleconsultoria e treinamento em laboratório 1. Professor da UFPI está em estado grave e aguarda exame da Covid-19

Quadro 2: Meio Norte – março/2020

PORTAL GP1 PIAUÍ – MARÇO DE 2020		
15/03/2020	https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2020/3/15/reitoria-da-ufpi-promove-reuniao-para-tratar-sobre-o-coronavirus-473667.html	1.UFPI promove reunião para tratar sobre o coronavírus
16/03/2020	https://www.gp1.com.br/coronavirus-no-piaui/noticia/2020/3/16/ufpi-suspende-aulas-ate-abril-devido-a-pandemia-de-coronavirus-473712.html https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2020/3/16/reitor-da-ufpi-esta-isolado-em-apartamento-apos-viagem-para-sao-paulo-473728.html https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2020/3/16/coronavirus-faculdades-suspendem-aulas-durante-15-dias-no-piaui-473743.html	1.UFPI suspende aulas por conta da pandemia de coronavírus 2.Reitor da UFPI está de quarentena após viagem a São Paulo 3.Coronavírus: faculdades suspendem aulas durante 15 dias
18/03/2020	https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2020/3/18/coronavirus-hu-ufpi-suspende-atendimentos-ambulatoriais-e-internacoes-473969.html	1.Covid-19: HU-UFPI suspende atividades de menor emergência
20/03/2020	https://www.gp1.com.br/coronavirus-no-piaui/noticia/2020/3/20/reitor-da-ufpi-desmente-boato-de-que-estaria-com-coronavirus-474065.html	1.Reitor da UFPI desmente boato que estaria com coronavírus

21/03/2020	https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2020/3/21/coronavirus-hospital-veterinario-da-ufpi-suspende-atendimentos-474141.html	1.Hospital Veterinário da UFPI suspende atendimentos
24/03/2020	https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2020/3/24/grupo-de-pesquisa-da-ufpi-lanca-site-para-ajudar-pessoas-durante-pandemia-474445.html	1.Grupo de pesquisa da UFPI lança site para ajudar pessoas
25/03/2020	https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2020/3/25/ufpi-disponibiliza-ao-lacen-maquinas-para-diagnostico-do-covid-19-474468.html	1.UFPI disponibiliza ao Lacen máquinas para diagnóstico do covid-19
27/03/2020	https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2020/3/27/covid-19-ufpi-doa-mais-de-40-mil-unidades-de-epis-para-hospitais-474644.html	1.Covid-19: UFPI doa mais de 40 mil unidades de EPIs para hospitais
28/03/2020	https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2020/3/28/covid-19-ufpi-produz-serie-de-videos-em-libras-para-surdos-474784.html https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2020/3/28/coronavirus-ufpi-podera-oferecer-aulas-a-distancia-474786.html	1.Em libras, UFPI produz série de vídeos para surdos 2.Coronavírus: UFPI poderá oferecer aulas a distância
29/03/2020	https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2020/3/29/professor-da-ufpi-e-internado-em-teresina-com-suspeita-de-coronavirus-474827.html	1.Professor da UFPI é internado com suspeita de coronavírus
30/03/2020	https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2020/3/30/professor-da-ufpi-internado-com-suspeita-de-covid-19-esta-em-estado-grave-474915.html	1.Professor com suspeita de covid-19 está em estado grave
31/03/2020	https://www.gp1.com.br/coronavirus-no-piaui/noticia/2020/3/31/covid-19-ufpi-concedera-auxilio-financeiro-para-alunos-de-baixa-renda-475012.html	1.UFPI concederá benefício para alunos de baixa renda

Quadro 3: Portal GP1- março/2020

No recorte temporal de março de 2020, foi possível obter 56 (cinquenta e seis) publicações no site institucional da UFPI, 06 (seis) no Portal Meio Norte e 15 (quinze) no Portal GP1. Neste primeiro bloco de análise, a percepção é investigar as ações adotadas pela UFPI e como as estratégias comunicacionais pautaram as notícias dos portais e serviram como fonte de informação para a mídia na condução da pandemia.

Vista como reflexo de diversas correntes teóricas, e como instrumento vivo na construção do conhecimento, a comunicação no mundo contemporâneo, como afirma Sousa (2014), assume o papel de reconfiguração do novo cenário de práticas e de estudos que norteiam o campo comunicacional. Deste modo, as tecnologias da informação e da

comunicação andam lado a lado e passam a criar possibilidades epistemológicas da prática jornalística. Cabe dizer que a disseminação de notícias confiáveis sobre a COVID-19 foi essencial para combater a desinformação e o pânico infundado, além de contribuir para a percepção de um senso de alerta e precaução na comunidade acadêmica e na região. A UFPI, como Instituição acadêmica, teve o papel de fornecer informações embasadas cientificamente, baseadas em pesquisas e estudos realizados por especialistas.

No corpus em questão, as matérias deixaram claro as contribuições internas e externas foram efetivas, assim como ressaltam o papel dos portais como uma das principais fontes de informação, devido ao princípio da instantaneidade e à busca incessante por atualizações. Embora nem sempre sejam abrangentes, esses portais ofereceram uma cobertura constante, que se tornou essencial para se manter informado. As notícias produzidas na UFPI refletem essa realidade, sendo influenciadas pelos meios online estudados, onde a prioridade é enfrentar os desafios da nova era com responsabilidade, verdade e apuração minuciosa dos fatos.

Utilizando-se das notícias veiculadas para fornecer orientações específicas para a comunidade acadêmica, incluindo estudantes, professores e funcionários, como informações sobre a suspensão de aulas presenciais, adoção de medidas de segurança nas instalações da universidade, as notícias veiculadas pela UFPI e propagadas nos meios de comunicação confirmam a hipótese levantada nesta pesquisa quanto às estratégias comunicacionais da Instituição terem pautado as notícias da maioria dos jornais e servido como fonte de informação para a mídia na condução da pandemia.

Sendo necessário e uma decisão crucial para o melhor seguimento desta pesquisa, o corpus de análise teve que ser reduzido, em especial neste bloco 1, que caracterizou o início da pandemia, no qual pouco se sabia da doença e muito foi produzido na tentativa de informar as pessoas e consequentemente, passar mais segurança. Ainda tendo em vista os múltiplos aspectos do tema, foi preciso identificar centrar-se em subconjuntos específicos de dados mais relevantes para o objeto estudado.

Nas datas iniciais da pesquisa no site da UFPI observou-se uma grande preocupação de institucionalizar suas ações, tanto que só no dia 21/03/2020, 32 (trinta e duas) matérias foram produzidas, nas quais os diversos setores normatizaram e divulgaram suas ações internas. Com o avançar dos dias, foi sendo observado uma estruturação de ações voltadas a auxiliar a sociedade em geral, visto que a Universidade desempenha em Teresina, cidade sede, assim como no Estado, função consultiva, por ser um local de produção de conhecimento científico.

Em 22/03/2020, acontece o lançamento do seu website (www.ufpi.br/coronavirus) – “UFPI lança site com informações sobre prevenção e riscos do coronavírus”, que como já dito em seções anteriores tinha como propósito centralizar as informações produzidas e ser um meio de comunicação de fácil acesso à população, com a divulgação das pesquisas internas realizadas, com dos órgãos referência no assunto.

Seguindo o norte repassado pelo CGC e pela Administração da UFPI, nos dia 24/03/2020 (“Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação da UFPI lança a página nujocsolidariedade.site”), em 26/03/2020 (“Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação da UFPI lança mais uma página: NUJOC Checagem”) e sendo publicado no portal GP1 em 24/03/2020: “Grupo de pesquisa da UFPI lança site para ajudar pessoas”, são lançados pelo Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação da UFPI, sites específicos para auxílios quanto a checagem de informações e uma rede de solidariedade. O site “Solidariedade” era voltado para ajudar as pessoas e focados em seis tipos de atendimento: 1. Quem necessita de sabão e/ou demais materiais de higiene e limpeza; 2. Quem necessita de alimentos não perecíveis; 3. Quem necessita de medicamentos; 4. Quem necessita de alguém para conversar; 5. Quem necessita de alguém para fazer comprar e, 6. Quem necessita de materiais de proteção contra o corona vírus (hospitais públicos e serviços de saúde).

Quando ao site “NUJOC Checagem”, outra uma iniciativa de alunos, ex-alunos e professores de Jornalismo e do Mestrado em Comunicação, com o apoio de voluntários, tinha o propósito de verificar e esclarecer informações falsas, imprecisas e manipuladas relacionadas à pandemia da COVID-19/coronavírus. Neste ponto, as iniciativas internas, atingiram também o público externo ao fornecer esclarecimentos precisos e baseados em evidências científicas, contribuindo assim para a promoção da saúde pública e para a redução do impacto negativo causado pela propagação de informações incorretas. Além disso, ao envolver voluntários, os sites também promove a participação ativa da comunidade na luta contra a desinformação, incentivando uma cultura de responsabilidade compartilhada no enfrentamento da pandemia.

Seguindo a intensidade de produções de conteúdos, em 25/03/2020 (“A UFPI cede equipamentos para auxiliar de forma mais rápida os teste do COVID – 19”) no site da UFPI é divulgado o apoio da Instituição na cessão de duas máquinas de qPCR ao LACEN, o que aumentou a capacidade de análise das amostras suspeitas dinamizando o diagnóstico da doença, possibilitando uma intervenção apropriada. No mesmo dia, 25/03/2020, no Portal GP1 (“UFPI disponibiliza ao Lacen máquinas para diagnóstico do covid-19), a notícia reverbera e intensifica a importância da ação para o enfrentamento do cenário vivenciado.

Em 27/03/2020, ganha destaque no site da UFPI matérias como: “Comunidade da UFPI se mobiliza para auxiliar no enfrentamento do novo coronavírus no estado”, “UFPI produz vídeos sobre Coronavírus em Libras”, “HU-UFPI disponibilizará serviço de telessaúde no enfrentamento à Covid-19”, “Psicólogos da CACOM/PRAEC criam canal para apoio e interação com a comunidade acadêmica durante a pandemia por covid-19”, “UFPI cede Ginásio de Badminton para servir de Hospital de Campanha no enfrentamento da Covid-19 em Teresina” e “HU-UFPI recebe governador para apresentar estrutura de atendimento a pacientes”.

Com base nestas notícias, a perspectiva de análise é que as iniciativas da UFPI para enfrentar a pandemia de COVID-19 demonstram o compromisso e a responsabilidade social da instituição perante a comunidade. A mobilização da comunidade acadêmica para auxiliar no enfrentamento do novo coronavírus no Estado reflete a importância do envolvimento coletivo na superação de desafios de saúde pública. Por exemplo, a produção de vídeos sobre o coronavírus em Libras pela UFPI contribui para garantir o acesso à informação, promovendo a inclusão e a igualdade de acesso à saúde (28/03/2020, Portal GP1: “Em libras, UFPI produz série de vídeos para surdos”).

Além disso, a disponibilização de serviços de telessaúde pelo HU-UFPI amplia o acesso da população a atendimento médico especializado durante a pandemia, demonstrando a capacidade da universidade de se adaptar às demandas emergentes (27/03/2020, Portal GP Covid-19: “UFPI doa mais de 40 mil unidades de EPIs para hospitais” E Portal Meio Norte: “HU-UFPI disponibilizará serviço de telessaúde em combate à Covid-19”).

Em 30/03/2020, publicada no site da Instituição, “Espaço virtual para atendimento psicológico online e gratuito”, dentre as ações a criação de um canal de apoio psicológico pela CACOM/PRAEC que proporcionava suporte emocional e interação com a comunidade acadêmica, reconhecendo os impactos psicossociais da crise sanitária. O uso do Ginásio de Badminton da UFPI como hospital de campanha em Teresina evidencia a solidariedade e a contribuição da universidade para o sistema de saúde local, oferecendo suporte adicional em momentos de crise. Por fim, a apresentação da estrutura de atendimento do HU-UFPI ao governador destaca o papel da universidade como parceira estratégica no combate à pandemia, demonstrando transparência e colaboração na gestão da crise de saúde pública.

Em 29/03/2020, Portal Meio Norte: “Covid-19: Piauienses criam adaptação de ventilador mecânico”, esse tipo de iniciativa ressalta a capacidade das comunidades locais de responder de forma ágil e criativa a desafios emergentes, demonstrando a importância do conhecimento científico e tecnológico na resolução de problemas de saúde pública. Outra

análise pertinente é quanto a atenção que foi dada aos alunos de baixa renda, visto que foram afetados de diversas formas e ao conceder benefícios financeiros, GP1, em 31/03/2020: “UFPI concederá benefício para alunos de baixa renda”, vai bem além, observa-se a promoção da igualdade de oportunidades e no acesso à educação, capacitando futuros profissionais que poderão contribuir de forma significativa para o progresso e a transformação da sociedade.

Dourado (2008, p. 108) assevera que “as interpretações ativas da realidade, construídas pela experiência social, única para cada indivíduo, produz o raciocínio lógico, necessário para a interpretação das regras próprias do ambiente pesquisado”. Sobre este contexto é que se busca identificar padrões e relacionar causas e efeitos, além de formular e testar teorias e hipóteses, não esquecendo que as interpretações contribuem para a construção do conhecimento e para a compreensão do mundo que nos cerca.

Na abordagem crítica, é possível questionar e problematizar as estratégias comunicacionais da UFPI, investigando suas intenções, impactos e consequências. Ao realizar a interpretação, em confronto com o apresentado no plano de contingência, é possível avaliar a eficácia e a coerência das estratégias comunicacionais adotadas, mesmo diante de falhas impostas pelo momento de descobertas e dificuldades para todos, as informações foram comunicadas, os canais utilizados foram acessíveis ao público-alvo e influenciaram, mesmo que em alguns momentos de forma indireta, a cobertura midiática da pandemia.

Utilizando o método dialético para compreender a complexidade da realidade em constante transformação e a análise crítica para questionar e interpretar os diferentes aspectos envolvidos, essa abordagem permite não apenas verificar a hipótese proposta, mas também gerar insights e recomendações para aprimorar a comunicação e a gestão de crises no futuro.

4.2.2 Interpretações bloco 2 – março 2021:

SITE INSTITUCIONAL UFPI – MARÇO DE 2021		
05/03/2021	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/39752-divisao-de-patrimonio-disponibiliza-para-atendimentos	1.Divisão de Patrimônio disponibiliza novo canal para atendimentos
08/03/2021	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/39738-curso-online-orienta-para-retorno-gradual-e-seguro-as-atividades-academicas-em-tempos-de-pandemia	1. Curso online orienta para retorno gradual e seguro às atividades acadêmicas em tempos de pandemia

10/03/2021	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/39829-ufpi-reforca-medidas-para-garantir-seguranca-da-comunidade-academica-no-retorno-as-aulas	1. UFPI reforça medidas para garantir segurança da comunidade acadêmica no retorno às aulas
15/03/2021	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/39908-ufpi-adapta-estrutura-no-retorno-as-aulas	1. UFPI adapta estrutura no retorno às aulas
16/03/2021	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/39904-projeto-de-extensao-aco-es-formativas-em-educacao-especial-inclusiva-na-educacao-basica-e-superior-comeca-amanha-16	1. Projeto de extensão “Ações formativas em educação especial/inclusiva na educação básica e superior” começa amanhã (16)
17/03/2021	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/40000-palestra-aborda-planejamento-da-acao-docente-em-tempos-de-pandemia-no-seminario-de-docencia-superior-2021 https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/39990-ufpi-intensifica-sanitizacao-de-espacos	1. Palestra aborda “Planejamento da ação docente em tempos de pandemia” no Seminário de Docência Superior 2021 2. UFPI intensifica sanitização de espaços
18/03/2021	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/40014-ufpi-comeca-novo-periodo-da-graduacao-nesta-segunda-feira-22-mas-so-com-aulas-remotas https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/40011-professor-de-universidade-de-portugal-palestra-sobre-ensino-remoto-no-contexto-da-pandemia-na-programacao-do-seminario-de-docencia-superior-da-ufpi https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/40002-colegios-tecnicos-da-ufpi-realizam-evento-de-acolhida-a-estudantes	1. UFPI começa novo período da graduação nesta segunda-feira (22), mas só com aulas remotas 2. Professor de Universidade de Portugal palestra sobre “ensino remoto no contexto da pandemia” na programação do Seminário de Docência Superior da UFPI 3. Colégios Técnicos da UFPI realizam evento de Acolhida a estudantes
19/03/2021	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/40044-palestra-sobre-metodologias-ativas-marca-programacao-da-manha-no-ultimo-dia-do-seminario-de-docencia-superior-da-ufpi https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/40035-ufpi-reforca-o-atendimento-psicologico-para-recepcao-de-estudantes	1. Palestra sobre Metodologias Ativas marca programação da manhã no último dia do Seminário de Docência Superior da UFPI 2. UFPI reforça o atendimento psicológico para recepção de estudantes
	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/40035-ufpi-reforca-o-atendimento-psicologico-para-recepcao-de-estudantes	1. Conheça as ações da UFPI para a

22/03/2021	ufpi/40115-conheca-as-acoes-da-ufpi-para-a-retomada-segura-das-atividades	retomada segura das atividades
23/03/2021	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/40123-aberto-curso-dialogos-locais-nacionais-e-internacionais-sobre-a-pandemia-em-diferentes-contextos https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/40087-livraria-da-ufpi-passa-a-oferecer-servico-de-drive-thru-para-venda-de-obras	1. Aberto Curso Diálogos locais, nacionais e internacionais sobre a pandemia em diferentes contextos 2. Livraria da UFPI passa a oferecer serviço de drive-thru para venda de obras
24/03/2021	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/40111-prpg-divulga-edital-para-funcionamento-voluntario-de-laboratorios-de-pesquisa	1. PRPG divulga Edital para Funcionamento Voluntário de Laboratórios de Pesquisa
30/03/2021	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/40152-por-causa-da-covid-piaui-antecipa-feriados-e-altera-funcionamento-da-ufpi-4	1. Por causa da covid, Piauí antecipa feriados e altera funcionamento da UFPI
31/03/2021	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/40230-governo-federal-decreta-ponto-facultativo-para-esta-quinta-feira-1	1. Governo Federal decreta ponto facultativo para esta quinta-feira (1º)

Quadro 4: Site UFPI – março/2021

PORTAL MEIO NORTE – MARÇO DE 2021		
02/03/2021	https://www.meionorte.com/coronavirus/coe-pi-discute-novas-medidas-expectativa-e-de-decreto-mais-rigido-407479	1. COE-PI discute novas medidas; expectativa é de decreto mais rígido
03/03/2021	https://www.meionorte.com/coronavirus/covid-19-pesquisa-estima-colapso-na-saude-e-31-mortes-diarias-no-pi-407552	1. Covid-19: Pesquisa estima colapso na saúde e 31 mortes diárias no Piauí
09/03/2021	https://www.meionorte.com/coronavirus/pesquisa-2-onda-e-resultado-do-relaxamento-e-falta-de-conscientizacao-407906	1. Pesquisa: 2ª onda é resultado do relaxamento e falta de conscientização
10/03/2021	https://www.meionorte.com/noticias/varia nte-de-preocupacao-de-manau-p1-e-a-mais-difundida-no-brasil-407970	1. Variante de preocupação de Manaus (P1) é a mais difundida no Brasil

13/03/2021	https://www.meionorte.com/coronavirus/covid-relaxamento-e-falta-de-isolamento-causaram-2-onda-no-piaui-408147	1. Covid: Relaxamento e falta de isolamento causaram 2ª onda no Piauí
------------	---	---

Quadro 5: Portal Meio Norte – março/2021

PORTAL GP1 PIAUÍ – MARÇO DE 2021		
17/03/2021	https://www.gp1.com.br/tv/coronavirus-no-piaui/videos/2021/3/17/covid-19-ufpi-completa-um-ano-com-aulas-presenciais-suspensas-1368.html	1.UFPI completa um ano com aulas presenciais suspensas
21/03/2021	https://www.gp1.com.br/piaui/noticia/2021/3/21/ufpi-retoma-aulas-de-forma-remota-a-partir-desta-segunda-feira-498160.html	1.UFPI retoma aulas de forma remota nesta segunda-feira

Quadro 6: Portal GP1 – março/2021

A identificação das estratégias utilizadas pela comunicação da instituição para pautar, informar e formar opinião nas mídias revela a importância da construção e gestão da imagem institucional no cenário público. Uma destas estratégias é a seleção cuidadosa de temas e mensagens que são disseminados para a imprensa e mídias sociais, visando influenciar a agenda pública e direcionar o foco da cobertura midiática para assuntos de interesse da instituição. O comportamento da mídia e da sociedade desempenha um papel significativo na dinâmica da comunicação e na busca por soluções para os problemas enfrentados.

Ao abordar questões complexas, como a disseminação de conhecimento científico e a distribuição de equipamentos de segurança durante a pandemia, a mídia e a sociedade influenciam não apenas a forma como as informações são compartilhadas, mas também as possíveis soluções adotadas. No entanto, é importante questionar até que ponto a Universidade está efetivamente cumprindo esse papel e como suas ações são percebidas e recebidas pela comunidade interna e externa.

Questões como acesso equitativo à informação, colaboração com outras instituições e comunidades, transparência nas políticas e decisões, e responsabilidade social devem ser consideradas ao avaliar o impacto da Universidade na comunidade. Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer os desafios e limitações enfrentados, como recursos limitados, pressões externas e demandas concorrentes, e buscar soluções criativas e colaborativas para superá-los e fortalecer seu papel como agente de mudança e desenvolvimento na sociedade.

Neste bloco de análise, no site UFPI foram publicadas 18 (dezoito) matérias, 05 (cinco) no Portal Meio Norte e 02 (duas) no Portal GP1. Em 08/03/2021 “Curso online orienta para retorno gradual e seguro às atividades acadêmicas em tempos de pandemia, em 10/03/2021 “UFPI reforça medidas para garantir segurança da comunidade acadêmica no retorno às aulas” e em 15/03/2021 “UFPI adapta estrutura no retorno às aulas”, estas notícias demonstram a preocupação de garantir um retorno gradual e seguro às atividades acadêmicas e devem ser analisadas criticamente à luz do contexto desafiador enfrentado pela comunidade acadêmica. Embora a iniciativa de oferecer cursos online e adaptar a estrutura para o retorno às aulas demonstre um esforço da instituição em priorizar a segurança e bem-estar dos estudantes, professores e demais membros da comunidade, é necessário considerar algumas questões críticas.

Primeiramente, é importante avaliar a eficácia das medidas propostas pela UFPI em mitigar os riscos de contágio e proteger a saúde de todos os envolvidos. A implementação de cursos online pode ser uma solução temporária e necessária para garantir a continuidade do ensino durante a pandemia, mas é preciso garantir que esses cursos ofereçam qualidade e acessibilidade para todos os alunos, levando em conta questões como acesso à internet e recursos tecnológicos. Além disso, as adaptações na estrutura física para o retorno às aulas devem ser cuidadosamente planejadas e executadas, considerando as diretrizes de saúde pública e as necessidades específicas de cada ambiente acadêmico.

Outro ponto crítico a ser considerado é a comunicação transparente e eficaz por parte da UFPI em relação às medidas adotadas e aos protocolos de segurança implementados. É essencial que a comunidade acadêmica esteja bem informada sobre as políticas e procedimentos relacionados ao retorno das atividades presenciais, para que possam tomar decisões informadas e sentir-se seguros em retornar aos campi universitários. Além disso, é necessário garantir a participação ativa dos estudantes, professores e funcionários no processo de planejamento e implementação das medidas de segurança, promovendo um ambiente de colaboração e confiança dentro da instituição.

Nos dias 16 e 17 de março de 2021, “Projeto de extensão “Ações formativas em educação especial/inclusiva na educação básica e superior” começa amanhã (16)” e “Palestra aborda “Planejamento da ação docente em tempos de pandemia” no Seminário de Docência Superior 2021” e “UFPI intensifica sanitização de espaços”, demonstram o compromisso da universidade em promover a educação inclusiva e adaptar-se aos desafios impostos pela pandemia de COVID-19. E no portal GP1, em 17/03/2021 “UFPI completa um ano com

aulas presenciais suspensas” e em 21/03/2021 “UFPI retoma aulas de forma remota nesta segunda-feira”.

Quanto à intensificação da sanitização de espaços na UFPI, embora seja uma medida crucial para garantir a segurança da comunidade acadêmica, era preciso realizar de forma abrangente e regular, seguindo as orientações das autoridades de saúde e utilizando produtos adequados para eliminar efetivamente o vírus. Outra observação de impacto é quanto a divulgação do portal GP1, no qual as notícias que faziam referência a UFPI no mês de março 2021, num intervalo de 02/13 a 13/03, foram em relação a preocupação vivenciada na época quanto a segunda onda da COVID, ao relaxamento e falta de isolamento no Piauí, colapso na saúde, aumento do número de mortes e discussões sobre novas medidas e decreto mais rígido.

O Estado enfrentou um colapso no sistema de saúde, com o aumento alarmante do número de mortes e esse cenário suscitou intensas discussões sobre a necessidade urgente de implementação de novas medidas e decretos mais rígidos para conter a disseminação do vírus. A gravidade da situação exigiu uma ação rápida e eficaz por parte das autoridades, visando proteger a saúde e a vida da população.

É inegável que a cobertura midiática muitas vezes pode ser influenciada por interesses comerciais, políticos ou ideológicos, o que pode distorcer a narrativa e influenciar as percepções do público. Entretanto, o comportamento da sociedade, embora possa favorecer o debate e a busca por respostas, também pode ser marcado por desinformação, polarização e falta de engajamento crítico, o que pode dificultar a identificação e implementação de soluções eficazes.

Diante dos dados, ao analisar o corpus de pesquisa, constatou-se que a hipótese 2 deste estudo não pode ser confirmada. A citada hipótese sugeria que o comportamento da mídia e da sociedade, além de fomentar o debate na busca de respostas, alteraria as formas de comunicação e as vertentes de soluções para os problemas enfrentados. No entanto, os dados obtidos não sustentam essa premissa. As análises demonstraram que, embora a mídia e a sociedade estejam ativamente engajadas em debates e discussões, esse engajamento não resultou em mudanças significativas nas formas de comunicação ou nas estratégias adotadas para solucionar os problemas.

As práticas comunicacionais permaneceram, em grande parte, inalteradas, em intensa busca pelo imediatismo e as saídas propostas para os desafios enfrentados mantiveram-se dentro dos mesmos paradigmas preexistentes. Além disso, a influência da mídia e da sociedade, embora notável em alguns aspectos, não foi suficiente para provocar transformações profundas na dinâmica comunicacional ou nas vertentes de resolução de

problemas e a resistência às mudanças estruturais, aliada à complexidade dos desafios enfrentados, contribuiu para a manutenção do status quo.

4.2.3 Interpretações bloco 3 – março 2022:

SITE INSTITUCIONAL UFPI – MARÇO DE 2022		
03/03/2022	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/44722-cursos-de-graduacao-intensificam-aulas-praticas-presenciais	1. Cursos de graduação intensificam aulas práticas presenciais
10/03/2022	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/44893-restaurantes-universitarios-serao-reabertos-em-28-de-marco-e-residencias-universitarias-em-04-de-abril	1. Restaurantes universitários serão reabertos em 28 de março e residências universitárias em 04 de abril
15/03/2022	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/44952-comunicado-praec-sobre-os-beneficios-residencia-universitaria-auxilio-alimentacao-emergencial-e-auxilio-residencia-emergencial	1. Comunicado PRAEC sobre os benefícios Residência Universitária, Auxílio Alimentação Emergencial e Auxílio Residência Emergencial
23/03/2022	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/45050-ufpi-discute-com-unidades-de-ensino-a-retomada-das-atividades-presenciais	1. UFPI discute com unidades de ensino a retomada das atividades presenciais
24/03/2022	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/45068-picos-equipe-do-restaurante-universitario-participa-de-treinamento-para-retorno-seguro-das-atividades	1. Picos: equipe do Restaurante Universitário participa de treinamento para retorno seguro das atividades
28/03/2022	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/45120-ufpi-realiza-ultimos-ajustes-para-retorno-gradual-das-residencias-universitarias-a-partir-de-4-de-abril https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/45070-restaurantes-universitarios-estao-prontos-para-reabertura-nesta-segunda-28	1. UFPI realiza últimos ajustes para retorno gradual das Residências Universitárias a partir de 4 de abril 2. Restaurantes Universitários estão prontos para reabertura nesta segunda (28)
29/03/2022	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/45133-restaurante-universitario-de-floriano-reabre-nesta-terca-feira-29-03	1. Restaurante universitário de Floriano reabre nesta terça-feira (29/03)
30/03/2022	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/45117-reabertura-dos-rus-e-comemorada-pela-comunidade-academica	1. Reabertura dos Rus é comemorada pela comunidade acadêmica

	https://www.ufpi.br/es/ultimas-noticias-ufpi/45151-com-a-reabertura-do-ru-de-bom-jesus-ufpi-restabelece-servico-de-alimentacao-em-todos-os-campi	2. Com a reabertura do RU de Bom Jesus, UFPI restabelece serviço de alimentação em todos os campi
--	---	---

Quadro 7: Site UFPI – março/2022

PORTAL MEIO NORTE – MARÇO DE 2022		
10/03/2022	https://www.meionorte.com/noticias/ufpi-restaurantes-universitarios-serao-reabertos-em-28-de-marco-440584	1.UFPI: restaurantes universitários serão reabertos em 28 de março

Quadro 8: Portal Meio Norte – março/2022

PORTAL GP1 PIAUÍ – MARÇO DE 2022		
18/03/2022	https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2022/3/18/ufpi-informa-datas-de-reabertura-do-ru-e-da-residencia-universitaria-521848.html	1.Restaurantes e Residências Universitárias serão reabertas

Quadro 9: Portal GP1 – março/2022

O que se observa no quadro 7, no qual constam as notícias produzidas no site da UFPI no período de março de 2022, é em sua grande maioria sobre estruturação da Universidade para a retomada das aulas presenciais. Compreender como as estratégias aplicadas foram mudando e/ou se adaptando ao longo do período pandêmico é necessário para analisar a capacidade de resposta diante dos desafios impostos pela crise de saúde global.

Inicialmente, muitas universidades foram surpreendidas pela rápida disseminação da COVID-19 e adotaram medidas emergenciais, como a suspensão das atividades presenciais e a transição para o ensino remoto. Contudo, à medida que a pandemia evoluía e se prolongava, as instituições foram obrigadas a revisar e ajustar suas estratégias para enfrentar os impactos a longo prazo.

Durante a análise dos quadro acima, é notório que durante todo o mês a UFPI se organizou para o retorno gradual das suas atividade. No Portal Meio Norte, em 10/03/2022 “UFPI: restaurantes universitários serão reabertos em 28 de março” e no GP1, em 18/03/2022 “Restaurantes e Residências Universitárias serão reabertas”. No campo da extensão universitária, observou-se uma intensificação das atividades voltadas para o apoio às

comunidades locais e para a promoção da saúde pública. As universidades públicas brasileiras mobilizaram seus recursos e expertise para fornecer informações precisas e orientações sobre prevenção, diagnóstico e tratamento da COVID-19, além de oferecer serviços de assistência médica, psicológica e social às populações mais vulneráveis.

No que diz respeito ao ensino, houve uma expansão significativa do uso de tecnologias digitais e plataformas de ensino à distância, visando garantir a continuidade das atividades educacionais e minimizar os impactos negativos sobre o processo de aprendizagem dos estudantes. Como já visto em matérias anteriores, foram implementadas também medidas para apoiar alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, garantindo-lhes acesso aos recursos necessários para acompanhar as aulas remotas.

A terceira hipótese desta pesquisa, detalhada no capítulo 2, item 2.4, questiona como a restrição orçamentária enfrentada pela UFPI afetou sua capacidade de se comunicar eficazmente para resolver problemas emergenciais e contribuir de forma efetiva para a superação da crise sanitária. Criticamente, é imperativo reconhecer que as limitações financeiras impostas às universidades públicas, como a UFPI, resultaram em uma série de desafios complexos que transcenderam a mera alocação de recursos.

A comunicação, elemento central para a coordenação de esforços e disseminação de informações cruciais durante crises, sofreu consideravelmente. A falta de fundos adequados não apenas restringiu a aquisição de tecnologias e plataformas de comunicação necessárias, mas também limitou a capacidade de treinamento e suporte aos profissionais encarregados dessas tarefas. Sem os recursos necessários, a universidade enfrentou dificuldades para estabelecer canais de comunicação eficientes, afetando a rapidez e a precisão na transmissão de informações essenciais para a gestão da crise sanitária.

Além disso, a gestão acadêmica foi severamente impactada pela necessidade de reorganização administrativa e planejamento orçamentário. A crise sanitária exigiu uma rápida adaptação dos processos internos, incluindo a implementação de medidas de contingência para assegurar a continuidade das atividades institucionais. Contudo, a escassez de recursos financeiros dificultou a implementação de soluções tecnológicas para ensino a distância, a manutenção de serviços de saúde e apoio psicológico para a comunidade universitária, e a coordenação de esforços de pesquisa e extensão voltados ao combate da pandemia. A sobrecarga dos recursos humanos, resultante da redução de pessoal e do aumento das demandas emergenciais, agravou ainda mais a situação.

Desta forma, a restrição orçamentária não apenas comprometeu a eficácia comunicacional da UFPI, mas também limitou sua capacidade de resposta rápida e adaptativa,

essencial para a superação dos desafios impostos pela crise sanitária. Isso evidencia a necessidade urgente de reavaliar as políticas de financiamento das universidades públicas para garantir que estas possam desempenhar seu papel vital em momentos de crise. A questão da restrição orçamentária imposta às universidades públicas brasileiras tem raízes profundas em políticas de austeridade fiscal, que reduziram os investimentos no ensino superior e impuseram cortes significativos nos recursos destinados à educação, pesquisa e infraestrutura universitária. Esses cortes orçamentários tiveram impactos diretos na capacidade das universidades de responder de forma eficaz a crises como a pandemia, limitando seus recursos para aquisição de equipamentos, contratação de pessoal qualificado e desenvolvimento de pesquisas voltadas para o enfrentamento da doença.

Em suma, a compreensão das estratégias aplicadas e das adaptações realizada pela UFPI ao longo do período pandêmico revela não apenas os desafios enfrentados, mas também a capacidade de resiliência e de inovação diante de um cenário complexo e em constante transformação. Essas experiências fornecem lições valiosas para o aprimoramento das políticas públicas de educação, ciência e saúde, contribuindo para fortalecer o sistema de ensino superior e para enfrentar futuras crises de forma mais eficaz e colaborativa.

Em uma análise cuidadosa e abrangente dos efeitos das pautas e publicações jornalísticas que se baseiam no conteúdo produzido pela universidade e pelas pesquisas em parceria com outras entidades públicas, as estratégias aplicadas foram mudando e/ou se adaptando e por conta disso fornecem insights valiosos sobre o papel da comunicação na disseminação do conhecimento científico, na formação da opinião pública e na influência das políticas públicas, contribuindo para uma compreensão mais profunda das dinâmicas entre ciência, mídia e política na sociedade contemporânea.

No campo da pesquisa, as universidades públicas desempenharam um papel fundamental na produção de conhecimento científico sobre a COVID-19 e no desenvolvimento de soluções inovadoras para enfrentar a pandemia. Houve um aumento significativo no número de estudos e projetos de pesquisa relacionados ao novo coronavírus, abrangendo desde investigações epidemiológicas até o desenvolvimento de vacinas e tratamentos. Além disso, muitas universidades estabeleceram parcerias com órgãos governamentais, instituições de saúde e empresas privadas para colaborar na resposta à crise e na aplicação dos conhecimentos científicos em benefício da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação se propôs a investigar e analisar as estratégias e ações comunicacionais adotadas no âmbito da Universidade Federal do Piauí (UFPI) durante o enfrentamento da pandemia de COVID-19. Por meio de uma abordagem crítica, ao investigar a interseção entre comunicação pública, desinformação e a economia política da comunicação buscou-se compreender de que maneira tais estratégias contribuíram para a mitigação dos impactos da crise sanitária e para a manutenção das atividades acadêmicas e administrativas da instituição.

Na UFPI, como em outras universidades públicas, a pandemia forçou uma rápida transição para o ensino remoto, evidenciando a necessidade urgente de desenvolvimento e implementação de novas estratégias de comunicação. As barreiras de comunicação entre trabalhadores e empresas, citadas no contexto mais amplo, também foram presentes nas universidades. A falta de familiaridade de muitos funcionários e professores com tecnologias digitais, aliada à inexistência de planos de contingência pré-estabelecidos, dificultou a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas.

Estas estratégias foram importantes não apenas na transmissão de informações sobre a COVID-19, mas também na promoção do bem-estar e na construção de um ambiente de confiança e solidariedade dentro da comunidade acadêmica. Ao longo desta pesquisa, foi possível observar a relevância de iniciativas como a divulgação de boletins informativos, a realização de campanhas educativas, a utilização de plataformas virtuais para aulas e reuniões, além do fortalecimento dos canais de comunicação institucionais, como sites, redes sociais e e-mails.

Entretanto, é importante notar que, apesar dos esforços empreendidos, alguns desafios foram enfrentados ao longo desse processo. A disseminação de desinformação, a dificuldade de acesso à internet e de familiaridade com ferramentas digitais por parte de alguns membros da comunidade, a restrição orçamentária, bem como a falta de recursos tecnológicos adequados, foram obstáculos que demandaram atenção e soluções criativas.

O caso do Brasil, especialmente sob a liderança do presidente Jair Bolsonaro, ilustra como a politização de um evento de saúde pública pode amplificar a polarização política. A postura de Bolsonaro, que questionou a autoridade da OMS e rejeitou a implementação de medidas como o lockdown, foi um fator crítico na configuração do cenário informacional do país. Essa atitude contrária à maioria das nações e a disseminação de desinformação pelas redes sociais contribuíram significativamente para a confusão e a incerteza pública,

impactando tanto a percepção das pessoas sobre a gravidade da pandemia quanto a adesão às medidas de segurança.

A análise realizada nesta pesquisa demonstra que a comunicação pública, enquanto ferramenta de gestão e informação, é essencial para a superação de crises. No entanto, sua eficácia está intrinsecamente ligada à clareza, consistência e confiabilidade das mensagens transmitidas. Em tempos de crise, como a pandemia de COVID-19, a economia política da comunicação desempenha um papel crucial na determinação das estratégias de comunicação e nas respostas das instituições às pressões externas e internas.

A pesquisa também evidencia que as universidades públicas, como a UFPI, devem fortalecer suas políticas de comunicação para combater a desinformação e melhorar a comunicação com a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Isso inclui a capacitação de professores e funcionários no uso de tecnologias digitais, o desenvolvimento de planos de contingência eficazes e a promoção de uma cultura de transparência e diálogo. Apenas por meio de uma comunicação pública eficaz e ética as universidades poderão desempenhar seu papel de liderança na sociedade, especialmente em momentos de crise.

A convocação de todas as correntes teóricas e observáveis relacionadas à pandemia permite uma análise abrangente da CP, situando-a dentro do contexto maior da EPC. Isso nos ajuda a compreender melhor como as estruturas econômicas e políticas influenciam e são influenciadas pelas práticas de comunicação em momentos de crise. No cenário apresentado, a experiência vivenciada mostra que a integração entre comunicação e administração foi de relevante destaque para o sucesso da maioria das estratégias adotadas, uma vez que ambas as áreas se complementam na busca por soluções eficientes. Ao realizar esta análise, espera-se contribuir para o aprimoramento contínuo dessas práticas, visando sempre o fortalecimento da instituição e o bem-estar de sua comunidade acadêmica.

A relevância do estudo se justifica não apenas pela sua pertinência atual, mas também pelos eventos marcantes experimentados durante a pandemia. No início da crise, o conhecimento sobre a doença era limitado e as instituições de saúde, juntamente com as universidades, enquanto pilares de produção de conhecimento, não apenas responderam às demandas urgentes de informação e pesquisa, mas também contribuíram significativamente para a compreensão da doença e para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento. Assim, investigações como esta não só lançam luz sobre o que foi aprendido durante a pandemia, mas também destacam a importância contínua das instituições acadêmicas e de pesquisa em momentos de crise global.

Dentro da UFPI, as tensionalidades se manifestaram na forma de barreiras de comunicação entre a administração central, os departamentos acadêmicos e os estudantes. A falta de familiaridade com tecnologias digitais e a necessidade de se adaptar a um ambiente de ensino remoto criaram um ruído significativo na comunicação. A comunicação interna, em muitos casos, foi prejudicada pela falta de clareza e coerência nas mensagens transmitidas, levando a confusão e insatisfação entre os funcionários e estudantes.

A desinformação generalizada e a politização do discurso público pelo governo federal exacerbaram as tensões externas enfrentadas pela UFPI. A universidade precisou navegar por um ambiente político hostil, onde informações falsas e narrativas contrárias à ciência minavam a confiança nas instituições e dificultavam a implementação de medidas de segurança. Isso exigiu que a UFPI não apenas informasse, mas também educasse sua comunidade sobre a importância da adesão aos protocolos de segurança e das práticas baseadas em evidências.

No mercado mais amplo, observamos uma diversidade de respostas à pandemia, influenciadas pela posição econômica e pelo acesso à tecnologia das organizações. Empresas com maior capital e flexibilidade puderam adotar estratégias de comunicação mais sofisticadas e eficazes, utilizando plataformas digitais para alcançar seus públicos de forma segmentada e personalizada. Em contraste, a UFPI e outras universidades públicas tiveram que operar dentro dos limites impostos pela falta de recursos e pelas diretrizes governamentais.

A EPC nos fornece uma lente para entender como as estruturas de poder e economia afetam as práticas de comunicação. A dependência das universidades públicas de financiamento estatal e a pressão para alinhar suas políticas com as diretrizes governamentais moldaram as estratégias de comunicação da UFPI durante a pandemia. Essa situação realça a necessidade de autonomia institucional e de recursos adequados para fortalecer a CP em momentos de crise.

A análise das tensionalidades do ambiente comunicacional da UFPI em todas as suas dimensões revela a importância de uma abordagem integrada e estratégica para a CP, especialmente em tempos de crise. As lições aprendidas durante a pandemia de COVID-19 devem servir como um catalisador para mudanças nas políticas de comunicação das universidades públicas brasileiras, promovendo uma cultura de transparência, clareza e adaptabilidade. Somente assim, as universidades poderão cumprir seu papel de líderes no desenvolvimento de uma sociedade informada e resiliente, capaz de enfrentar os desafios do futuro.

A análise deste estudo revela que, apesar das tensionalidades, há pontos de encontro significativos entre a comunicação pública e a EPC, que podem contribuir para o fortalecimento das políticas de comunicação em instituições públicas. Ambos os campos teóricos reconhecem a importância de considerar os contextos sociais, políticos e econômicos nos quais a comunicação ocorre. Ao aplicar essa perspectiva ao caso da UFPI, é possível compreender como as restrições orçamentárias e a falta de autonomia institucional influenciam a capacidade da universidade de comunicar de forma eficaz.

A EPC, ao destacar a influência das estruturas de poder e controle, oferece um quadro teórico valioso para analisar como a UFPI pode trabalhar para superar os obstáculos existentes. Ao reconhecer os limites impostos pelas restrições orçamentárias e pela dependência de financiamento governamental, a universidade pode buscar estratégias alternativas de comunicação que sejam mais flexíveis e adaptativas. Isso inclui o desenvolvimento de parcerias com outras instituições, a utilização de plataformas digitais de baixo custo e a capacitação contínua de seus funcionários e professores para o uso efetivo dessas tecnologias.

No entanto, é crucial reconhecer que a pesquisa necessita de delimitações, abordagens específicas e um tempo adequado para ser realizada. Não pode-se ignorar que a prática científica é caracterizada pela análise crítica e a possibilidade de equívocos deve ser enfrentada na incessante busca por evidências. Desta forma, como visto nos capítulos teóricos, os estudos científicos orientados pela perspectiva dialética histórica dedicam-se à interpretação da totalidade dinâmica, visando desvelar a essência do concreto, incluindo suas contradições, desigualdades e potenciais de mudança em direção a um futuro distinto do presente.

Como afirma Netto (2011), ao abordar os estudos de Marx, a sociedade não é estática, mas está constantemente em um estado de fluxo e transformação. Esse movimento não é aleatório, mas sim resultado das ações e relações humanas que moldam e reconfiguram as estruturas sociais, econômicas e políticas. É através das interações humanas que o movimento ganha forma e direção, influenciando todos os aspectos da existência.

Nessa perspectiva, a realidade não é apenas uma construção mental, mas sim algo tangível e palpável, moldado pelas condições materiais e pelas relações sociais concretas. As contradições surgem das tensões entre diferentes classes sociais, interesses e modos de produção, criando conflitos que eventualmente levam à transformação e à mudança. Essas contradições são o aspecto nevrálgico do movimento, revelando as fissuras e os pontos de ruptura dentro do sistema existente.

No decorrer do percurso de investigação, alguns desafios significativos influenciaram tanto a condução da pesquisa quanto a eficácia das práticas comunicacionais institucionais. É importante reconhecer, primeiramente, as limitações enfrentadas por conta da ausência dos documentos desenvolvidos no website (www.ufpi.br/coronavirus), deletado durante o período de análise, representou um obstáculo significativo na obtenção de dados e informações relevantes para nossa pesquisa. Tal lacuna demonstra não apenas a fragilidade das estruturas tecnológicas da instituição, mas também a falta de uma política de comunicação institucional robusta e organizada, capaz de garantir a preservação e atualização adequada dos canais de comunicação.

Além disso, a inexistência de uma política de comunicação institucional claramente definida também se revelou como uma lacuna a ser enfrentada. A falta de diretrizes claras e de uma coordenação efetiva entre os diferentes setores da universidade dificultou a implementação de estratégias comunicacionais coesas e alinhadas, comprometendo, em certa medida, a eficácia das ações desenvolvidas durante a pandemia. Apesar dessas limitações, com os resultados obtidos espera-se contribuir para o fortalecimento das estruturas e processos comunicacionais da instituição.

Embora o impacto total da pandemia em nível econômico, político e social ainda não possa ser totalmente estimado, é claro que os efeitos são profundos e duradouros. Economicamente, muitas empresas foram forçadas a fechar suas portas ou reduzir significativamente suas operações, resultando em perdas de emprego e instabilidade financeira para milhões de pessoas. Politicamente, a pandemia expôs a fragilidade das estruturas de governança global e a necessidade de uma maior cooperação internacional para enfrentar crises de saúde pública.

Socialmente, a pandemia exacerbou as desigualdades existentes, destacando a necessidade de políticas mais inclusivas e equitativas para garantir que todos os indivíduos tenham acesso aos recursos e oportunidades necessários para prosperar. A pandemia também ressaltou a importância do investimento em saúde pública e na preparação para futuras crises sanitárias, bem como a necessidade de fortalecer a resiliência das comunidades e das organizações.

Ademais, o estudo aqui realizado não se encerra apenas como um exercício acadêmico, mas também como um convite à reflexão e à ação. As descobertas e as análises podem servir como base para futuras pesquisas que visem aprofundar o entendimento sobre o papel da comunicação institucional em momentos de crise, bem como para o desenvolvimento de políticas e práticas comunicacionais mais eficazes.

A finalização de uma análise de pesquisa, por mais abrangente e bem realizada que seja, deve ser tratada como uma etapa provisória e aproximativa, isso se deve a uma série de razões fundamentais, dentre elas é considerar que uma análise de pesquisa muitas vezes gera mais perguntas do que respostas definitivas. Nesse sentido, o produto final da análise deve ser encarado como uma contribuição para um corpo contínuo de conhecimento, em vez de uma conclusão definitiva. (Minayo *et al.*, 2011)

Por fim, a natureza interdisciplinar da pesquisa significa que diferentes perspectivas e abordagens podem levar a resultados conflitantes ou complementares. Portanto, é importante cultivar a mentalidade aberta e estar disposto a revisitar e refinar as conclusões à luz de novas informações ou análises. Desta forma, o que se pretende é que este trabalho possa inspirar novas reflexões, debates e ações que contribuam para a construção de um ambiente universitário mais comunicativo, colaborativo e preparado para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

A pandemia expressa potencial de agravar o processo de precarização, sucateamento e ataques às universidades públicas e, também, de avançar o uso das tecnologias digitais no ensino superior como forma viável da manutenção das atividades acadêmicas. Na promoção do neoliberalismo nas universidades, por uma direita ultraideológica, não há barreiras para o ensino remoto. Pela lógica neoliberal, a tendência das atividades universitárias do futuro, é online: imensa poupança de pessoal docente, técnico, e em instalações; modo expedido de acabar com matérias “ideológicas” e com os protestos universitários; eliminação de processos deliberativos presenciais disfuncionais. Finalmente o fim da crise financeira. Mas também o fim da universidade como conhecemos.

Há uma imensidão de desafios a serem enfrentados, especialmente no que tange ao bem-estar dos diversos atores sociais envolvidos nos processos educacionais: os estudantes, os professores, os gestores e os técnicos-administrativos. Apesar dos numerosos obstáculos de ordem macroestrutural, que se manifestam nas condições materiais dos indivíduos, particularmente dos estudantes, entretanto o que se almeja é que a postura da instituição seja pautada pelo acolhimento e pela receptividade ao novo, constantemente em evolução. Esta atitude é essencial para lidar com os conflitos educacionais que surgiram no contexto da pandemia da COVID-19 e que ainda continuam a influenciar o cenário das universidades, fornecendo um alicerce sólido para enfrentar os desafios emergentes de maneira eficaz e humanizada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosiani Bion de; BOLFE, Juliana Simões. **O papel estratégico da política institucional de comunicação na gestão universitária**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230243> / Acesso em 26 jan 2023.
- BAUMGARTEN, Maira; WEBER, Maria Helena. Ciência, informação e política na pandemia brasileira. **LIINC em revista. Rio de Janeiro, RJ: IBICT. Vol. 17, n. 2 (nov. 2021), e5702**, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5702>. Acesso em 20 nov. 2023
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Comunicação e a crítica da economia política: perspectivas teóricas e epistemológicas**. São Cristóvão: UFS, 2008.
- BOLAÑO, César. Para além da Economia Política: a contribuição de Valério Brittos ao campo da Comunicação. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, ed. 426, 2013. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5148-cesar-bolano-3/> Acesso em: 20 abr 2022.
- BONHO, Fabiana; MORAIS, Roberto Tadeu Ramos. As universidades públicas e o desenvolvimento regional. *In: SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO*, v. 9, n. 1, 2017. **Anais [...]**. Universidade Federal do Pampa, 2017. Disponível em: https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/11982/seer_11982.pdf/ Acesso em: 22 maio 2023.
- BOSCO, Estevão. Habermas e a esfera pública: anotações sobre a trajetória de um conceito. **Revista Sinais**, Vitória-ES v. 21, n. 2, p.183-210, jul./dez. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Estevao-Bosco/2/publication/321918292_Habermas_e_a_esfera_publica_anotacoes_sobre_a_trajetoria_de_um_conceito/links/5a395d1faca272eb16746965/Habermas-e-a-esfera-publica-anotacoes-sobre-a-trajetoria-de-um-conceito.pdf / Acesso em 06 abril 2023.
- BRAGA, José Luiz. *Et al.* **Matrizes interacionais: a comunicação constrói a sociedade**. Campina Grande: EDUEPB, 2017. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/59g2d/pdf/braga-9788578795726.pdf> / Acesso em: 29 mar. 2023.
- BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. *In: DUARTE, Jorge. (org.). Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público*. São Paulo: Atlas, 2012, v.1, p. 1-33. Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Historia-da-Comunicação-Pública.pdf/> Acesso em: 01 fev. 2023.
- BRASIL. Planalto Governo. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 05 de out 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm / Acesso em: 03 out. 2022.
- _____. Planalto Governo. **Decreto 7233/2010**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7233.htm / Acesso em 15 set. 2022.
- _____. Planalto Governo. **Lei 5528/68, de 12 de novembro de 1968**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15528.htm#:~:text=LEI%20N%205.528%2C%20DE%2012%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201968.&text=Art.,o%20Conselho%20Federal%20de%20Educa%20o Acesso em 18 set. 2022.

BRITTOS, Valério Cruz. A Economia Política da Comunicação no Brasil em perspectiva histórica. *In*: César Bolaño. **Comunicação e a crítica da economia política**: perspectivas teóricas e epistemológicas. São Cristóvão: UFS, p. 193-208, 2008.

_____, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; JAMBEIRO, Othon Fernando. **Comunicação, informação e cultura: dinâmicas globais e estruturas de poder**. EDUFBA, 2004. Disponível em: [file:///C:/Users/super/Downloads/Comunicacao,%20informacao%20e%20cultura%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/super/Downloads/Comunicacao,%20informacao%20e%20cultura%20(2).pdf). Acesso em: 20 fev. 2024

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação Científica e Divulgação Científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, v. 15, n. esp, p.1-12. Londrina: 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/6585/6761/> Acesso em: 14 fev. 2023.

_____, Wilson da Costa. **Políticas de comunicação: só poucas organizações podem ter**. 2015. Disponível: http://www.comunicacaoempresarial.com.br/comunicacaoempresarial/artigos/comunicacao_corporativa/artigo13.php. Acesso em: 22 dez. 2023

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00101417, 2018. <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2024

CASSIOLATO, José E.; FALCÓN, Maria Lucia; SZAPIRO, Marina. Novas tecnologias digitais, financeirização e pandemia Covid-19: transformações na dinâmica global produtiva, no papel do Estado e impactos sobre o CEIS. *In*: **Cadernos do Desenvolvimento Centro Internacional Celso Furtado**, v. 16, n. 28, p. 51-86. Rio de Janeiro: 2021. <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/cadernos%20do%20desenvolvimento.pdf#page=52/> Acesso em 21 fev.2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____, Manuel; CARDOSO, Gustavo. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. São Paulo: PAZ E TERRA, 2005. <http://www.precog.com.br/bc-texto/obras/2021pack0286.pdf/> Acesso em 15 mai. 2023.

CONSTITUIÇÃO da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO). **OMS, 1946**. USP. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5733496/mod_resource/content/0/Constituição%20da%20Organização%20Mundial%20da%20Saúde%20%28WHO%29%20-%201946%20-%20OMS.pdf/ Acesso em: 08 out. 2021.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 969-978, jul-ago, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjzrDwgDJYKcdhNt/> Acesso em: 08 fev. 2023.

COSTA, Inara Regina Batista da; VEIGA, Ricardo Teixeira. **A comunicação pública das universidades federais à luz da lógica dominada pelo serviço: uma agenda de pesquisa**. *IN*: XI CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E

RELAÇÕES PÚBLICAS (Abrapcor). **Anais [...]**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 15-19 maio 2017. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/abrapcorp/assets/edicoes/2017/arquivos/57.pdf>. Acesso em: 05 mar 2023.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ana Regina Rêgo: uma rede para combater a desinformação. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 15, n. 3, p. 339-356, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/51635>. Acesso em 24 nov. 2023

DOURADO, Jacqueline Lima. **Estudo das estratégias da Rede Globo de Televisão na esfera da cidadania**. 256 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

_____, Jacqueline Lima. **Economia política do jornalismo: campo, objeto, convergências e regionalismo**. EDUFPI, 2013.

DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do (s) conceito (s) de comunicação pública. **Comunicação pública, sociedade e cidadania**, v. 1, p. 121-134, 2011. Disponível em: <https://abcpública.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Sobre-a-Emergência-do-conceito-de-Comunicação-Pública.pdf> Acesso em: 18 ago. 2022.

ENGELS, Fredrich. **Letters on Historical Materialism**. To Joseph Bloch. [1890]. Pp. 760-765. In TUCKER, Robert C. (org.) *The Marx-Engels reader*. 2. Ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978.

FERRARI, J. O Processo de Bolonha e os cortes na Educação Superior do Governo Bolsonaro: Considerações a partir de textos jornalísticos. **Ensaio Pedagógico**, v. 3, n. 2, p. 69–77, maio-ago, Sorocaba, 2019. Disponível em: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/135/> Acesso em: 25 jan. 2022.

FERREIRA, Maria Aparecida Nascimento; CUSIN, Cesar Augusto. Perspectivas conceituais e gerenciais de políticas públicas na contemporaneidade. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**. V. 5, n. 2, p. 157-170, 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/super/Downloads/labeditorial,+8135-Texto+do+artigo-31864-1-10-20200221%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/super/Downloads/labeditorial,+8135-Texto+do+artigo-31864-1-10-20200221%20(1).pdf) Acesso em 18 fev. 2023.

FRANÇA, Vera V.; SIMÕES, Paula G. **Curso básico de teorias da comunicação**. Autêntica, 2017.

GALVAN, Cesare. (2008). “**Conhecimento, memória, tecnologias: avanços e recuos**”. In.: BOLAÑO, César. *Comunicação e a Crítica da Economia Política. Perspectivas teóricas e epistemológicas*. São Cristóvão: Editora UFS, pp. 35-51.

GAUDENZI, Paula. Cenários brasileiros da Saúde Mental em tempos de Covid-19: uma reflexão. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/369zTnGyMm4MRx6b4kLFrTn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 fev. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2019

GUSSO, Hélder Lima et al. Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educação & Sociedade**. V. 41, Campinas, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8yWPh7tSfp4rwtcs4YTxftr/abstract/?lang=pt>. Acesso em 06 fev. 2023.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Tradução de Flávio R. Kothe, Biblioteca Tempo Universitário, vol. 76, Série Estudos Alemães, RJ. **Tempo brasileiro**, 1984.

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Vol II. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997

HERSCOVICI, Alain. ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO: UMA TENTATIVA DE DEFINIÇÃO EPISTEMOLÓGICA. **Revista Eptic Online**, v. 16, n. 3, 2014. Disponível em: [Vista do ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO: UMA TENTATIVA DE DEFINIÇÃO EPISTEMOLÓGICA \(ufs.br\)](#). Acesso em 03 fev. 2024

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (PNAD Contínua)**. Maio de 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm/> / Acesso: 09 out. 2021.

KALIKOSKE, Andres. Economia Política da Comunicação: contexto histórico, desenvolvimento regional e conhecimento sobre saúde. *In*: DOURADO, Jacqueline Lima; LOPES, Denise Maria Moura da Silva; MARQUES, Renan da Silva (Orgs.). **Economia Política do Jornalismo: tendências, perspectivas e desenvolvimento regional**. P. 317-342. Teresina: EDUFPI, 2016.

_____, Andres. **O poder analítico da Economia Política da Comunicação**. São Leopoldo, 2011. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3953-coluna-do-cepos-20/> Acesso em: 20 jun. 2023.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011. Disponível em: <https://btux.com.br/professorbruno/wp-content/uploads/sites/10/2018/07/Köche-José-Carlos0D0AFundamentos-de-metodologia-científica--teoria-da0D0Aciência-e-iniciação-à-pesquisa.pdf> / Acesso em 11 jun. 2023.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação organizacional: contextos, paradigmas e abrangência conceitual**. Matrizes, v. 8, n. 2, p. 35-61, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i2p35-61>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialéctica**. Siglo xxi, 1993. Disponível em: https://pagotto.files.wordpress.com/2018/05/lefebvre_logica-formal-logica-dialetica.pdf/ Acesso em: 15 out. 2023.

MACAMO, Inácio Júlio. Economia Política de Jornalismo e possibilidades. *In*: DOURADO, Jacqueline Lima; LOPES, Denise Maria Moura da Silva; MARQUES, Renan da Silva (Orgs.). **Economia Política do Jornalismo: tendências, perspectivas e desenvolvimento regional**. P. 555-575. Teresina: EDUFPI, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: ATLAS, 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/super/Downloads/LAKATOS%20-%20MARCONI%20%20FUNDAMENTOS%20DE%20METODOLOGIA%20CIENTIFICA.pdf>. Acesso 06 jun. 2022.

MARTINO, Luís Carlos. **Comunicação e Ciências Sociais: as matrizes epistêmicas da comunicação**. Disponível em: https://www.academia.edu/44675795/COMUNICAÇÃO_E_CIÊNCIAS_SOCIAIS_AS_MATRIZES_EPISTÊMICAS_DA_COMUNICAÇÃO. Acesso em 20 abr. 2022.

MASSARANI, Luisa Medeiros et al. **Infodemia, desinformação e vacinas: a circulação de conteúdos em redes sociais antes e depois da COVID-19**. 2021. Disponível em: [Infodemia, desinformação e vacinas: a circulação de conteúdos em redes sociais antes e depois da COVID-19 | Liinc em Revista \(ibict.br\)](#). Acesso em 20 jan. 2024

MATTELART, Armand. **História das teorias da comunicação**. Edições Loyola, 2011.

MIDDLE, Suylan; PIRES, Valdemir. **Desafios da comunicação pública em contexto de pandemia (Gestão, Política e Sociedade)**. UNB Notícias, 26 de jun. de 2020. Opinião. Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/4228-desafios-da-comunicacao-publica-em-contexto-de-pandemia-gestao-politica-e-sociedade/> Acesso em: 12 ago. 2022

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

MINISTÉRIO da Educação. **Secretaria de Ensino Superior. MEC**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-superior/> Acesso em: 13 mar. 2023.

MIRANDA, João. Desafios ético-deontológicos do jornalismo na era digital. *In*: CORREIA, João; AMARAL, Inês. (orgs). **De que falamos quando dizemos jornalismo? Temas emergentes em pesquisa**. P. 79-104. Covilhã: LabCom, 2021.

MOSCO, Vincent. **Economia política da comunicação: uma perspectiva laboral**. Comunicação e Sociedade 1. Cadernos do Noroeste, Braga, v. 12, n. 1-2, p. 97-120, 1999. P. 105-106.

_____, Economia Política do Jornalismo. *In*: DOURADO, Jacqueline Lima; LOPES, Denise Maria Moura da Silva; MARQUES, Renan da Silva (orgs.). **Economia Política do Jornalismo: tendências, perspectivas e desenvolvimento regional**. P. 43-67. Teresina: EDUFPI, 2016.

MONTEIRO, Nercilene. O Estado em desmonte frente a epidemia da Covid-19. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. V. 30, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/9KBHm65F9g5cV5TqymPcR7f/?format=html&lang=pt>. Acesso em 07 jun. de 2022.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011

OLIVEIRA, Valdir de Castro. Comunicação, Informação e Participação Popular nos Conselhos de Saúde. **Saúde e Sociedade**. V. 13, n. 2, p. 56-69, maio-ago, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000200006/> Acesso em: 20 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO Pan-Americana de Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Brasília-DF, [2020]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19/> / Aceso em: 12 out. 2021.

PANIZZON, Mateus; COSTA, Camila Furlan da; MEDEIROS, Igor Baptista de OLIVEIRA. Práticas das universidades federais no combate à COVID-19: a relação entre investimento público e capacidade de implementação. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 635-649, ago, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/DFLXCXxR5TXWxtYtWdxY6Ty/?format=pdf&lang=pt/> Acesso em: 05 out. 2022.

PATRÍCIO, Iza et al. Promovendo saúde com educação ambiental no enfrentamento da pandemia Covid-19. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 13, n. 3, p. 154-171, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/43059/> Acesso em: 26 set. 2022.

PAVLIK, John Veron. **Journalism and new media**. New York: Columbia University Press, 2001.

_____, John Veron. **Media in the digital age**. New York: Columbia University Press, 2008. PIAUÍ. Governo Estadual. **Decreto 18.884, de 16 de março de 2020**. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Decreto-18.884-de-16-03-2020.pdf>. Acesso em 30 mai. 2023.

PIRES, M. F. C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/RCh4LmpxDzXrLk6wfr4dmSD/?lang=pt> / Acesso em 14 ago. 2022.

POSETTI, Julie et al. Desinfodemia: Decifrar a desinformação sobre a COVID-19. 2020. Disponível em: <https://policycommons.net/artifacts/8212215/desinfodemia/9123770/>. Acesso em 30 out. 2023

QUEISSADA, Daniel Delgado; PACHECO, Fábio Kovacevic (orgs). **Fundamentos de Saúde Única**. P. 1-55, Paripiranga: AGES, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17578/1/Fundamentos%20de%20Saúde%20Única%20-%20Queissada%20e%20Pacheco.pdf/> Acesso em: 15 set. 2022.

RAMOS, Murilo César. **Às margens da estrada do futuro: comunicações, políticas e tecnologia**. P. 1-205, Brasília: EDITORIAL ELETRÔNICA, 2000. Disponível em: <https://eptic.com.br/wp-content/uploads/2014/12/MuriloRamos.pdf>. Acesso em 26 nov. 2022.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento política e filosofia**. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

RUÃO, Teresa. O papel da identidade e da imagem na gestão das universidades. *In: IV CONGRESSO DA SOPCOM. Anais [...]*. Universidade do Minho, 2005. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5358> / Acesso em: 22 out. 2022.

RÊGO, Ana Regina; Paulino, Fernando Oliveira. Ciências da Comunicação contra a Desinformação. *In: PRATA, Nair et al. COMUNICAÇÃO E CIÊNCIA: reflexões sobre a desinformação*. P. 30-49, São Paulo: INTERCOM, 2022. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/comunicacao-e-ciencia-reflexoes-sobre-a-desinformacao050922.pdf> / Acesso em: 30 nov. 2022.

_____, LEAL, Ranielle. **Desinformação sobre vacinas em plataformas digitais: um movimento simbiótico em torno da lucratividade. Ensaio**. *Journal of Science Communication- América Latina*, v. 6, n. 1, p. Y01, 2023. Disponível em: https://jcomal.sissa.it/article/pubid/JCOMAL_0601_2023_Y01/ Acesso em 10 jun. 2023

SAMPAIO, Rafael; SARMENTO, Rayza; CHAGAS, Viktor. Introdução. *In: SAMPAIO, Rafael; SARMENTO, Rayza; CHAGAS, Viktor (orgs). Comunicação & Política no Contexto da Pandemia: breves reflexões*. P. 7-11. Curitiba: COMPOLÍTICA / CARVALHO COMUNICAÇÃO, 2021. Disponível em: http://compolitica.org/novo/wp-content/uploads/2021/04/Comunicacao-e-politica-no-contexto-da-pandemia_EbookCompolitica.pdf / Acesso em 10 nov. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O coronavírus, nosso contemporâneo**. Sul 21, 17 de maio de 2020. Disponível em: [O coronavírus, nosso contemporâneo \(por Boaventura de Sousa Santos\) – Sul 21](#). Acesso em 12 set. 2022.

SANTOS, Eugênio; VENTURA, Otávio; NETO, Rafael. **PPA, LDO E LOA: disfunções entre o planejamento, a gestão, o orçamento e o controle**. *In: CARDOSO JR., SANTOS, Eugênio. PPA 2012-2015: experimentalismo institucional e resistência burocrática*. P. 115. Brasília: IPEA, 2017.

SANTOS, Verlane. Entrevista com Verlane Aragão dos Santos. Entrevista concedida a Anderson Santos e Manoel Bastos. **Revista Eptic**, v. 22, n. 3, p. 75-81, set-dez, 2020. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/14561/10961> / Acesso em 07 jun. 2023

SCHMIDT, F.; MELLO, J.; CAVALCANTE, P. **Norma Técnica nº 32**, de abril de 2020. Estabelece estratégias de coordenação governamental na crise da Covid-19. In: IPEA, abril de 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9828/1/NT_32_Diest_Estrat%C3%A9gias%20de%20coordena%C3%A7%C3%A3o%20governamental%20na%20crise%20da%20Covid_19.pdf / Acesso em: 05 mai. 2022.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, D. S. da C.; SANTOS, M. B. dos; SOARES, M. J. N. Impactos causados pela COVID-19: um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 128–147, 2020. DOI: 10.34024 / revbea. 2020. V15. 10722. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10722>. Acesso em: 01 jun. 2023.

SOUSA, Mauro Wilton de Sousa et al. **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores**. Contexto, p. 393-402, 2014.

TERESINA. Prefeitura Municipal. **Decreto 19.531/2020 – PMT, de 18 de março de 2020**. Disponível em: <https://arsete.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/44/2020/07/DECRETO-N-19.531-DE-18-DE-MARÇO-DE-2020.pdf> Acesso em 30 mai. 2023.

UFPI. **Ato da Reitoria nº 363 de 16 de março de 2020**. Constitui o Comitê Gestor de Crise, na Universidade Federal do Piauí. Teresina-PI, 16 mar. 2020^a. Disponível em: <https://coronavirus.ufpi.edu.br/in%C3%ADcio/comit%C3%AA-gestor-de-cri-se-cgc>. Acesso em: 08 out. 2021.

_____. **Ato da Reitoria nº 796 de 24 de setembro de 2020**. Reconstitui o Comitê Gestor de Crise, na Universidade Federal do Piauí. Teresina-PI, 24 set. 2020^b. Disponível em: <https://coronavirus.ufpi.edu.br/in%C3%ADcio/comit%C3%AA-gestor-de-cri-se-cgc>. Acesso em: 08 out. 2021.

_____. **Ato da Reitoria nº 171 de 09 de fevereiro de 2021**. Reconstitui o Comitê Gestor de Crise, na Universidade Federal do Piauí. Teresina-PI, 09 fev. 2021. Disponível em: <https://coronavirus.ufpi.edu.br/in%C3%ADcio/comit%C3%AA-gestor-de-cri-se-cgc>. Acesso em: 08 out. 2021.

_____. **Plano de contingência para a COVID-19**. Teresina-PI, 19 mar. 2020^c. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/UFPI_plano_contingencia_covid19_v1903202020200319151104.pdf. Acesso em 18 abr. 2022.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional (PDI)- 2020-2024**. Disponível em: https://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PDI/PDI_2020_2024_UFPI_vf3.pdf . Acesso em 30 abr. 2023.

VICARI, Sabrina Rosa; SELBACH, Clarissa Jesinska; MAGNUS, Ana Paula Medeiros. A importância da comunicação durante a pandemia COVID-19. **RevIU (Revista Informação & Universidade)**, v. 2, p. 1-17, 2020. Disponível em: <http://reviu.febab.org.br/index.php/reviu/article/view/33>. Acesso em 06 fev. 2023

VICENTINI, Juliana de Oliveira; ALBUQUERQUE, Carolina. Internet, cidadania e Covid-19 no Brasil. *In*: OLIVEIRA, Rodrigo; CHRISTINO, Daniel; MACHADO JÚNIOR, Eliseu. **Covid-19 e a comunicação**. Goiânia: CEGRAF UFG, 2021. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/covid-19.pdf>. Acesso em 02 out. 2022.

WEBER, Maria Helena. A perversa narrativa presidencial e a comunicação pública. *In*: SAMPAIO, Rafael; SARMENTO, Rayza; CHAGAS, Viktor (orgs). **Comunicação e política no contexto da pandemia**: Breves reflexões, v. 1, p. 31-40, 2021. Disponível em: http://compolitica.org/novo/wp-content/uploads/2021/04/Comunicacao-e-politica-no-contexto-da-pandemia_EbookCompolitica.pdf#page=31 / Acesso em: 15 out. 2022.

_____. Maria Helena; CARNIELLI, Fiorenza Z. A comunicação de instituições públicas e o paradoxo da visibilidade estratégica. **Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v. 25, 2016. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2016/trabalhos/a-comunicacao-de-instituicoes-publicas-e-o-paradoxo-da-visibilidade-estrategica?lang=pt-br#>. Acesso em 10 jan. 2024

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (Coord). História Falada: memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC SP, 2006. _____. Memória do futuro: um desafio. In NASSAR, Paulo (Org). Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004.

ZÉMOR, Pierre. **La Communication Publique**. PUF, Col. Que sais-je? Paris, 1995. Tradução resumida do livro por Elizabeth Brandão. Disponível em: <https://comunicacaopublicaufes.files.wordpress.com/2011/12/comunicacaopublicapierrezemor-traducao.pdf>. / Acesso em 10 fev. 2023.

APÊNDICE A

22/08/2022 07:48

Memorando Eletrônico - SIPAC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
UNIDADE DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 2/2022 - UACPC (11.00.01.31)
(Identificador: 202628895)

Nº do Protocolo: 23111.040557/2022-51

Teresina-PI, 22 de Agosto de 2022.

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**Título: Solicitação (MATERIAS)**

À SUPERINTENCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL,
Profa. Dra. Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho

Conforme consta na solicitação em anexo, vimos por meio deste, solicitar prints de material de imprensa, o que for possível, entre 01 de março de 2020 a 05 de dezembro de 2021, referente a Universidade Federal do Piauí e a pandemia da COVID-19, com vistas a subsidiar a minha pesquisa de mestrado intitulada: NOTÍCIAS DA UFPI: AS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS, ADMINISTRATIVAS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 POR MEIO DE UM ESTUDO DE CASO, sob orientação da Profa. Dra. Jacqueline Lima Dourado.

Atenciosamente,

Para realizar o download do(s) arquivo(s) anexado(s), clique no(s) link(s) abaixo:

Anexo(s):

SOLICITAÇÃO SCS-UFPI (MATERIAS).pdf [baixar](#).

https://www.sipac.ufpi.br/sipac/protocolo/memorando_eletronico/memorando_eletronico.jsf?id=MemorandoEletronico=2241010&sr=true

1/2

22/08/2022 07:48

Memorando Eletrônico - SIPAC

(Autenticado em 22/08/2022 07:46)
ANA LIDIA BEZERRA MATIAS VASCONCELOS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
Matricula: 1670661

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/UFPI - (86) 3215-1124 | sigjb17.ufpi.br/instancia17 -
vSIPAC_4.24.248 22/08/2022 07:46

APÊNDICE B

22/08/2022 07:48

Memorando Eletrônico - SIPAC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
UNIDADE DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 2/2022 - UACPC (11.00.01.31)
(Identificador: 202628895)

Nº do Protocolo: 23111.040557/2022-51

Teresina-PI, 22 de Agosto de 2022.

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Título: Solicitação (MATERIAS)

À SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL,
Profa. Dra. Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho

Conforme consta na solicitação em anexo, vimos por meio deste, solicitar prints de material de imprensa, o que for possível, entre 01 de março de 2020 a 05 de dezembro de 2021, referente a Universidade Federal do Piauí e a pandemia da COVID-19, com vistas a subsidiar a minha pesquisa de mestrado intitulada: NOTÍCIAS DA UFPI: AS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS, ADMINISTRATIVAS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 POR MEIO DE UM ESTUDO DE CASO, sob orientação da Profa. Dra. Jacqueline Lima Dourado,

Atenciosamente,

Para realizar o download do(s) arquivo(s) anexado(s), clique no(s) link(s) abaixo:

Anexo(s):

SOLICITAÇÃO SCS-UFPI (MATERIAS).pdf [baixar](#).

https://www.sipac.ufpi.br/sipac/protocolo/memorando_eletronico/memorando_eletronico.jsf?idMemorandoEletronico=2241010&sr=true

1/2

22/08/2022 07:48

Memorando Eletrônico - SIPAC

(Autenticado em 22/08/2022 07:46)
ANA LIDIA BEZERRA MATIAS VASCONCELOS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
Matrícula: 1670661

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/UFPI - (86) 3215-1124 | sigjb17.ufpi.br:instancia17 - vSIPAC_4,24,248 22/08/2022 07:46

APÊNDICE C



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)- SALA Nº 462
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA - BAIRRO: ININGÁ, CEP: 64.049-550 – TERESINA-PIAUI
TELEFONES: (86) 3215-5967 - E-mail: ppgcom@edu.ufpi.br



SOLICITAÇÃO

À Profa. Dra. Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho
Superintendente de Comunicação Social

Ao cumprimentá-la, venho por meio deste, solicitar vossos préstimos no sentido de atender pesquisa de mestrado, intitulada: NOTÍCIAS DA UFPI: AS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS, ADMINISTRATIVAS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 POR MEIO DE UM ESTUDO DE CASO, da aluna Ana Lídia Bezerra Matias Vasconcelos. A citada pesquisa está em processo de coleta de dados.

Desta forma, solicitamos prints de material de imprensa, o que for possível, entre 01 de março de 2020 a 05 de dezembro de 2021, referente a Universidade Federal do Piauí e a pandemia da COVID-19. Para envio dos dados solicitados, colocamos disponíveis os seguintes endereços de e-mail: analidia@ufpi.edu.br, jacdourado@ufpi.edu.br.

Salientamos que a contribuição desta estimada instituição será de fundamental importância para a concretização da pesquisa proposta, assim como para a Universidade e o Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

Atenciosamente,

Teresina, 22 de agosto de 2022


Prof.ª Dr.ª Jacqueline Lima Dourado
 SIAPE: 1167672
 UFPI

APÊNDICE D



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)- SALA N° 462
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA - BAIRRO: ININGA, CEP: 64.049-550 – TERESINA-PIAUI
TELEFONES: (86) 3215-5967 - E-mail: ppgcomp@edu.ufpi.br



SOLICITAÇÃO

*À Profa. Dra. Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho
Superintendente de Comunicação Social*

Ao cumprimentá-la, venho por meio deste, solicitar vossos préstimos no sentido de disponibilizar o banco de dados veiculados no hot site (<https://coronavirus.ufpi.edu.br>), os quais não estão disponíveis em dados abertos na internet.

Na oportunidade, ressaltamos que as informações constantes no mesmo serão de fundamental importância na pesquisa de mestrado, intitulada: NOTÍCIAS DA UFPI: AS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS, ADMINISTRATIVAS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 POR MEIO DE UM ESTUDO DE CASO, da aluna Ana Lídia Bezerra Matias Vasconcelos. A citada pesquisa está em processo de coleta de dados e precisamos com urgência dessas informações.

Para envio dos dados solicitados, colocamos disponíveis os seguintes endereços de e-mail: analidia@ufpi.edu.br, jacdourado@ufpi.edu.br. Salientamos que a contribuição desta estimada instituição será de fundamental importância para a concretização da pesquisa proposta.

Atenciosamente,

Teresina, 18 de agosto de 2022


Prof.ª Dr.ª Jacqueline Lima Dourado
SIAPE: 1167672
UFPI

APENDICE E



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)- SALA Nº 462
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA - BAIRRO: ININGÁ, CEP: 64.049-550 – TERESINA-PIAUI
TELEFONES: (86) 3215-5967 - E-mail: ppgcom@edu.ufpi.br



SOLICITAÇÃO

Sr. Allisson Beserra Bacelar

Coordenador de Comunicação Social – CCOM

Ao cumprimentá-lo, venho por meio deste, solicitar vossos préstimos no sentido de atender pesquisa de mestrado, intitulada: NOTÍCIAS DA UFPI: AS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS, ADMINISTRATIVAS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 POR MEIO DE UM ESTUDO DE CASO, da aluna Ana Lídia Bezerra Matias Vasconcelos. A citada pesquisa está em processo de coleta de dados.

Desta forma, solicitamos informações sobre os sites com maiores números de acesso no Piauí, no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2021, no sentido de auxiliar no recorte e definição da pesquisa já mencionada. Para envio dos dados solicitados, colocamos disponíveis os seguintes endereços de e-mail: analiidia@ufpi.edu.br, jacdourado@ufpi.edu.br.

Salientamos que a contribuição desta estimada instituição será de fundamental importância para a concretização da pesquisa proposta, assim como para a Universidade e o Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

Atenciosamente,

Teresina, 29 de julho de 2022


Prof.ª Dr.ª Jacqueline Lima Dourado
SIAPE: 1167672
UFPI

APENDICE F



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)- SALA Nº 462
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA - BAIRRO: ININGA, CEP: 64.049-550 – TERESINA-PIAUI
TELEFONES: (86) 3215-5967 - E-mail: ppgcompi@edu.ufpi.br



SOLICITAÇÃO

Sra. Genuína Ramos

Diretora - Ícone Comunicação

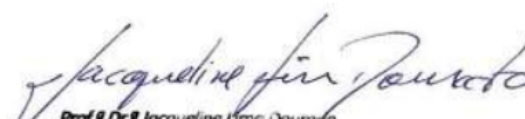
Ao cumprimentá-la, venho por meio deste, solicitar vossos préstimos no sentido de atender pesquisa de mestrado, intitulada: NOTÍCIAS DA UFPI: AS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS, ADMINISTRATIVAS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 POR MEIO DE UM ESTUDO DE CASO, da aluna Ana Lídia Bezerra Matias Vasconcelos. A citada pesquisa está em processo de coleta de dados.

Desta forma, solicitamos prints de material de imprensa, o que for possível, entre 01 de março de 2020 a 05 de dezembro de 2021, referente a Universidade Federal do Piauí e a pandemia da COVID-19. Para envio dos dados solicitados, colocamos disponíveis os seguintes endereços de e-mail: analidia@ufpi.edu.br, jacdourado@ufpi.edu.br.

Salientamos que a contribuição desta estimada instituição será de fundamental importância para a concretização da pesquisa proposta, assim como para a Universidade e o Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

Atenciosamente,

Teresina, 29 de julho de 2022


Prof.ª Dr.ª Jacqueline Lima Dourado
SIAPE: 1167672
UFPI

APÊNDICE G



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)- SALA N° 462
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA - BAIRRO: ININGA, CEP: 64.049-550 – TERESINA-PIAUÍ
TELEFONES: (86) 3215-5967 - E-mail: ppgcompsi@edu.ufpi.br



SOLICITAÇÃO

Sr. Allisson Beserra Bacelar
Coordenador de Comunicação Social – CCOM


Ao cumprimentá-lo, venho por meio deste, solicitar novamente vossos préstimos no sentido de atender pesquisa de mestrado, intitulada: NOTÍCIAS DA UFPI: AS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS, ADMINISTRATIVAS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 POR MEIO DE UM ESTUDO DE CASO, da aluna Ana Lídia Bezerra Matias Vasconcelos. A citada pesquisa está em processo de coleta de dados e precisamos com urgência ter acesso a esses dados.

Desta forma, reiteramos a solicitação referente aos sites com maiores números de acesso no Piauí, no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2021, no sentido de auxiliar no recorte e definição da pesquisa já mencionada. Para envio dos dados solicitados, colocamos disponíveis os seguintes endereços de e-mail: analidia@ufpi.edu.br, jacdourado@ufpi.edu.br.

Salientamos que a contribuição desta estimada instituição será de fundamental importância para a concretização da pesquisa proposta, assim como para a Universidade e o Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

Atenciosamente,

Teresina, 18 de agosto de 2022


Prof.ª Dr.ª Jacqueline Lima Dourado
 SIAPE: 1167672
 UFPI

APENDICE H

18/08/2022 16:21
459K

E-mail de Universidade Federal do Piauí - Solicitação

Genuina <genuina@iconenoticia.com.br>
Para: ana lida bezerra UFPI <analidia@ufpi.edu.br>
Cc: Mayara Bastos Icone Comunicação <mayarabastos@iconenoticia.com.br>, Virgiane Passos <virgiane@iconenoticia.com.br>

18 de agosto de 2022 15:51

Oi Ana,

Desculpe não termos respondido, acabei não percebendo que esse assunto não havia sido encaminhado internamente na agência.

Mas não temos em arquivo esse material mais. Guardamos o clipping somente por um período específico de 3 meses e, como enviamos para o cliente (no caso, a UFPI na época) não temos espaço para guardar todos os arquivos de todos os clientes.

Sinto mesmo não termos como te ajudar.

Genuina

[Texto das mensagens anteriores oculto]

ana lida bezerra UFPI <analidia@ufpi.edu.br>
Para: Genuina <genuina@iconenoticia.com.br>

18 de agosto de 2022 16:08

Boa tarde,

Agradeço o seu retorno.
Att,

[Texto das mensagens anteriores oculto]